

RUMORES DE GUERRA

Jan-Fev 1961

Cassanje e Luanda

*O combatente normalmente não guarda ódio.
A não ser que a guerra seja terrorismo.*
(Manuel Barão da Cunha, in "Radiografia Militar", Lisboa 02Mai1975)

Janeiro.1

Na Baixa do Cassanje, em manobra orquestrada pelos clandestinos agitadores vindos do vizinho Congo-Léo, cerca de 20 mil indígenas são levados a alterar os protestos levantados há duas semanas e iniciam a «recusa em prosseguir trabalho nas condições impostas pela concessionária algodoeira», com uma vaga de tumultos entre Belo Horizonte a norte e Marimba-N'guengo a leste, concentrando-se em grupos nas cercanias dos principais mercados e fábricas da *Cotonang*. Naquela região norte de Angola, o que até há pouco constituíam fortuitas alterações da passividade tradicional dos autóctones que trabalham nas actividades algodoeiras, manifestadas com mais ou menos subtileza por indícios de rebelião contra o monopólio algodoeiro, passam ostensivamente a tumultos manipulados por agitadores locais e pela propaganda transfronteiriça, veiculada pelos congoleses lumumbistas que têm incitado à greve contra a *Cotonang*. A pouco mais de 120km nordeste da capital distrital de Malanje, o surto grevista dos apanhadores de algodão evolui para graves alterações da ordem pública, forçando as autoridades civis e militares portuguesas a avançar com um plano de controle sobre os revoltosos.

- «De repente, puseram-se mais furiosos ainda com aquilo a que assistiam, considerando uma tamanha afronta à sua autoridade, à côr e, bem mais grave, à raça. Afronta a que opuseram como é hábito por via da força, mas a que os nativos por seu turno também se opuseram à força com os meios de que dispunham: azagaias, flechas, enxadas e canhangulos. O fogo que terá sido iniciado em Milando, propagou-se a outras partes da Baixa: Kivaba Nzoji, Kunda Dia Base [Cunda-Riabaza], Quela, Xamuteba; e mesmo para Sonjinji [Sunginje], Marimba, aos eternos inconformados Bângalas e Maholos.»¹
- «Prosegue a revolta na zona da Baixa do Cassanje, com os produtores forçados de algodão a recusar colher o algodão, ao mesmo tempo que atacam as lojas dos europeus e uma missão católica.»²
- «Poucas semanas antes da eclosão dos acontecimentos que tiveram lugar no norte de Angola, Holden encontra-se com Frantz Fanon em Tunes e, segundo testemunho da esposa de Fanon, teria dito: "Esteja atento no dia 15 de Março, o dia em que vai ser debatida na ONU a moção apresentada pela Libéria; algumas coisas muito importantes irão acontecer em Angola". Toda a operação tinha sido planeada com tempo e as diversas acções convenientemente programadas. [...] Em princípios de Janeiro de 1961 rebenta a "Guerra de Maria" na Baixa do Cassanje, em que os agricultores se revoltaram contra a obrigatoriedade do cultivo do algodão. [...] A "Guerra de Maria" foi a primeira atitude de contestação à presença portuguesa em Angola, dentro dos novos ventos que varriam a África. Politicamente os seus contornos são pouco definidos. [...] Os agricultores, durante as manifestações contra a presença portuguesa, entoavam os seus hinos militantes a Lumumba, Pinock e Maria. [...] Começam por queimar as sementes, destroem as barcaças nas passagens dos rios, barricam estradas, invadem os armazéns e missões católicas, expulsam os brancos das suas áreas, etc. Na opinião de alguns nacionalistas africanos, esta acção não passou de um protesto pacífico contra a exploração de que eram objecto, visto não ter sido utilizado qualquer tipo de armas.»³
- «Soube pela [jornalista francesa] Josie Fanon que, em Janeiro de 1961, Holden Roberto tinha já alertado Frantz Fanon, para importantes acontecimentos que se iriam dar em Angola no mês de Março. É de presumir, portanto, que a sublevação de 15 desse mês já estivesse em preparação.»⁴
- «Na massa da opinião pública [portuguesa], não pareciam suscitar-se dúvidas quanto à política de defesa. Desse ponto de vista partilhavam homens de diversos matizes políticos: socialistas históricos, como Ramada Curto; os monárquicos; democratas clássicos, como [José] Lopes de Oliveira ou Cunha Leal; liberais parlamentaristas, como [o ex-reviralista e ex-coronel] Helder Ribeiro; muitos outros ainda. Mas os intelectuais de novas gerações, os políticos de oportunidade, os ideólogos de teses modernas e elevadas, os impressionáveis e os influenciáveis imediatamente apresentaram explicações para os ataques ao Ultramar e sugeriram soluções para os problemas. [...] Segundo alguns, estava-se perante uma revolta das populações do Norte de Angola, oprimidas e na miséria: acusavam-se os grandes fazendeiros de algodão, de café e os grandes monopólios, que exploravam economicamente os africanos; tratava-se portanto de um caso de brutal

injustiça social. Este argumento, desencadeado pela extrema-esquerda, era especialmente usado junto das Forças Armadas: não estariam a defender o território nacional, mas os privilégios de milionários na Metrópole. [...] Se aceitássemos aqueles motivos, teríamos de concluir que a guerra nos era feita somente com o objectivo de corrigir injustiças sociais; e se estas fossem reparadas, cessaria aquela. Pura e simplesmente, isto não seria exacto.»⁵

- «A filosofia que os velhos republicanos defendiam teria sido viável, talvez, se tivesse havido liberdade. Não houve. A partir de 61, tornou-se absolutamente irrealista. A luta que se instalou na África portuguesa tornou-se insanável. Só terminaria com o reconhecimento das independências. O fim da ditadura em Portugal e uma paz em África, negociada em boas condições com a ajuda da ONU e dos nossos aliados, principalmente dos americanos e do Brasil. Como quis, em certa altura, o presidente Kennedy. As duas questões – democratização e descolonização –, tornaram-se indissociáveis.»⁶
- «O presidente Kennedy, não tendo conseguido pela via diplomática o fim de Portugal em África, viria a apoiar muito discretamente, por intermédio da CIA em 1961, o fracassado golpe de Estado que ficaria conhecido por “golpe Botelho Moniz”.»⁷
- «Foram sendo assumidos avultados compromissos, que somente no final de 1960 em Conselho de Ministros foram aprovados em orçamento para o ano seguinte, com as consequentes deficiências nos quadros de oficiais e técnicas do Exército, e no reapetrechamento de transmissões, viaturas de transportes e sobressalentes, material de bivaque e sanitário, armamento e munições. Apesar de estar em pleno curso o desenvolvimento dos planos aprovados desde 13Abr59, os resultados não podiam fazer-se sentir de imediato, e neste estado se chegou ao início de 1961 quando na 1ª quinzena de Janeiro surgiram os primeiros motins em Angola, na Baixa do Cassanje e contra a soberania portuguesa, abrangendo área superior [?] à de Portugal Continental. Tais conflitos foram dominados pela acção das CCacE destacadas para aquela região, após haverem sido submetidas a uma cuidada preparação⁸ no CIOE. Pela discricção usada por todas as autoridades militares e civis de Angola (sigilo que foi do maior valor em particular na política externa), tais motins não chegaram sequer ao conhecimento do público.»⁹
- «Em Janeiro desse ano esteve reunido em Lisboa um grupo de trabalho composto por representantes das autoridades militares [EME], da PIDE, do comando-geral da Legião Portuguesa, da direcção-geral da Administração Política e Civil [do Ministério do Interior], da Polícia de Costumes e outros membros do Governo [entre eles o MNE e o ministro do Ultramar]. Esse grupo de trabalho recomendou a criação [em Luanda] de um serviço local que deveria reunir as informações de todas as fontes e difundi-las de uma forma oportuna pelos devidos utilizadores. Este organismo ficaria conhecido por Serviço de Informações do Governo-Geral (SIGG), e seria responsável por grande número de obrigações desta índole, incluindo operações psicológicas, informação, contra-informação, vigilância electrónica, interrogatórios aos prisioneiros, etc.»¹⁰
- «Em finais de 1960, princípios de 1961, chega ao Brasil uma dúzia de estranhos turistas e a comandá-los com passaporte diplomático o [...] José Manuel Salgado, [antigo Viriato na guerra civil espanhola, actual chefe dos serviços secretos da LP, adjunto da Autoridade de Segurança da NATO e] chefe dos Serviços Secretos [da presidência do Conselho de Ministros], cujo gabinete é em São Bento contíguo ao de Salazar. Vai ao Brasil com passaporte diplomático [...] aí estabelecendo como camuflagem, um escritório de importações e exportações. A vigilância sobre o general Humberto Delgado é continua. Este dá-se conta dela, denuncia-os à polícia brasileira que abre um inquérito. Esse inquérito revela que no escritório de importações e exportações não há um só papel, um só documento referente a esse género de comércio internacional: apenas espingardas com mira telescópica, bombas, cargas de plástico e agendas com apontamentos minuciosos da vida do general. Perante esta situação, o senhor Salgado é considerado “persona non grata” no Brasil e são-lhe dadas 24 horas para abandonar o país. E todos os seus colaboradores desaparecem, entre eles o [inspector da PIDE António] Rosa Casaco que esteve no Brasil com passaporte [falso nº518 emitido em Lisboa em nome] de [Roberto] “Vurrita Barral”.»¹¹

¹ (Pacavira, op.cit pp.77); ² (Morais e Violante, op.cit pp.172); ³ (Silva Cardoso, op.cit pp.184,67); ⁴ (McGowan, op.cit pp.118); ⁵ (Franco Nogueira, Londres Fev79);

⁶ (Soares, op.cit pp.160); ⁷ (Aduclino, op.cit pp.53); ⁸ (cf alíneas a) e b) do art.1º do dec.42564 de 07Set59); ⁹ (Almeida Fernandes, op.cit pp.159-182);

¹⁰ (cf Pedro Cardoso, cit Cann op.cit pp.152/3); ¹¹ (Robledo e Novais, op.cit pp.66)

Janeiro.3

Em Luanda, toma posse o segundo-comandante da 3ªRM coronel Mário dos Santos Pires Neves, encontrando-se presentes ao acto o comandante da 2ªRA brigadeiro piloto-aviador Fernando Ferreira Pinto Resende, o comandante do recém-constituído Grupo Operacional 901 da BA9 tenente-coronel piloto-aviador Manuel Diogo Neto, o director dos Serviços de Aeronáutica Civil tenente-coronel Eurípedes da Silva e o chefe-de-gabinete do governo-geral major CEM Carlos da Costa Gomes Bessa. A escalada de subversão na Baixa do Cassanje leva o comandante da 3ªRM general Monteiro Libório a mandar organizar um batalhão eventual em Malanje, para onde segue imediatamente o 2º comandante do RIL major de infantaria Camilo Augusto de Miranda Rebocho Vaz com a missão de coordenar a actividade operacional das duas subunidades de caçadores que ali já se encontram preparadas para intervir em acções de guerra contra-subversiva.

Em Angola o contingente do Exército – face às anteriores medidas preconizadas pelo subsecretário do Exército tenente-coronel Francisco da Costa Gomes –, reduzido que está a cerca de 8 mil efectivos (dos quais 1500 metropolitanos e destes só 1/3 operacionais com antiquadas espingardas-de-repetição Mauser), por determinação do comando da 3ªRM passa a ter o seguinte dispositivo operacional:

- RIL (sob comando do tenente-coronel Ernesto Fontoura Garcês de Lencastre) em Luanda, com reforço da 4ªCCE (cap. Luis Artur Carvalho Teixeira de Morais); 1ªCCE em Cabinda (cap. António da Silva Osório Soares Carneiro); BCac3 (maj. inf Salvador de Jesus Abreu) em Carmona, com 2ªCCE no Tôto (cap. Rogério Acácio Seia Ramos), 1 CCacl no posto fronteiriço de Nóqui (com reforço do 1ºPelotão da 2ªCCE comandado pelo ten. Manuel Carlos Teixeira Rio de Carvalho), 1 CCacl em Maquela do Zombo e 1 CCacl em Santo António do Zaire; e BCacEv (maj. Camilo Augusto Rebocho Vaz) em Malanje, com reforço da 3ªCCE (cap.

Manuel Augusto Teixeira Teles Grilo, genro do ex-PR Craveiro Lopes), 6^oCCacEv (cap. Silva Sebastião), e 1 CCacI em Henrique de Carvalho;

- GRA/Dragões em Silva Porto, com 1 ERec em Luanda (sob comando do capitão José Maria de Mendonça Júnior);
- GAC's em Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira;
- BEng (em formação) em Luanda;
- RINL em Nova Lisboa com 1 CCacI no Lobito;
- RISB em Sá da Bandeira com 1 CCacI no Roçadas;
- *Reforços imediatos da Metrópole*: a CPM233 está a ser preparada no RL2-Ajuda, prevendo-se embarque em 08Jan61 rumo a Luanda, ficando em serviço na capital de Angola; e a 5^oCCE (cap. Rui Alverto Vasques de Mendonça) está a finalizar instrução na Metrópole (e vai desembarcar em 07Fev61 no aeroporto de Luanda), com destino a Malanje.

Entretanto em Casablanca, convocados pelo príncipe herdeiro e CEME marroquino Mulay Hassan sob pretexto de «tratar com os dirigentes directamente interessados no problema do Congo», vão reunir em conferência durante quatro dias os chefes de Estado do Egipto e da recém-formada União do Ghana, Guiné e Mali, o presidente do GPR argelino e representantes dos MNE do Sri Lanka e da Líbia.

Janeiro.4

No centro do Congo-Léo o ministro Kashamura, da Informação do ex-governo federal de Patrice Lumumba, aproveita os festejos do 2^o aniversário do «levantamento anticolonialista de Léopoldville» e assume o poder em Kivu, proclamando a união daquela província à Oriental. Ao mesmo tempo, tropas ainda fiéis a Lumumba penetram no Catanga controlado por Moisés Tschombé, chegam a Manono e os foragidos ministros Remy Mwambe e Joseph Ilinga, do ex-governo central de Lumumba, ali estabelecem um governo *luluaba*. Logo a seguir, de Stanleyville o governo pró-Lumumba do PM Antoine Gizenga envia uma mensagem ao marechal Tito da Jugoslávia, informando a mudança da sede do governo congolês para aquela cidade no nordeste do Congo ex-Belga; o regime jugoslavo reconhece o governo de Gizenga, que poucas horas depois recebe manifestações de apoio do regime egípcio.

Entretanto chega a Léopoldville vindo de Nova Iorque, o secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld que amanhã vai ser recebido pelo presidente Kasavubu.

Enquanto isso no norte de Angola, a greve dos apanhadores de algodão, com foco centrado a norte do Bongo-e-Bângala (Quela) onde assaltaram a missão católica, alastra a toda a região nordestina distrital para onde seguem prontamente reforços militares sediados no BCacEv de Malanje, que coloca pequenas subunidades no Quela, Caombo e Milando, e pelotões no perímetro de Belo Horizonte, Banje-Angola, Marimba-N'guengo, Chiquita e Montalegre; estes escassos destacamentos militares têm de controlar uma área estimada em 735km², delimitando a rebelião a sul pela estrada de Brito Godins para Marimba, a oeste e norte pelo rio Cambo, e a leste pelo rio Luossa afluente do Cambo. Os nativos continuam a negar-se ao trabalho, formam grupos agressivos e cada vez mais numerosos, cometendo desacatos e afrontando directamente os agentes da administração civil, gritando «o Estado é caca de galinha!», enquanto em locais isolados provocam as patrulhas militares com gritos de «as balas dos brancos não matam!», sendo as tropas de reduzido efectivo confrontadas por envolvimento hostil da população claramente organizada para o efeito.

Ao mesmo tempo no aeroporto da Portela desembarca o eleito presidente brasileiro dr. Jânio Quadros, que recusa «contactar com as autoridades portuguesas».

- «Jânio Quadros, presidente eleito do Brasil, ainda não investido nas funções, está de novo em Lisboa. Volta a recusar-se a contactar com as autoridades portuguesas, mas relaciona-se com elementos da oposição.»¹
- «O presidente Quadros, segundo o noticiário da imprensa internacional, encontra-se na disposição de estabelecer relações não só com a Rússia como também com outros países da Cortina-de-Ferro. De tal facto, devido ao muito que sabemos, resultará o Brasil ficar inundado de uma das mais vastas redes de espionagem comunista, a coberto das imunidades diplomáticas concedidas às missões comerciais e outras, as quais serão acompanhadas dos mais hábeis técnicos da espionagem que a 4^o Repartição [de Informações] do Exército Vermelho e o Cominform possuem, não tardando muito que o Brasil seja envolvido pela aranha comunista que o prenderá nos seus poderosos tentáculos, e dos quais o Brasil nunca mais se livrará. Muito deverá concorrer para isso, o facto de ter sido nomeado um escravo do comunismo para dirigir o departamento das informações.»²
- «Impõe-se a Portugal saber quais são os interesses e objectivos dos Estados Unidos, ou da União Soviética, ou do Vaticano, ou da China, porque têm repercussões mundiais. Importa a Portugal saber quais os interesses e objectivos de uma Inglaterra, ou Espanha, ou França, ou Alemanha, ou Brasil, porque se encontram no cruzamento directo de interesses e objectivos portugueses. [...] Daquela avaliação resulta outra consequência: a necessidade de distinguir, entre os interesses e objectivos alheios, os que são desfavoráveis, e de que um país tem de se defender; e os que são favoráveis, e a que um país deve procurar aliar-se. [...] Interessa a Portugal conhecer globalmente os objectivos americanos, interessa a Portugal conhecer os objectivos brasileiros; mas os objectivos americanos quanto ao Brasil podem ser contraditórios com os portugueses, como os objectivos brasileiros quanto a Portugal podem ser contraditórios com os americanos. E este exemplo pode multiplicar-se em relação a todos os países que estejam nas coordenadas da política externa portuguesa. Produz-se assim uma rede emaranhada de conflitos de interesses, sucessivos ou simultâneos. Para lhe fazer frente, 3 factores são indispensáveis: nunca perder de vista as linhas essenciais, por que correspondem aos interesses permanentes; nunca procurar um benefício imediato com sacrifício de uma garantia sólida; nunca

assumir compromissos taxativos e imutáveis, ou ilimitados, salvo em reciprocidade. [...] Uma política externa digna desse nome e para servir interesses nacionais, é qualquer coisa de extremamente complexo que tem de ter presente o sentido da História e que não pode confundir-se com uma administração de dia-a-dia, ou com a multiplicidade de embaixadas ou correrias oficiais ou oficiosas de país em país. E daqui a necessidade de um comando central e coordenador, que se não compadece com políticas externas paralelas, ou em nome de partidos. Uma política externa tem de ser nacional. [...] Os tempos áureos coincidiram com maior atenção à empresa ultramarina; e os períodos depressivos correspondiam a uma fraqueza de política mole que levava a nação a misturar-se em problemas que não lhe respeitavam. Era o desvario de alguns que se impressionavam com o instante que passava. Foi uma luta constante. De um lado, os homens seduzidos com os ditames alheios: tinham por sagrados os princípios, as leis, os ideais inventados por outros e por outras forças, e consideravam que obedecer-lhes era do interesse e do dever da nação. Outros homens, com uma visão só nacional, entendiam que aos interesses portugueses nenhuns outros se poderiam sobrepôr, ainda que estes fossem apoiados na força, e que cumpria resistir-lhes até à exaustão, se necessário. Deste embate saíram sempre triunfantes os homens que representavam as forças nacionais. E esse embate assumiu nos tempos mais chegados expressões várias.»³

Volvidas 3 décadas o internacional-socialista Mário Soares – subvertendo o enquadramento político prefigurado pelo director-geral de Negócios Políticos dr. Franco Nogueira –, faz sua a informação de que «Kennedy e o presidente do Brasil ofereceram os seus serviços a Salazar como mediadores para solução negociada, para os conflitos que se avizinham».

¹ (Morais e Violante, op.cit pp.172); ² (Juvenal, op.cit pp.27); ³ (Franco Nogueira, Londres Fev79)

Janeiro.6 (6^ªfeira de Reis)

Em Lisboa a empresa *Mabor Portuguesa*, subsidiária da multinacional *General Trade* sediada em Genebra, anuncia a intenção de instalar¹ em Luanda uma unidade de produção², tendo para o efeito adquirido 200 mil m² junto à Estrada da Conduta Velha (subúrbio norte entre o Cacuaço e o Bengo), com direito exclusivo para fabrico durante 10 anos e fomento de cultivo da árvore da borracha no território angolano: o problema da instalação arrasta-se há anos, com a *Mabor* sentindo-se ameaçada pela instalação em Portugal de outra fábrica de pneumáticos (*Firestone*) apoiada por fortes grupos³ da finança internacional, receando que igual situação lhe seja criada em Angola; a *Mabor-Angola* arranca com um capital social de 50 mil contos, sendo que 60% estão na posse de entidades nacionais e 25% é oferecido por subscrição pública em Angola, Moçambique e Estado da Índia Portuguesa.

Simultaneamente em Luanda é lançada por provocadores comunistas, uma campanha de *mujimbo*s sobre a agitação grevista que alastra pela Baixa do Cassanje:

- «6/1/61 – Massacre dos agricultores do algodão, na Baixa do Cassangue [sic].»⁴
- «Trabalhadores de outras plantações de algodão foram igualmente vítimas de um incidente semelhante [ao de Mueda], em Janeiro de 1961 em Malanje, no centro [?] de Angola, tendo morrido também muitas centenas.»⁵
- «Os distúrbios do Cassanje foram torpemente explorados [pela já exonerada direcção comunista da “Sociedade Cultural de Angola”] e transportados para o campo político, como sequela já provocada pela subversão que se processava e que tendia para uma acção psicológica que tornasse receptiva a etnia negra à autonomia e à independência.»⁶

Entretanto no aeroporto de Léopoldville, o secretário-geral da ONU embarca para Joanesburgo onde vai ser recebido pelo governo sul-africano para falar sobre a questão do *apartheid*.

Enquanto isso na Argélia e em França, são anunciados os resultados do referendo sobre os planos gaullistas para aquela colónia francesa: cerca de 40% do eleitorado argelino absteve-se; e os 75% de votos válidos apoiaram o reconhecimento dos argelinos ao «direito de escolher o seu destino político em relação à República Francesa, através de uma consulta em sufrágio directo e universal».

Ao mesmo tempo chega a Bucareste o presidente guinéu Sekou Touré, que saiu antecipadamente da *Conferência de Casablanca* para visita oficial à Roménia durante quatro dias.

¹ (cf dec.43467 de 06Jan61 e despacho ministerial de 10Fev61); ² (projecto interrompido em Mar61 com a eclosão terrorista, retomado dois anos depois; no primeiro trimestre de 64 fica pronto o edifício com a maquinaria, mas apenas no final de 67 a produção plena vai ter início, com 60 mil pneus/ano para Angola. São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné; em 15Jul68 a fábrica será oficialmente inaugurada);

³ (principalmente o grupo BF-Goodrich, da *Bridgestone* e *Firestone*, com grandes explorações na Libéria); ⁴ (Moita, op.cit pp.310);

⁵ (MacQueen, op.cit pp.38); ⁶ (Pompílio, op.cit pp.67)

Janeiro.7

Em Casablanca termina a cimeira, convocada pelo príncipe herdeiro e CEME Mulay Hassan, durante a qual foram aprovadas moções para uma política africana comum: em declaração conjunta final, é afirmada a necessidade de reconduzir a acção da ONU no Congo ex-Belga aos seus autênticos objectivos; e a *Carta Africana* é apresentada:

- «Criação de uma Assembleia Consultiva Africana; formação de comités para coordenação e unificação de orientações de política geral, soluções económicas, preservação e desenvolvimento da cultura africana; formação de um Alto Comando conjunto, com reuniões periódicas dos CEM dos Estados independentes.»

Entretanto no aeroporto da Portela, o candidato presidencial brasileiro Jânio Quadros termina a breve visita particular a embarca de regresso ao Rio de Janeiro.

Enquanto isso em Luanda, um emissário do ex-capitão Henrique Galvão contacta o comunista advogado Eugénio Bento Ferreira (exonerado director da já encerrada *Sociedade Cultural de Angola*)¹, a quem pede o seu apoio e dos correligionários, para uma eventual acção do DRIL em Angola no âmbito da projectada *Operação Dulcinea*.

- «Em Luanda circulavam rumores, segundo os quais os [20] prisioneiros (incriminados no “Processo dos 50”) detidos [preventivamente desde 29Mar59] na fortaleza da Casa de Reclusão [e sentenciados pelo 1^ºTMT-Angola em 21Dez60], deveriam ser transferidos para a prisão do Tarrafal.»²

– «Segundo a maioria [?] dos observadores, o objectivo primário desta acção [que vai ser planeada para atacar as cadeias do Penedo, de São Paulo e da 1^oCMP], foi a libertação de um numeroso grupo de prisioneiros políticos [?] feitos pela PIDE que ali se encontravam encarcerados, a fim de se evitar que fossem transferidos para fora de Angola como já tinha acontecido [?] a muitos outros, cujo paradeiro se desconhecia [?].»³

– «Em conjugação com o [planeamento do] assalto ao “Santa Maria” e depois das garantias dadas por Delgado quanto à aceitação da chamada política de autodeterminação em relação ao Ultramar Português, um agente, vindo precipitadamente de Léopoldville, conseguiu reunir umas dezenas de terroristas. [...] Concluiu entre as forças internacionais que no mundo concorrem para o domínio mundial e alguns que de portugueses só tinham o nome e se aproveitaram da comprovada loucura de Delgado, para o arvorarem ostensivamente em chefe quando de facto ele lhes servia apenas de fachada. Lemos nessa altura [pós-11Fev61] o relatório da UPA de Luanda, que fôra apreendido, através do qual se verificava que eles não haviam sido sequer prevenidos dos acontecimentos.»⁴

E à noite no muceque Rangel, o «chefe-geral da logística do movimento clandestino» Francisco Imperial Santana acolhe no quintalão de sua casa uma reunião clandestina, sob a égide do cónego angolano Manuel Joaquim Mendes das Neves (vigário-geral da arquidiocese e pároco da Sé)⁵, que está acompanhado pelo padre Domingos Gaspar, decorrendo a sessão sob orientação da troika controladora da UPA constituída por Artur da Costa Pinto, Eduardo Dias da Silva e Neves Bendinha, coadjuvados pelos activistas do respectivo ELA (Exército de Libertação de Angola) António Fernandes⁶, António Francisco, Belarmino Sabugosa van-Dunem⁷, Lourenço Diogo Vaz Contreiras⁸, Noé da Silva Saúde⁹, Pascoal Verissimo da Costa¹⁰, Pedro José van-Dunem¹¹, Rui Alberto Vieira Dias Mingas¹², Sebastião Pascoal de Carvalho e a participação de uma dúzia de nativos das células musicais *Espalha-Brasas*, *N’gola Ritmo* (do Liceu Vieira Dias) e *Botafogo* (tertúlia do MLNA patrocinada pela extinta “Sociedade Cultural”), estando ainda presentes a jovem *rainha jinga* Engrácia Francisco Cabemba¹³ (sobrinha de Raul Agostinho Deão dito “comandante-geral adjunto” do “Movimento dos Pauzinhos”), e os controleiros Agostinho Manuel Inácio, Amadeu Francisco “Mucongo” Martins, António Lourenço, Domingos Manuel “Cazumbula” da Silva, Francisco Costa, Miguel Francisco de Carvalho, Salvador Sebastião, Sebastião Badiaba, Fabião Pascoal Salvador (dito “chefe-de-gabinete” do “comandante-geral”) Paiva Domingos da Silva (desde o mês passado recruta no RIL), e o coordenador Virgílio Francisco Sotomaior. No final é aprovado o plano para libertar os militantes e activistas do ELA, MINA e do MLNA (encarcerados desde 29Mar59 na Casa de Reclusão), ficando os 2 últimos citados dirigentes com o encargo de ir em breve treinar 3 grupos de assalto, no mato do Quifangondo a nordeste dos subúrbios.

– «Na sequência de todos os esforços reorganizativos do movimento clandestino durante o último trimestre de 1960, o bairro Rangel voltou a assumir o seu papel de preponderância buscando reunir as células dos demais bairros, com especial relevância para as [do “Movimento dos Pauzinhos” e da UPA] que operavam sob a cobertura do Club Atlético do Icolo e Bengo [e as remanescentes do MINA absorvidas pelo embrionário MPLA sob a cobertura] do Ginásio Futebol Club do bairro Sambizanga. [...] José Eduardo dos Santos e Pedro de Castro van-Dunem, através do Miguelito [Miguel Francisco de Carvalho] e Salvador Sebastião, “faziam a ligação da estrutura clandestina do [MPLA no] bairro Sambizanga com a do [“Movimento dos Pauzinhos” e da UPA no] bairro Rangel, resultando daí uma forte união que consagra o grupo dos estudantes do Sambizanga”. [...] Um encontro alargado algures em Luanda, de que fizeram parte os coordenadores dos mais distintos grupos, tendo-se decidido pela criação de um directório que assumiria a vanguarda do movimento clandestino, que se preparava para a acção armada com Paiva Domingos da Silva à frente, nomeado comandante-geral; Raul Deão comandante-geral adjunto, Francisco Imperial Santana chefe-geral da logística. Outros membros como Virgílio Sotomaior, Neves Bendinha e João Nunes de Carvalho [controlador dos estivadores portuários], tinham igualmente responsabilidades de não menos importância no seio do comando-geral integrado por onze membros, que juraram fidelidade à pátria e se comprometeram a consentir todo e qualquer sacrifício para assegurar o êxito da última fase dos preparativos para o início da luta armada. [...] O cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves foi quem decidira que o momento era azado e aquele dia tinha que ser, tinha que acontecer custasse o que custasse.»¹⁴

– «Os primeiros-socorros aos eventuais feridos tinham sido previstos, pois nesse mesmo mês de Janeiro uma equipa de enfermeiros clandestinos tinha sido mobilizada, destacando-se nesta actividade a acção corajosa do camarada Pedro José van-Dunem que era aluno finalista do curso auxiliar técnico de enfermagem no Hospital Maria Pia. O camarada Pedro José van-Dunem, para além de seleccionar a equipa de enfermeiros que deveriam fazer parte no dia do ataque, foi desviando medicamentos e materiais cirúrgicos utilizados nos primeiros-socorros. Mobilizou os camaradas Gaspar Adão Mendes, Vasco Fernandes da Costa e Apolinário Francisco de Gouveia Pinto, aos quais foram distribuídas as funções seguintes: banco de urgência do Hospital Maria Pia, para conferência dos feridos e mortos de ambas as partes; Gaspar Adão Mateus para socorrer os feridos, Vasco Fernandes da Costa e Apolinário Francisco de Gouveia Pinto, para missões afins. [...] Havia principalmente dois acessos de entrada para o quintalão da casa do camarada Francisco Imperial Santana: um acesso era ligeiramente em sentido frontal ao quintalão, outro na posição da lateral norte em direcção à casa do camarada Raul Agostinho Deão; havia ainda um terceiro acesso que se fazia no sentido lateral sul em direcção ao [Liceu] Dona Amélia. Qualquer destes acessos estava resguardado por sentinelas armados com catanas, para impedir qualquer tipo de infiltração de delatores.»¹⁵

– «Um assalto às cadeias civis e militares [?] de Luanda com o objectivo de libertar presos políticos, com os precários meios existentes nas condições de então, não constituiu só mais uma forma desesperada de lutar contra a opressão social e racial [?] existentes, mas teve obviamente também o objectivo estratégico de chamar a atenção da opinião internacional para a situação colonial angolana, numa altura em que aquela tinha os olhos voltados para este lado do Atlântico com o episódio do navio “Santa Maria” desviado pelo

almirante [?] anti-salazarista Henrique Galvão. Não se tratou portanto de uma acção espontânea mas organizada, que pretendeu ser “um estrondo” no dizer daquele que cada vez mais aparece como o cérebro desta acção, o cônego Manuel das Neves. [...] É pois neste contexto que surge o 4 de Fevereiro de 1961, o culminar de um processo e o início de um outro: o da luta armada de libertação nacional [...], a que se deve acrescentar [?] o levantamento dos trabalhadores da Baixa de Cassanje e o respectivo genocídio [?] praticado pelo exército português, e a insurreição do 15 de Março no norte planeada e liderada pela UPA. [...] Estes três acontecimentos [...] puseram definitivamente em xeque o colonialismo português.»¹⁶

¹ (o seu vice-presidente Manuel Alfredo Tito de Moraes será detido pela PIDE em 02Abr61, expulso de Angola e após breve tour europeu refugia-se em 27Set61 junto do ex-capitão Galvão e demais correligionários em São Paulo; em Mar66 a dita “Sociedade Cultural de Angola” – que entretanto vai renascer sob outra designação –, será definitivamente extinta pelo governador-geral coronel Silvino Silvério Marques); ² (Mário de Andrade, in “Africasie”); ³ (Silva Cardoso, op.cit pp.86);

⁴ (Silva Tavares, in diário “Novidades”; Lisboa 25Out65);

⁵ (nascido em 1895 no Golungo Alto, filho de um grande fazendeiro português; em 1907 ingressou no seminário de Luanda e em 1917 foi ordenado presbítero; formado em Teologia por Roma, decano do Capitulo da Sé-Catedral de Luanda e vigário-geral daquela arquidiocese; desde final de 1955 mentor do MIA - Movimento para a Independência de Angola, grupúsculo do PCA entretanto absorvido pelo MPLA);

⁶ (meião, até meados da década de 50 residiu na Muxima como caçador de elefantes e pacaças na Reserva da Quiçama; em seguida trabalhou como mecânico em Luanda onde, antes de Set57, foi aliciado por Viriato da Cruz a aderir ao PCA, frequentando células clandestinas de formação política e distribuindo panfletos até ser incorporado no RI20-Luanda, onde fez a recruta e a especialidade de atirador; veio à Metrópole e participou no Troféu Salazar organizado pela EPI-Mafra no Campo de Tiro da Serra da Carregueira, tendo sido agraciado pelo PM com uma espingarda “Mannlicher” como melhor atirador; regressado à Luanda, concluiu o serviço no Exército e passou à disponibilidade; durante as rusgas de 29Mar59 foi preso pela PIDE e na cadeia aliciado por António Jacinto do Amaral Martins a aderir ao PLUA; em 12Nov60 foi abrangido pela amnistia e com outros libertado, passando a viver de biscates e regressando à sua residência no muceque Rangel);

⁷ (antigo estudante da Escola da Missão Evangélica, onde em 56-57 foi “recrutado” por Amílcar Cabral; em 29Mar58 foi preso e em 12Nov60 amnistiado);

⁸ (preso em 29Mar59 e amnistiado em 12Nov60); ⁹ (idem); ¹⁰ (idem); ¹¹ (40 anos depois, será ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra);

¹² (filho de André Rodrigues Mingas, um dos presos em 29Mar59 depois integrado no “Processo dos 50” e condenado);

¹³ (que afirma ser descendente directa da rebelde Dona Ana de Sousa, antiga Nzinga Mbandi dos ‘jagas’ da Matamba); ¹⁴ (Pacavira, op.cit pp.98,101);

¹⁵ (cf Paiva Domingos da Silva, pp.108-110); ¹⁶ (Luísa d’Almeida, in “Reflexões...”, 03Fev03)

Janeiro.10

Chega a Moscovo vindo de Bucareste o presidente Sekou Touré, que assina com os comunistas soviéticos mais um acordo cultural.

No dia seguinte o presidente guinéu viaja para Sófia, em visita oficial à Bulgária durante 2 dias.

Entretanto em Luanda circulam novos mujimbos sobre a agitação na Baixa do Cassanje, segundo os quais a povoação do Milando está sublevada.

Janeiro.12

Em Elizabethville, o líder Moisés Tschombé declara que «pelo Catanga está caducado o acordo sobre a zona neutralizada pela ONU».

Horas depois em Léopoldville, o presidente Kasavubu promove a general o ex-jornalista Joseph-Desiré Mobutu e nomeia-o comandante-chefe do exército congolês.

Logo a seguir em Thysville o prisioneiro ex-PM Lumumba, há mais de um mês detido no campo militar daquela cidade, tenta sublevar as tropas ali aquarteladas.

Janeiro.13

Chega a Rabat o presidente guinéu Sekou Touré que, após rápido périplo de 7 dias pelas capitais comunistas da Europa oriental, vai fazer uma estadia na capital marroquina a convite do rei Mohamed V.

– «Entretanto vão prosseguindo as negociações secretas entre a Rússia e Marrocos para a instalação de bases soviéticas no solo marroquino com a promessa de ser entregue o Sahara espanhol a Marrocos, bases que serviriam para atacar a Península Ibérica empregando-se os mesmos métodos adoptados na Coreia e no Laos, apoiando um governo Delgado-Galvão em Portugal com o compromisso de lhe serem cedidas as bases nos Açores. Deste modo os Estados Unidos ficariam cercados ocidentalmente desde Cuba aos Açores. E é este apêndice da “Operação Dulcinea” que os Estados Unidos ignoravam.»¹

Por essa ocasião no sudoeste do Congo-Léo, o prisioneiro Lumumba é levado do campo militar de Thysville para Léopoldville e, após breves contactos telefónicos secretos entre o conselheiro militar norte-americano junto do governo central congolês e o seu congénere belga junto do governo regional catanguês, é transferido de avião com os seus ex-ministros M’Polo e Okito para Elizabethville, em cujo aeroporto as tropas suecas da ONU não impedem que ao governo secessionista do Catanga os prisioneiros sejam entregues e seguidamente levados para os subúrbios, onde ficam encarcerados numa casa isolada e guardada à vista por forte escolta militar, enquanto ao longo da noite e madrugada o PM Tschombé discute com o seu ministro do Interior Munongo sobre o destino a dar ao arqui-inimigo agora posto à disposição: decidida a condenação à morte dos 3 prisioneiros, deverá ser executada o mais breve possível, de forma expedita e secreta.

Ao fim da tarde seguinte, os prisioneiros ex-PM Lumumba e seus apaniguados ex-ministros M’Polo e Okito são metidos numa camioneta militar para Bukwanga mas a meio do percurso apeados e encostados a uma árvore, sumariamente fuzilados por oficiais belgas ao serviço do governo catanguês e enterrados numa vala previamente aberta perto da estrada.

– «In December [?] he was delivered by Kasavubu's forces to the secessionist Katanga regime and a month latter he was killed under circumstances that have never been adequately explained.»

– «Com a cumplicidade da CIA, Lumumba é assassinado [...] “apenas alguns [6] dias antes da tomada de posse de Kennedy, por receio de que a nova administração adoptasse uma linha política menos dura”. Efectivamente, a administração Eisenhower eliminara um dirigente nacionalista não-alinhado, desafiara a União Soviética e criara condições para a instalação de um regime neocolonial no Congo. A administração seguinte teria de responder às complexidades da crise do Congo, inclusive estabelecendo um regime pró-ocidental [i.e, pró-Washington] em Léopoldville e reunificando o país. As repercussões destes factos [...] teriam efeitos directos nos acontecimentos subsequentes em Angola. [...] A administração Kennedy ver-se-ia mais tarde a braços não só com a crise do Congo, como também com a conveniente resposta a dar à revolta anticolonial em Angola.»²

– «Lumumba [...] exilado para o Catanga onde acaba por ser morto, vindo a tornar-se numa espécie de ídolo ou mártir para muitos congolezes. Importa recordar que Tschombé era pró-americano. Seria ingénio pensar que os EUA não estariam por detrás do desaparecimento de Lumumba, actuando dentro dos princípios da estratégia indirecta. [...] Assim, Joseph Mobutu, ex-sargento do exército belga, ascende rapidamente a general e surge como o homem forte do Congo capaz de trazer a unidade e estabilidade a este imenso território.»³

Decorridos 3 dias as autoridades catanguesas, por intermédio de um agente secreto belga contratam 2 civis belgas radicados em Elizabethville, que vão ao local desenterrar os corpos, retalham-nos e regam-nos com ácido de bateria de automóvel, terminando o serviço lançando fogo aos pedaços dos 3 corpos; (o «desaparecimento» de Lumumba virá a conhecimento público só decorrido um mês, gerando-se por longo tempo os mais diversos e desencontrados boatos sobre o acontecimento).

¹ (Juvenal, op.cit pp.24/5); ² (Wright, op.cit pp.69,73); ³ (Silva Cardoso, op.cit pp.66)

Janeiro.18

De Conackry, o comité central do PAIGC envia para o Cairo um «Memorandum au Conseil de Solidarité Afroasiatique», assinado pelos caboverdeanos Amílcar Cabral e Aristides Pereira, que solicitam àquele organismo «apoios de dois tipos»:

– «Por um lado, nos “planos moral e político” uma campanha de “acusação do colonialismo português perante a opinião mundial, por todos os meios de expressão” acompanhada de “medidas de represália no plano diplomático”; por outro lado, quer uma “ajuda concreta de natureza financeira”, quer uma “ajuda para obtenção dos meios materiais indispensáveis a uma acção directa contra as principais forças dos colonialistas portugueses”.»¹

Entretanto em Lisboa e em Coimbra, grupos de estudantes universitários levam a efeito várias iniciativas de protesto centradas na CEI (Casa dos Estudantes do Império), a qual desde finais da década se mantém como pólo da contestação à colonização portuguesa e espaço de formação comunista para alguns dos principais quadros e dirigentes de movimentos nacionalistas surgidos em Angola, Guiné e Moçambique.

– «1961 - Janeiro: O Governo não aceita a eleição democrática para a Associação da Casa dos Estudantes do Império. Agitação estudantil.»²

– «A verdade é que as escolas superiores se transformaram em centros de doutrinação revolucionária, infectando gravemente a juventude que havia de formar os quadros da vida económica e social portuguesa e era chamada a conduzir os soldados nas operações contra-subversivas no Ultramar. A revolução social-comunista foi preparada aí.»³

– «Em Lisboa, onde dominavam entre a população universitária os filhos dos “quadros” administrativos, dos políticos do regime, o movimento associativo [MA] encontrou grande apoio ou pelo menos muito pouca oposição na massa estudantil, que mobilizou em termos reivindicativos sectoriais utilizando uma linguagem de “restauração das liberdades fundamentais”, numa linha que se reclamava de “apoliticidade” e “arreligiosidade” das Associações de Estudantes, tendo subjacente um evidente comando e estratégia marxistas. Na perspectiva do Partido Comunista que então tinha grande influências nas Associações, adoptava-se a “frente ampla antifascista” procurando-se um denominador comum que não assustasse os inocentes úteis, burgueses e católicos com complexo de culpa, que enchiam as faculdades. Contando com o conformismo da grande massa, os dirigentes associativos procuraram assenhorear-se aí do poder sabendo que assim a maioria os havia de seguir, como segue geralmente os poderes constituídos. Isolados como “fascistas” os opositores, contra os quais se utilizava “juridicamente” a força “democrática” das decisões tomadas nos plenários e assembleias ao ar livre (pretendendo reunir e representar todas as Escolas), por isso muito facilmente controláveis pelos dirigentes marxistas das Associações, senhores de uma técnica superior de agitação e condução de massas. Instaurada assim uma “legalidade” ou “nova ordem” associativa, os discordantes eram objecto de medidas de coacção moral e física (insultos, denúncias, listas negras, agressões) destinadas a quebrar a sua resistência. As Faculdades tornavam-se deste modo feudos esquerdistas onde além de uma possibilidade de doutrinação e propaganda intensiva (através de panfletos, cartazes, reuniões) se vinham a revelar e recrutar quadros e filiados. Utilizava-se também habilmente, perante uma burguesia com pretensões intelectuais, o discurso da “autonomia universitária”, entendendo-se em consequência de tal autonomia que as forças policiais não poderiam intervir na Universidade. Estavam assim criados os “santuários” fundamentais em qualquer luta deste tipo às forças da subversão. [...] Sendo muitos dos militantes e aderentes das hostes associativas filhos ou parentes dos senhores do “establishment”, era natural a indulgência destes e a tendência para tomarem como válidas as escusas que viessem, até para justificar certas fraquezas e passos em falso. Por outro lado, é por esta ocasião que aparece na Universidade um movimento académico que pela linguagem e modo de actuação será o precursor histórico dos liberais e reformistas do regime, a “Acção Académica”. Numa situação em que os campos se radicalizavam, esta surge com uma linguagem dúbia feita de equívocos e lugares-comuns, pretendendo caçar na terra de ninguém do neutralismo. Dispondo de grandes subsídios governamentais, actua através da prestação de serviços: utiliza para captar os jovens, as viagens, os jantares, os “part-times” bem pagos para nada fazer; desenvolvendo dentro de um esquema teórico de necessidade da “evolução do regime” para fórmulas mais liberais, a mentalização do estudante “comprado” por benefícios de ordem económica.»⁴

¹ (Duarte Silva, op.cit pp.45); ² (Moreira e Pedrosa, op.cit pp.223); ³ (Caetano, in “Depoimento” pp.164); ⁴ (Nogueira Pinto, op.cit pp.246-247)

Janeiro.20

Em Washington, decorrem as cerimónias da tomada de posse de John Fitzgerald Kennedy, no cargo de 34º presidente dos Estados Unidos da América.

– «Está convicto de que o nacionalismo é o fenómeno mais importante do pós-guerra e quer oferecer aos povos do Terceiro Mundo uma alternativa ao comunismo. [...] Kennedy faz um discurso inaugural totalmente

dedicado à política externa e promete, em termos vibrantes, o apoio da América às pessoas que em metade do mundo lutam contra o cativo da miséria. [...] Nenhuma promessa parece excessiva em 20 de Janeiro de 1961 e em Lisboa teme-se a reviravolta política operada pelos intelectuais de Harvard.»¹

– «Começara a guerra. Para que os portugueses ficassem cientes de que os americanos também não desistiam, o senador Robert Kennedy, procurador-geral dos EUA e irmão do presidente, forçou o Conselho Nacional de Segurança a financiar com [mais] 6 mil dólares (cerca de 100 contos a preços constantes de 1961...), o Holden Roberto mais a sua UPA.»²

– «O Conselho Nacional de Segurança decide prestar auxílio a Roberto e coloca-o na lista de pagamentos da CIA, com cerca de 6 mil dólares de honorários, pagos através dos serviços da CIA em Léopoldville, verba essa que foi aumentada para 10 mil dólares em 1962. Esta soma não era muito importante, mas associava abertamente os Estados Unidos aos nacionalistas africanos em Angola.»³

Por essa ocasião no porto venezuelano de La Guaira⁴ em Caracas, 23 militantes⁵ do DRIL embarcam no paquete *Santa Maria* disfarçados de turistas «com passaportes falsos [e] no qual foi também transportado o caixão de chumbo de um pseudo defunto, que apenas continha material-de-guerra⁶ fornecido pela Rússia»⁷ para a Operação *Dulcinea*: o navio português, em viagem de turismo pelo mar das Caraíbas com destino a Miami, larga com 370 tripulantes⁸ e 622 passageiros⁹, rumo ao Curaçau¹⁰ para onde pouco depois o ex-capitão Henrique Galvão segue de avião.

– «Em vésperas do assalto ao “*Santa Maria*”, Galvão encontra-se com [o eleito PR brasileiro] Jânio Quadros em Caracas [depois de aquele em 04-07]Jan61 ter estado em Lisboa, onde se “relacionou com elementos da oposição”. E manda toda a sua bagagem para o Rio de Janeiro.»¹¹

¹ (Antunes, op.cit pp.12); ² (Múrias, op.cit pp.80); ³ (Wright, op.cit pp.88); ⁴ (10°36'N e 66°56'W); ⁵ (Camilo Tavares (Mortágua?), Carlos Junqueira d’Ambia, Cordeiro, Graciano Esparrinha, J.C.M., João das Neves, José Frias de Oliveira, Maximino A. de Sousa, Rezende Pereira e outros 2 portugueses; o capitão galego Jorge Sottomayor, Agustín Rojo, Roahy de Soskin, Vela Mosquera e mais 4 comunistas galegos, e dois venezuelanos; no dia seguinte, o ex-capitão Henrique Galvão com mais 3 portugueses e 3 galegos embarcam no porto caribenho do Curaçau);

⁶ (constituído por 2 pistolas-metralhadoras da IIGM, 2 carabinas, 1 metralhadora ligeira, 7 pistolas, 2 revólveres e 1 granada-de-mão); ⁷ (Juvenal, op.cit pp.22); ⁸ (entre eles o oficial Edmundo Mário Amorim Fanhais, natural do Entroncamento com residência em Santarém; Ângelo José de Carvalho Lobo, Eduardo Rodrigues da Silva e Manuel Bernardes, todos naturais de Santarém; e Jorge Carreira Borges); ⁹ (entre eles, 44 com passaporte norte-americano);

¹⁰ (principal cidade portuária da Venezuela (12°11'N e 69°00'W), em 1951-67 administrada por Michel “Michaël” P. Gorsira, nascido em 31Ago1913; morre em 04Jan1994); ¹¹ (Sérgio Moreira in “Crónica do Século”; RTP2 04Jan00)

Janeiro.21

Em Lisboa morre João Henrique Villaret¹, actor e declamador.

Enquanto isso no porto do Curaçau, o ex-capitão Henrique Galvão embarca sob disfarce e falsa identidade no transatlântico *Santa Maria* que larga rumo a Miami – pela bacia de Bonaire, Antilhas Holandesas e ilhas do sotavento das Pequenas Antilhas –, estando a 1ª escala prevista em Willemstad.

Na madrugada seguinte ao largo das Caraíbas, numa noite sem luar e em alto-mar na baía de Granada, alguns apaniguados do DRIL entram às 01:30 na cabine-de-comando do paquete *Santa Maria* e, sob a mira das armas, forçam a tripulação a entregar o comando do navio: o oficial-de-turno terceiro-piloto João José do Nascimento Costa recusa obedecer a ordens de bandidos e é morto a tiro, ao mesmo tempo que outros 2 oficiais da Marinha Mercante são agredidos e feridos; quanto ao comandante Simões Maia é subjugado, sendo a tripulação da ponte e da casa das máquinas forçada a manobrar sob coacção exercida pela força das armas, pelo que o navio é desviado da sua rota pelo comando do DRIL às ordens do ex-capitão Galvão.

– «Emigrados espanhóis anti-franquistas, juntamente com alguns portugueses entre os quais Henrique Galvão, tendo embarcado no “*Santa Maria*” no porto de La Guaira (Venezuela) apoderaram-se do navio no alto mar. O cérebro da operação e o verdadeiro capitão do paquete, após a sua tomada, foi o comandante Sottomayor, oficial da marinha de guerra republicana e antigo combatente na guerra civil do seu país. Dada, porém, a nacionalidade do navio, foi o nome de Galvão que se encontrou projectado para o primeiro plano, sob uma sigla para o efeito inventada [?], que reconhecia o papel decisivo dos espanhóis: o Director Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL).»²

– «Henrique Galvão apodera-se do transatlântico “*Santa Maria*”. [...] Esta operação de Galvão foi dirigida pelo general Humberto Delgado que esteve todo o tempo presente e nela interveio activamente, dando as ordens oportunas.»³

Enquanto isso no Cairo reúne em sessão extraordinária o Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, perante o qual discursa o chefe do PAIGC Amílcar Cabral.

¹ (nascido em 10Mai13 em Lisboa); ² (Sertório, op.cit pp.40); ³ (Robledo e Novais, op.cit pp.67)

Janeiro.23

Em Lisboa, o director da *Companhia Nacional de Navegação* desconhece o paradeiro do paquete *Santa Maria* e informa as autoridades governamentais, que já têm conhecimento do navio ter sido alvo de um «acto de pirataria-em-alto-mar».

– «Para gerir a crise provocada um gabinete de emergência tendente a tomar medidas mais ajustadas à solução do problema, tanto no âmbito diplomático como no militar, visando a localização do paquete e a sua libertação do grupo assaltante. Não há notícias de qualquer país ou organização estar por detrás desta acção, começando no entanto a circular rumores da intenção de conduzir o navio para Angola, onde se iniciaria toda a acção tendente ao derrube do Governo vigente em Portugal.»¹

Pouco depois no palácio das Necessidades, o MNE por intermédio dos embaixadores em Londres e Washington, solicita aos respectivos governos a intervenção de meios aeronavais a fim de localizar o navio e interceptá-lo caso tome rumo sudeste internando-se no Atlântico: de facto, a maioria dos 30 piratas do DRIL (17 dos quais comunistas galegos) tinham sido aliçados a ir a Santiago de Cuba para embarcar castristas armados, com o hipotético plano de navegar para Accra e dali à ilha Fernão do Pó onde tomariam o poder da possessão espanhola², com o fito de seguir depois para a costa de Angola: a CIA de há muito tem conhecimento de tais intenções mas,

com a intervenção diplomática portuguesa, aos norte-americanos não interessa a chegada de cubanos a Angola, tanto mais que a fase final da *Operação Plutão* já está em marcha; por outro lado, não contavam os serviços secretos com a ingenuidade do planeamento e a ineficácia operacional dos revoltosos, nem com o pedido formal do Governo português para apresamento do navio, que se encontra já em alto-mar ao largo de Santa Lucia,³ depois de naquele porto ter desembarcado os 2 oficiais da Marinha feridos durante o assalto. Deste modo, a USNavy é forçada a aceder à localização e intercepção do navio e, face à intervenção solicitada pelo Governo português a Washington para apresamento do navio, surgem diferendos no comando do DRIL (Sottomayor vs Galvão): dada a proximidade da base naval norte-americana de Guantánamo, a hipótese de ir a Santiago de Cuba é arredada, mas entre os sequestradores instala-se a cizânia (que nos próximos dias vai proporcionar ao comandante do navio iludir a vigilância e produzir uma navegação propositadamente errática).

- «*Impressão geral imprensa televisão rádio inglesas altamente favorável Galvão Delgado. Grupo [dos Portugueses Democratas de Inglaterra] entrevistado jornais rádio televisão. [...] Houve intervenção Parlamento.*»⁴
- «*As nações intervenientes foram a Inglaterra, os Estados Unidos e o Brasil. A Inglaterra oficialmente de início classificou o assalto ao “Santa Maria” como um acto de “pirataria” e não um “acto político revolucionário”, e em virtude daquele acto o almirantado britânico deu ordem para que a fragata “Rodersay” perseguisse o “Santa Maria” e os piratas fossem aprisionados. Mas a breve trecho, sob o pretexto de reabastecer-se, a fragata abandonava a perseguição. Porquê, vamos dizê-lo: [...] foi ele [maçon inglês Aneurin Bevan, líder da ala esquerdista do Labour Party e velho apoiante de Delgado], quem actuou em Londres por forma a que a Maçonaria em peso exerceu a sua influência junto do governo inglês e do parlamento, que o almirantado foi forçado a determinar o abandono da perseguição sob o pretexto de reabastecimento. Contudo, naquelas paragens haviam mais três barcos de guerra ingleses. Porém, o caso dos Estados Unidos é um assunto muito mais sério. [...] O jornal [londrino] “Standard Times” [em 17Fev61] e a revista “Boémia”, citam como tendo sido o “aventureiro” major [Elloy Gutierrez] Manoyo quem denunciou às autoridades americanas a “Operação Dulcinea”, da qual tinha conhecimento e deveria tomar parte nela mas desistiu e efectuou a denúncia.*»⁵

Ao mesmo tempo em Bissau, durante a manhã agentes da subdelegação da PIDE, sob chefia do inspector José da Costa Pereira, procedem a rurgas e capturam dirigentes e activistas do PAIGC, havendo outros na noite anterior logrado fugir para o Senegal, enquanto alguns – como Rafael Barbosa e o seu adjunto Mário Mamadou “Momu” Turé⁶ – conseguem manter-se na clandestinidade.

- «*Vigiado pela polícia [desde 21Dez60], não tarda muito que Momu [Turé] deixe o [emprego de cozinheiro no] Grande Hotel, para entrar na clandestinidade, ao lado de Rafael Barbosa. Com apenas 23 anos [i.e, 21], é nomeado para o comité central com as funções de secretário político da zona de Bissau, que acumula com a de agente de ligação com a direcção em Conackry. [...] Um colaborador da polícia [de Bissau] dá conta da fuga para Conackry, a 23 de Janeiro [de 1961], de três indivíduos: Gentil Lacerda, Joaquim Honório Correia “encadernador na Tipografia das Missões, de cerca de 40 anos; e seu sobrinho João Tomás Cabral,⁷ de 17 anos mais ou menos, linotipista também na Tipografia”. [...] O Senegal dá os primeiros passos de simpatia, com o presidente Léopold Senghor a conceder ajuda e asilo aos patriotas guineenses e caboverdeanos que fogem dos seus territórios. Em Dacar, o partido é coordenado por Luis Cabral; a sede é no n.º20 da Rue des Fleurs, onde habita o caboverdeano Gregório Freire de Andrade. Conhecedora desta morada, a PIDE da Praia apressa-se a divulgá-la à direcção-geral, aos diversos comandos militares, à PSP e à Organização de Voluntários de Cabo Verde.*»⁸
- «*Entretanto a embaixada de Marrocos em Dacar fornecia a Amílcar Cabral um [outro] passaporte falso: em nome de “Mohamed Benali”, nascido em “Marrakesh a 12 de Setembro de 1925”, comerciante de profissão e morador na “Rue des Fleurs 20, em Dacar.”*»⁹
- «*José Ferreira de Lacerda [mentor do MLG e seu co-fundador], foi detido pela PIDE no grande “processo de 1961” desencadeado pela prisão de Fernando Fortes. Inicialmente, Lacerda fazia apelo ao princípio da autodeterminação, mas apoiou o desencadeamento da luta armada pelo PAIGC, embora defendendo que deveriam existir comandos militares distintos, na Guiné e em Cabo Verde.*»¹⁰
- «*No princípio do ano de 1961, os portugueses conseguiram prender [em Bissau] 20 membros do Partido [PAIGC], entre os quais Fernando Fortes, Epifânio [Souto Amado]¹¹ e outros [fundadores do MLG], alguns dos quais eram dirigentes do Partido. A grande movimentação que se fez nessa altura, obrigou os coloniais a levá-los ao tribunal e a libertar a maior parte deles. Isso deu-nos um grande prestígio e contribuiu para enraizar mais profundamente a ideia da luta.*»¹²

Entretanto em Londres o PM socialista Harold MacMillan, acompanhado pelo secretário do Foreign Office, recebe o PM senegalês Mamadou Dia para negociações sobre o futuro da Gâmbia.

- «*As autoridades do Senegal [e não só] sempre estiveram alertadas para os apetites da vizinhança: a República da Guiné, mas também o Mali: “Não se ignoram em Dacar os projectos expansionistas de Sekou Touré sobre o Casamance, região etnicamente e geograficamente semelhante à Guiné Portuguesa, sobre a qual Conackry lança as suas vistas”, lê-se num documento da PIDE [?] de 61, que faz o retrato das três principais organizações nacionalistas sediadas no Senegal.*»¹³

Antes do final do mês, um grupo escolhido de 10 activistas guineenses e caboverdeanos do PAIGC vai seguir viagem de Conackry para Nanquim, a fim de ali receber treino militar e formação de guerrilha.

- «*Na sequência de um convite [em Pequim 5 meses antes], resultou a partida [de Conackry] em Janeiro de 1961, com destino à Academia Militar de Nanquim, de 10 militantes do PAIGC que iriam tornar-se os principais comandantes da guerrilha: Osvaldo [Máximo] Vieira, [seu primo direito] João Bernardo [Ninho] Vieira¹⁴, Constantino [Tchutcho Axon] Teixeira, Domingos Ramos, Rui de Anselmo [Djassi], Francisco [Chico Té] Mendes, Hilário Gaspar Rodrigues, Vitorino da Costa, Vitor Gomes e Manuel Saturnino [da Costa].*»¹⁵

- «Os primeiros quadros foram formados na China. Foi para lá que partiram os militantes que receberam preparação militar. O 1º grupo era composto por Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui [de Anselmo] Djassi, Vitorino Costa, Constantino Teixeira, Hilário Gomes [i.e, Gaspar Rodrigues], Pedro [Gomes] Ramos e Manuel Saturnino da Costa. Juntaram-se a eles, um pouco mais tarde, Chico Mendes e Nino Vieira.»¹⁶
- «Desde [fins de Janeiro de] 1961, Osvaldo e 5 [i.e, 9] dos seus companheiros (o 7º, Domingos Ramos, foi morto na frente de Madina em [21Abr] 1966), passaram diversos meses na Academia Militar de Nanquim.»¹⁷

¹ (Silva Cardoso, op.cit pp.69); ² (contrariamente ao que Galvão mais tarde afirma, não existem nesta data quaisquer apoios planeados na ilha Fernão do Pó); ³ (ilha situada a 13°53'N e 60°58'W, à entrada ocidental do mar das Antilhas; território sob administração britânica, onde desde 1958 está colocado Julian Edward George (neto do antigo PM britânico Herbert Henry Asquith), «Earl of Oxford and Asquith, Viscount Asquith of Morley», o qual em 1962 será transferido para as Seychelles onde vai exercer o cargo de governador até 1967; em Santa Lucia está desde 1960 como “chief minister” George Frederick Lawrence Charles (nascido em 07Jun1916), que ali se mantém até 1964; em 1998 elevado a “Sir”, vindo a falecer em 26Jun2004 em Castries, na citada ilha);

⁴ (Lúcio Miranda, em telegrama para São Paulo dirigido a Manuel Sertório; Londres 28Jan61); ⁵ (Juvenal, op.cit pp.17/8,23); ⁶ (nascido em 09Mai39 em Bissau, muçulmano de etnia sosso; filho de Fatumatá Djib natural de Buba, e de Ibraima “Lau” Turé, de etnia fula natural de Luau Lamego, alfaiate de 44 anos; tem dois irmãos, Umaru e Bassiro, este nascido em 45, pescador; de alcunha “Momu”, Mário fez a instrução primária, reside no bairro Píloim, é solteiro e trabalha como cozinheiro no Grande Hotel; em 1960 foi recrutado por Rafael Barbosa para aderir ao PAI; em 17Jun60 o director-geral da PIDE coronel Homero de Matos, ordena ao chefe da delegação da Guiné que investigue; em 21Jul60 o agente Augusto Macias fornece dados sobre Momu Turé e seu pai, e ainda sobre o futuro Alfa Umaru Bari, guarda-fiscal reformado com 73 anos; a partir de 21Dez60 o nome de Mário Mamadou Touré passa a constar dos ficheiros do Serviço Central de Informações da PIDE);

⁷ (nascido em 1944, provavelmente em Labé, capital do Fouta-Djalón na Guiné ex-Francesa; filho dos guineenses portugueses Luísa Correia Dias e Tomás Cabral; em Fev61 ingressa no PAIGC; em 63 será enviado para a URSS «a fim de fazer estágio no domínio da Organização e Direcção de Juventude»; regressado a Conacry, após curso de sindicalismo ingressará nos quadros da UNTG, órgão satélite do PAIGC); ⁸ (Castanheira, op.cit pp.130,124,39/40); ⁹ (Cabrita Mateus, op.cit pp.117);

¹⁰ (Duarte Silva, op.cit pp.54); ¹¹ (um dos “históricos” marxistas guineenses, é mantido na prisão da 2ª Esquadra da PSP- Bissau; em 04Set62 será transferido para o Tarrafal, de onde sairá apenas em 02Ago69, para ser libertado em Bissau um dia depois); ¹² (Amílcar, “Revolution...”); ¹³ (Castanheira, op.cit pp.187);

¹⁴ (nascido em 27Abr39 em Bissau (de etnia papel), profissão electricista; anos depois recebe treino em Cuba e na Checoslováquia); ¹⁵ (Duarte Silva, op.cit pp.43); ¹⁶ (Luís Cabral, em 13Jan95 a Freire Antunes); ¹⁷ (Davidson, op.cit)

Janeiro.24

A sul de Luanda é inaugurado na EN4 o troço do km32 (rio Uaque), que segue de Catete à Muxima e dali rumo a Porto Amboim, Novo Redondo, Ejito, Lobito e Benguela, em direcção a Quilengues, Sá da Bandeira, Chibia, Humbe e Pereira d’Eça até à fronteira sul.

Por essa ocasião no alto-mar das Caraíbas, o sequestrado transatlântico *Santa Maria* navega com rumo oeste para a ilha de Granada através da Passagem de São Vicente.

- «O navio tinha desaparecido e assim se manteve em silêncio até ao dia 24 em que enviou uma mensagem para a NBC de Nova Iorque, afirmando falar em nome do general Humberto Delgado e defender os princípios democráticos, sendo o seu único objectivo o derrube do Governo de Salazar.»¹

Poucas horas depois no Rio de Janeiro, o ex-general Humberto Delgado revela aos jornalistas que «tinha conhecimento prévio dos projectos de Henrique Galvão».

- «Delgado, empunhado como bandeira por Galvão, limitou-se a ser no Brasil o director de relações públicas da operação.»²
- «Não se chega a uma conclusão certa de sabermos quem chefiou a revolta, se Galvão ou Delgado, pois este último declarou no Brasil que era ele quem comandava a “Operação Dulcinea”. [...] Passando aos factos naturais, foram os comunistas ainda quem, observando a enorme propaganda que se estava fazendo ao nome de “Santa Maria”, procuraram Delgado em São Paulo e lhe sugeriram para que o nome do barco fosse mudado para “Santa Liberdade”. Delgado, que se tornou instrumento dócil a tudo quanto os comunistas lhe ordenaram (tal qual como aconteceu no célebre Pacto de Almada), partiu para o Recife e aqui ordenou a Galvão que efectuasse a mudança para “Santa Liberdade”, um nome de blasfémia que pode ser observado tanto no regime comunista como no de certas democracias.»³

Na manhã seguinte no palácio das Necessidades, o MNE é informado pelo embaixador norte-americano que um avião de reconhecimento da USNavy havia localizado o paquete *Santa Maria* – entretanto rebaptizado pelos sequestradores do DRIL com grande faixa *Santa Liberdade* colocada frente à ponte de comando –, a leste do mar das Caraíbas e em pleno oceano Atlântico seguindo para sudeste, mas aparentemente já com rumo⁴ à costa nordeste brasileira. E decorridas algumas horas, a edição do vespertino *República* é suspensa por 3 dias em consequência de opiniões noticiosas sobre o sequestro do paquete *Santa Maria*.

- «Outro ataque ao regime, à maneira dos piratas (no seu sentido literal), foi o assalto ao navio de passageiros *Santa Maria*, dirigido pelo quixotesco capitão Henrique Galvão, um antigo administrador colonial de ideias políticas incertas, que em Janeiro de 1961 assaltou e tomou o navio no mar das Caraíbas. Manteve-se então no alto-mar, sempre difundindo declarações anti-salazaristas. Gerou-se forte especulação quanto às suas intenções e destino do navio, e em determinado momento pareceu que poderia ir “en route” para Luanda, a fim de estabelecer um governo português no exílio.»⁵

Entretanto ao largo da costa de Angola, têm sido assinalados pesqueiros e navios mercantes soviéticos. E nas últimas semanas no interior noroeste, vários “estrangeiros disfarçados de negros angolanos” e nenhum deles falando português, foram capturados por conjura e conspiração em diversas localidades onde haviam instruído autóctones, para agitar agricultores algodoeiros na Baixa do Cassanje e moradores nos bairros periféricos de Luanda: aqueles agentes insurreccionais detidos, confessaram ter sido preparados em escolas especializadas da cortina-de-ferro; e tinham em seu poder armas de fabrico checoslovaco vindas do Congo-Léo por mediação do PM Gizenga e do comunista espanhol Gustavo Porcelana Duran, observador da ONU junto do governo do Congo ex-Belga e amigo pessoal do secretário-geral Dag Hammarskjöld.

- «Galvão e uns outros tantos democratas e progressistas portugueses, apoderaram-se do comando do navio em pleno alto-mar e anunciaram ao mundo que a sua direcção seria Luanda. Viriam depois a mudar o curso para águas brasileiras nos fins do mesmo mês, sob a pressão de uma potente esquadra de fragata britânica e aviões de guerra norte-americanos, que já vinham seguindo desde dia 24 de Janeiro o paquete apressado. [...] De entre os demais que se haviam apoderado do *Santa Maria*, destacava-se o dr. Miguel Urbano Tavares, eminente figura política nas lides da oposição à ditadura fascista de Salazar. [...] Marxista-leninista confesso, Miguel Urbano Tavares militava a partir do exílio pela justa causa do povo português, [...] pela independência e autodeterminação dos povos e em particular das colónias portuguesas [...], a que se

associaram militantes antifascistas espanhóis. [...] Após a reunião [havida durante a noite de 07Jan61 na casa de Francisco Imperial Santana no muceque Rangel], [...] buscou-se um local o mais discreto possível para a continuação dos trabalhos preparativos tradicionais. Estes consistiam em banhos, baptismos, vigílias em cemitérios, exercícios militares com as poucas armas de que dispunham, assim como treinos de luta corpo-a-corpo e manuseamento rápido de armas brancas sendo a catana a principal, devidamente preparada com exorcismos. O então campo dos brasileiros no muceque Rangel foi o sítio do consenso, tendo-se encontrado uma casa nas proximidades do bairro da estação nova dos caminhos-de-ferro de Luanda, aí junto à fronteira do bairro do Cazenga com a Terra Nova, para os últimos preparativos. A referida casa era destinada ao comandante-geral Paiva Domingos da Silva, assistido por dois mais velhos curandeiros. [...] Foi durante esse acto que Paiva Domingos da Silva se sentiu assumido de verdade porque, assim se entendia, acabavam de se lhe confiar todos os poderes invictos do mando, sem qualquer hipótese de vulnerabilidade. Foi-lhe também recomendada a observância de “11 mandamentos”, sendo os mais precisos: viver separado da mulher; ter uma casa com acesso proibido a mulheres, enquanto estivesse a trabalhar; observar religiosamente os ditames de orações no cemitério, a partir das 0h00 às 4 da manhã; não cumprimentar quem quer que fosse; não permitir que os alimentos fossem confeccionados fora do quintal da casa em que se encontrasse e/ou passasse a viver; o abastecimento de água teria que ser assegurado por um guarda de extrema confiança pessoal. Foram participantes activos do ritual, exímios caçadores e curandeiros provenientes dos mais diversos lugares do país, nomeadamente Quiçama [a sul de Luanda], Dembos e Quibala [Norte no concelho de Ambrizete], e outros que vieram de propósito do Congo-Kinshasa. [...] Assim, até aos dias derradeiros do mês de Janeiro de 1961, nada mais faltava senão a ordem do comando para o ataque.»⁶

¹ (Silva Cardoso, op.cit pp.69); ² (Sertório, op.cit pp.40); ³ (Juvenal, op.cit pp.13/4,11/2);
⁴ (à passagem entre a ilha Fernando Noronha e o atol das Rocas, 32°25'W-03°51'S e 33°49'W-03°52'S);
⁵ (MacQueen, op.cit pp.47); ⁶ (Pacavira, op.cit pp.79-80,103-105,108/9)

Janeiro.26 (5ªfeira)

Do aeroporto de Lisboa segue para o Rio de Janeiro um avião da TAP, com um grupo civil da brigada naval da LP sob chefia do eng. Jorge Pereira Jardim.

– «Diversos factores concorreram para que a “Operação Dulceia” fosse malograda. Primeiro, foi a inteligente acção do comandante Maia do “Santa Maria”, navegando em constante zigue-zague de que resultou um maior consumo de combustível e seguindo um rumo diverso daquele que os assaltantes pretendiam. Segundo, é possível que o FBI tenha informado o almirantado norte-americano da ficha de alguns dos “aventureiros gangsters” que seguiam a bordo e da denúncia do barco vir a ser reabastecido no alto mar por um submarino russo, razão por que três vasos de guerra americanos seguiram o “Santa Maria” a fim de verificarem se o facto se daria. [...] Terceiro, porque a bordo seguiam 60 passageiros americanos e Galvão, na sua cegueira e loucura, ameaçou afundar o barco se ele fosse abordado pelos navios de guerra americanos.»¹

– «O plano foi abortado, porque o paquete Santa Maria deixou de fazer escala em Havana e passou a escalar Fort Lauderdale, e porque o navio Vera Cruz [desde 52 ao serviço da CCN] atrasou a rota na saída do Rio de Janeiro, já com uma força de segurança a bordo [elementos da LP idos de Lisboa em avião]. Os piratas do Santa Maria tentaram rumar a Angola mas, após ameaça de intervenção da marinha norte-americana, rumaram ao Brasil. Com o apoio da URSS, Cuba é quartel-general da luta contra os regimes português e espanhol. A estratégia internacionalista visa expulsar os países ocidentais de África, como fase intermédia para o enfraquecimento do ocidente e afundamento dos regimes capitalistas. Nela se enquadra o assalto ao paquete Santa Maria, e estava planeado o apresamento do navio Vera Cruz e de alguns aviões da TAP, para que em ambos fossem enviadas tropas do DRIL embarcadas em Havana e armamento a ser embarcado na Ilha Fernão do Pó. Com esses meios desembarcariam em Angola (onde Delgado recebeu há três anos uma grande votação nas eleições, e Galvão dispunha de boas relações), para estabelecer naquele território um governo provisório com prévio reconhecimento do bloco socialista e apoios no terceiro mundo; tais desembarques contariam também com apoio de negros africanos, treinados em guerra subversiva nos países socialistas, colocados no litoral angolano a partir de barcos pesqueiros soviéticos. Alguns jornais noticiaram que emissores estrangeiros referiram os “acontecimentos” de Angola mesmo antes de eles terem ocorrido, verificando-se a presença inusitada de jornalistas estrangeiros em Luanda.»²

Entretanto do AB1 no Figo Maduro, levantam voo 2 DC3-Dakota com 2 pelotões pára-quedistas destinados à ilha do Sal, a Bissau e a São Tomé, por forma a impedir eventual acostagem a portos nacionais do navio Santa Maria e ao desembarque hostil em território português dos piratas do DRIL agora sob comando de Henrique Galvão.

– «Temos o “Santa Maria” localizado e sabemos que a intenção dos assaltantes é dirigirem-se para África, com finalidades ainda pouco esclarecidas. Apesar das diligências feitas junto de alguns países amigos, não podemos contar com a sua ajuda na captura do navio e, como tal, somos nós que, com os nossos próprios meios, teremos de encontrar uma solução. Estabelecemos um centro operacional na ilha do Sal sob comando do comandante Ferrer Caeiro, colocando ao seu dispôr os meios indispensáveis, navios e aviões, para evitar que o “Santa Maria” prossiga para Angola como, no dia 25, foi comunicado pelo [ex] capitão Henrique Galvão. Concretamente, o reforço aeronaval da área irá contar, em princípio, com 2 navios da Marinha e 3 aviões PV-2. Da parte da Força Aérea, é nossa intenção reforçar o dispositivo militar naquela área com 3 aviões PV-2 estacionados em Bissau e prontos a actuar, não só na localização e seguimento do “Santa Maria” como igualmente na sua imobilização se tal fôr julgado necessário. Pretendemos que o [major piloto-aviador António da Silva] Cardoso siga ainda esta noite [03:00 de 28Jan61] com o capitão Paulino Correia e o tenente Faria] para Bissau, com 3 PV-2 armados com foguetes de 5 polegadas, para utilizar só numa situação extrema e dentro das maiores precauções para evitar a perda de vidas humanas. Procurar-se-á atingir somente o sistema propulsor que se situa à ré e um pouco abaixo da linha de água. Embora os norte-americanos continuem a fazer o seguimento do navio com aviões de patrulhamento marítimo e escoltadores oceânicos, tememos que os nossos pedidos de libertação do paquete se tornem cada vez mais difíceis de atender face ao carácter político que reconheceram no seu aprisionamento. Admitimos que o posicionamento das nossas

forças leve os próprios assaltantes a desistir da ideia de se dirigirem para Angola, onde já estarão a afluir alguns jornalistas estrangeiros.»³

De facto, apenas conhecido o assalto ao navio Santa Maria no mar das Caraíbas, dezenas de jornalistas estrangeiros dirigiram-se premeditadamente para Luanda, provando-se deste modo um vasto conluio internacional: a rebelião dos algodoeiros na Baixa do Cassanje inicialmente fomentada pelo ex-Cominform e logo depois manipulada pela CIA com agitação sindical através de agentes da CISL no noroeste de Angola; e recente sequestro do navio português pelo DRIL, com idêntica sequência.

– «Enquanto isso os angolanos, dentro e fora do país, preparavam-se pressurosamente para uma acção armada de grande envergadura, para chamar a atenção da opinião pública internacional e africana à sua justa causa. Deste modo, uma legião de jornalistas dos mais diversos quadrantes políticos a nível da comunidade internacional, rompeu com todas as peias [...] entrando por fim em Luanda.»⁴

¹ (Juvenal, op.cit pp.23); ² (Standard Times, Londres 17Fev61);

³ (general Albuquerque de Freitas, no EMFA em Lisboa ao fim da tarde de 27Jan61; cf Silva Cardoso, op.cit pp.72-73); ⁴ (Pacavira, op.cit pp.80)

Janeiro.28

Durante a madrugada nos arredores do Montijo, 3 bimoteres PV-2 levantam da BA6 com destino a Bissau.

– «Acabei por descolar [aos comandos do PV-2 4605] perto das 03:00. [...] À semelhança do que acontecera [em 18Nov60] com os [8] PV-2 na ida para Angola, far-se-ia uma escala técnica para abastecimento em Gando [Canárias]. A partir daqui, dois dos aviões [sob comando do capitão Paulino Correia e do tenente Faria] seguiriam directamente para Bissau, enquanto eu passaria pelo Sal a fim de receber directivas do comando operacional ali sediado, prosseguindo então para Bissau. [...] Aterrei no Sal pelas 15:00 e pouco depois encontrei-me com o comandante [do centro operacional coronel piloto-aviador] Ferrer [Caeiro]. [...] Expôs-me a situação actual, [...] dando especial ênfase à intenção declarada do [ex] capitão Galvão se dirigir a Angola, onde a cada dia afluíam mais jornalistas estrangeiros. O “Santa Maria” encontrava-se a cerca de 60 milhas nordeste do Recife, sendo pouco provável que viesse a concretizar a intenção de rumar para a costa sul de África, pois seria confrontado com o problema do abastecimento, tanto de combustível como de víveres. [...] Descolei para Bissau já depois das 17:00, tendo chegado [ao aeroporto de Bissalanza] cerca das 20:30.»¹

Enquanto isso em Luanda, aterra no aeroporto Craveiro Lopes um avião procedente de Léopoldville com o dirigente da ABAKO Nzeza Landu, amigo pessoal do chefe daquele partido, o presidente congolês Kasavubu. Ao mesmo tempo desembarcam mais jornalistas estrangeiros, entre eles alguns norte-americanos, na previsão da cobertura de desembarque do navio Santa Maria.

Poucas horas depois, no Ruanda o governo provisório proclama a independência do território, mas nenhum país ou organização lhe atribui reconhecimento.

Entretanto em Montevideu decorre a II Conferência Pró-Amnistia dos Presos Políticos Ibéricos, promovida pela «Agrupación de Portugueses Demócratas» sob direcção de Aurélio Branco Martins, Joaquim Lopes Mendes e Maria Luísa Silva Neves, encontrando-se entre os participantes o advogado comunista Manuel Sertório vindo de São Paulo.

¹ (Silva Cardoso, op.cit pp.74-76)

Janeiro.29

Nos subúrbios de Luanda, e sob pretexto de reunir acólitos protestantes do muçequê Marçal, convocados pelos angolanos Francisco Costa e Sebastião Badiada, comparecem em casa do padre Vicente Rafael vários conspiradores – entre eles os jovens estudantes Vicente e Justino Pinto de Andrade (primos diretos do padre Joaquim da Rocha Pinto de Andrade e de seu irmão Mário dirigente do MPLA) –, a fim de acertar os respectivos planos de assalto às cadeias da cidade, o qual se relaciona com o facto de elementos afectos ao clandestino PC angolano terem sido avisados, por agentes do KGB, sobre as manobras da CIA junto da UPA, levando-os a aproveitar a recente presença em Luanda de jornalistas estrangeiros interessados em fazer a cobertura da anunciada chegada do sequestrado navio Santa Maria, avançando com uma acção paralela a fim de «fentar libertar presos políticos e chamar atenções para a sua causa», por forma que não venham a ser ultrapassados por interesses norte-americanos e possam manter a iniciativa de ideólogos e activistas da libertação da África.

– «Os trabalhos preparativos para o início da luta armada continuaram a crescer. [...] Nesse espaço de tempo foram realizados alguns ensaios com “pequenos ataques esporádicos”, sendo os mais relevantes o perpetrado contra uma viatura da Companhia Móvel da Polícia Colonial (com as siglas da PSP), de que resultaram sucessos muito animadores. [...] Nesse dia os sobreviventes ao ataque, levaram um recado às autoridades coloniais segundo o qual “os angolanos precisavam da sua terra”. [...] O grupo decidiu mudar-se daquele sítio junto à estação nova dos caminhos-de-ferro de Luanda [entre os muçequês suburbanos Cazenga e Terra Nova], para um outro quicá mais seguro e mais discreto, a Pedreira [do Quifangondo]. Augusto Bengue [jovem curandeiro tocoista], acabava de regressar de uma missão ao Congo, para onde tinha sido enviado à busca de mais fortes poderes mágicos. Na Pedreira tinha-se encontrado uma casa [i.e, casota] apenas para os chefes [Paiva Domingos da Silva, Fabião Pascoal Salvador, Raul Agostinho Deão, Francisco Imperial Santana, Neves Bendinha, João Nunes de Carvalho, Virgílio Francisco Sotomaior, Domingos Manuel, Salvador Sebastião, António Francisco], que coabitavam com “uma mulher de menor idade que fosse virgem”: a sorte caiu sobre a sobrinha do comandante-geral adjunto [Raul Deão], Engrácia Francisco Cabemba. [...] Foi na Pedreira que se começou a conferir com todo o rigor, os aderentes mobilizados. [...] “Os exercícios foram muito duros e prolongados”, destacando-se por outro lado a crise com que começaram a debater-se por “escassez de água e alimentação”: por isso o comandante-geral [Paiva Domingos da Silva] ordenou o logístico Imperial Santana a deslocar-se à cidade, chefiando certos efectivos do grupo à procura de alimentos,

água e tudo quanto lhes fizesse falta; de igual modo e ao mesmo tempo, saiu um outro grupo chefiado pelo mais-velho João Nunes de Carvalho. Porém ao regresso, verificaram-se deserções da parte do grupo do logístico-geral; e do grupo do mais-velho João Nunes de Carvalho, só ele regressou. [...] Decorria o mês primeiro do ano de 1961, [...] estava-se nos últimos preparativos para a acção directa anunciada pelo comité directório do MPLA. [...] A Pedreira começou a ser sobrevoada por duas avionetas em direcção à área ocupada pelos que estavam preparados. [...] Perante esta situação, o comandante-geral Paiva Domingos da Silva determinou a retirada imediata para Luanda de todos os combatentes, com orientações de eles permanecerem em estado de alerta para a ordem de ataque.»¹

¹ (Pacavira, op.cit pp.105-107)

Janeiro.31

Numa tipografia de Coimbra, a mando do DDS é clandestinamente impresso o seu Programa para a Democratização da República subscrito por 68 opositores – de entre eles se destacando Mário de Azevedo Gomes primeiro signatário, os seareiros António Sérgio e Jaime Cortesão¹, os maçons Acácio Gouveia, Eduardo de Sousa Figueiredo, António de Macedo, Carlos Cal Brandão e seu irmão Mário, e os marxistas ex-PCP Fernando António Piteira Santos, Francisco Ramos da Costa e Mário Soares – que, nos vinte itens do quinto capítulo intitulado «Política Ultramarina», não fazem no entanto quaisquer referências a autonomia, autodeterminação ou independência do Ultramar Português.

- «Em 1961, o “Programa para a Democratização da República”, sem falar sequer de autodeterminação dos povos coloniais, limitava-se a “repudiar qualquer manifestação de imperialismo colonial” e a defender “a imediata institucionalização da vida democrática, sem discriminação racial ou política, para todos os territórios e todos os povos, tirando da autenticidade do funcionamento das instituições democráticas todas as consequências morais, económicas e políticas”.»²
- «O seu objectivo essencial é “dar a conhecer, interna e externamente, uma alternativa de pensamento de tipo europeu, preenchendo o vazio político criado pelo salazarismo”.»³
- «15 de Março de 1916 – Os jornais de Lisboa deram a notícia, em telegrama, de que o Partido Socialista do Norte aprovou uma moção, em que “declara não ter responsabilidades no estado-de-guerra a que Portugal chegou”. O Partido Socialista do Norte traduziu na sua moção o velho e sábio prolóquio: “Quem as arma que as desarme”. Simplesmente faz do prolóquio uma generalização que ele não comporta. É justo que sofra cada qual as consequências do seu procedimento; seria justo que todos os ventos redemoinhassem por sobre a cabeça do imprudente que deslocasse o pedregulho onde Eolo guarda as suas potestades. Mas tal não é o caso. O risco de morte é para nós todos, filhos de Portugal, e uma conjunção de esforços, cada qual onde possa ser mais útil, impõe-se em nome da salvação comum, por instinto de defesa própria. Por certo os socialistas não têm responsabilidades no modo como tem sido feita a política e a administração na vigência da República, como as não tinham no modo como eram feitas, uma e outra, na vigência da Monarquia. Mas um grande perigo ameaça o País, isto é, um grande perigo nos ameaça a todos, seja qual fôr a nossa situação presente, seja qual fôr o nosso passado de virtudes e de pecados. Se a guerra terminasse com grandes proveitos para a Nação, haveria aí porventura quem deles não quisesse utilizar-se, alegando que em nada contribuíra para semelhante resultado? Não pode ser. Os socialistas, tanto os do norte como os do sul, podem ter as melhores razões; mas não queiram aliviar quem quer que seja, das responsabilidades que possam ter no estado-de-guerra em que nos encontramos. Quer-nos parecer que o momento não é propício a uma liquidação de responsabilidades, pelo que diz respeito ao estado-de-guerra.»⁴
- «Incansavelmente, Lenine dirigiu a oposição ao Governo Provisório e a agitação das massas. A propaganda bolchevista, nos campos, nas fábricas e nos quartéis, exigia a revolução social e a retirada da guerra.»⁵
- «De novo a história nos auxilia, porque nos permite comparar um fenómeno ou acontecimento actual com fenómenos e acontecimentos idos; e assim conseguimos encontrar a analogia dos propósitos, a semelhança das linhas de actuação, a identidade dos interesses, a repetição das situações; e então descobrimos, para além das fórmulas verbais novas, as mesmas realidades antigas. Por este processo, um facto, um movimento ou ideia, que se nos apresenta com absoluta realidade original, é desde logo despojado do prestígio e do aspecto dramático que nos subjagam; e a consciência de que estamos perante uma repetição de fenómenos políticos ou sociológicos, permite que não nos perturbemos nem se tomem decisões precipitadas. Não se pretende que se seja escravo da história, nem alguém pode com lucidez negar a evolução; mas da primeira podemos retirar o que fôr útil à defesa do presente; e a evolução nem é tão rápida como se supõe, nem em geral se processa através do que nos surge como mais espectacular, inusitado e inovador.»⁶
- Enquanto isso ao largo do Recife e em águas internacionais (08°03’S/34°54’W), antes do final do dia o contra-almirante norte-americano Allen Smith entra a bordo do navio Santa Maria e conferencia com o ex-capitão Henrique Galvão, que chefia os piratas do DRIL.
- «Diariamente recebia [em Bissau] através do comando naval [da Guiné], uma mensagem [oriunda do centro operacional da Ilha do Sal] com o ponto da situação relativa à evolução do sequestro do Santa Maria, que se mantinha ao largo do Recife e continuava a ser seguido por meios norte-americanos sob o comando do contra-almirante Allen Smith. Em 31 de Janeiro este contra-almirante conferenciou com Henrique Galvão a bordo do barco, o que dava um carácter político ao apresamento do barco, retirando-lhe toda a carga de um acto de pirataria como inicialmente tinha sido qualificado. No Brasil o presidente Jânio Quadros toma posse, prevendo-se que concedesse asilo político aos assaltantes.»⁷
- «Desde o princípio os piratas contaram com a complacência democrática da nova Washington. [...] Um almirante americano foi conversando dilatoriamente com os assaltantes o tempo suficiente para que o extraordinário feito enchesse as manchetes dos jornais, ocupasse longas horas de rádio e de televisão, e servisse de chamariz para outros acontecimentos que se iriam seguir.»⁸
- «Como o Governo português tomara as devidas precauções para fazer gorar a “Operação Dulcinea”, foi então negociada a conferência entre Galvão e o contra-almirante norte-americano, onde foi tratado de “igual

para igual” o seguinte: Galvão foi informado de que diversos navios-de-guerra portugueses se dirigiam ao seu encontro, sendo já curta a distância que os separava e que esses navios fariam a abordagem a todo o custo, sendo ele e a quadrilha dos “aventureiros” internacionais que o acompanhavam aprisionados; e para que tal não acontecesse deveria aproximar-se do Recife onde, em caso de necessidade perante a aproximação de navios de guerra portugueses, o “Santa Maria” entraria em águas territoriais e neste caso os passageiros seriam desembarcados, e Galvão e a sua quadrilha teriam asilo político. Mas apesar desta promessa e da sugestão feita pelo contra-almirante norte-americano, Galvão não cedeu logo sem ter a certeza de que assim sucederia, e por isso aproximou-se do Recife de onde enviou um rádio ao presidente Jânio Quadros, lembrando-lhe a promessa de o ajudar que lhe havia feito na Venezuela. Foi-lhe confirmada a promessa, mas teria de aguardar a posse do novo presidente que seria efectuada no dia seguinte.»⁹

– «Para poder conduzir o navio a Luanda como pretendia, Galvão – fiado em promessas de Jânio Quadros – aportou ao Recife para reabastecimento, mas o ministro da Marinha de Jânio impôs que o navio fosse entregue aos representantes oficiais portugueses.»¹⁰

¹ (já falecido em 14Ago60; será publicada em 64 a sua obra “Os Factores Democráticos na Formação de Portugal”, em 65 “O Humanismo Universalista dos Portugueses”, e em 68 “Os Portugueses em África”); ² (Duarte Silva, op.cit pp.160); ³ (Morais e Violante, op.cit pp.172); ⁴ (Camacho, op.cit pp.253-255); ⁵ (aa.vv., in “Da Rússia dos Czares à Rússia dos Sovietes, História 9”, pp.40; ed. O Livro.1993); ⁶ (Franco Nogueira, in “As Crises...” pp.16/7); ⁷ (Silva Cardoso, op.cit pp.77); ⁸ (Múrias, op.cit pp.71); ⁹ (Juvenal, op.cit pp.23/4); ¹⁰ (Mascarenhas, op.cit pp.370)

Fevereiro.1

No aeroporto da Beira aterram os primeiros aviões militares destinados à BA10, que será inaugurada no prazo de um ano.

E enquanto o Kremlin e Rabat trocam convites para que chefe do governo soviético e o rei Mohamed V visitem respectivamente Marrocos e a URSS, em Conackry o presidente Sekou Touré – regressado do seu périplo comunista e da posterior estadia em Rabat –, decide a nacionalização dos serviços públicos de água e de electricidade.

Entretanto em Cabinda, decorrem as cerimónias oficiais do 76º aniversário do *Tratado de Simulambuco* com as honras militares prestadas pela 1ªCCE sob comando do capitão de infantaria António da Silva Osório Soares Carneiro.

Por essa ocasião em Brasília, o PR conservador Kubitschek de Oliveira cessa funções e o progressista Jânio Quadros assume a presidência com João Goulart na vice-presidência, ao mesmo tempo que ao largo do Recife o navio *Santa Maria* entra em águas territoriais brasileiras.

– «Sem planos para uma acção subsequente e não sabendo positivamente o que fazer do “Santa Maria”, espanhóis e portugueses aproaram ao Brasil com o consentimento do presidente Jânio Quadros, que tomara posse do cargo pouco antes.»¹

– «Galvão, nervoso e cheio de medo perante a ameaça da aproximação dos navios de guerra portugueses, nem dormiu nessa noite. E de facto no dia seguinte recebia a bordo as autoridades navais do terceiro distrito naval brasileiro, as quais lhe garantiram em nome do presidente Jânio Quadros que seriam considerados asilados políticos, devendo aportar quanto antes ao porto do Recife porque os navios de guerra portugueses estavam a aproximar-se cada vez mais. E à cautela, Galvão foi aconselhado por Delgado para assim proceder, redundando de modo carnavalesco e grotesco a bem delineada “Operação Dulcineia”.»²

– «A 1 de Fevereiro o general Humberto Delgado desloca-se ao Santa Maria encontrando-se com Galvão, não deixando de transparecer uma certa fricção entre os dois homens pela disputa da tutela na oposição ao regime de Lisboa.»³

– «Henrique Galvão e Humberto Delgado conferenciam a bordo, juntando-se-lhes Álvaro Lins, antigo embaixador brasileiro em Lisboa.»⁴

– «Sendo eu brasileiro por nascimento, mas vivendo e trabalhando como professor há muito [no Externato Liceal de Almada] em Portugal, acompanhei com certa simpatia a campanha eleitoral do presidente Jânio Quadros devido à “vassoura” de que ele prometeu servir-se para “varrer” a corrupção no Brasil. Mas afinal constata-se a protecção por ele dispensada a Henrique Galvão que é justamente um dos maiores pioneiros da “corrupção”, conforme provam os dois factos citados [relativamente às suas “actividades” em 1940 durante a Exposição do Mundo Português]. Deve ser por isso grande a estupefacção das autoridades da minha terra ao tomar conhecimento destes factos, que certamente ignoravam, muito embora os jornais já tivessem dado o relato de façanha idêntica acerca de um objecto que Galvão roubou do “Santa Maria” para ofertar ao seu amigo [ex-embaixador] Álvaro Lins.»⁵

¹ (Sertório, op.cit pp.40); ² (Juvenal, op.cit pp.24); ³ (Silva Cardoso, op.cit pp.77); ⁴ (Morais e Violante, op.cit pp.172);

⁵ (chefe da casa civil do anterior PR brasileiro em 27Nov59-31Jan61; virá a falecer em 70); ⁶ (José Lopes de Oliveira, in “Operação Dulcineia” pp.5)

Fevereiro.2

Na Baixa do Cassanje, reportando ao comando do batalhão em Malanje, encontram-se dispersos os efectivos das 3ªCCE e 6ªCCacEv, que são cercados pela população sublevada que grita vitoriando Lumumba, «as armas dos brancos só disparam água» e «os brancos são caca de galinha». Pouco depois no BCacEv em Malanje, o comandante major Rebocho Vaz telefona para o QG/3ªRM em Luanda e pede o envio urgente de mais reforços militares. «A questão que se poderá pôr é se esse levantamento teria algo que ver com o assalto ao paquete Santa Maria: de facto, esse levantamento, obrigando o deslocamento de tropas para o interior de Angola, desguarneceu mais o litoral»¹.

Horas depois no palácio do Governo em Luanda, o governador-geral dr. Silva Tavares envia um telegrama ao ministro do Ultramar contra-almirante Lopes Alves: «A situação é extremamente grave e exige acção da máxima urgência e, como preveni, tudo indica que acontecimentos se irão precipitar nesta (Malanje) e noutras regiões». E logo a seguir o comandante da 2ªRA brigadeiro Pinto Resende, a pretexto da Crise do Santa Maria, exorbita as suas funções enviando para a residência particular² do seu superior hierárquico CEMFA general João Faustino de Albuquerque de Freitas, uma carta de que se destaca o seguinte: «Temos cá o pior em curso e não sei como se irá resolver. Começou pela

negação de trabalhar o algodão na Baixa do Cassanje, seguindo-se o assassinato de um capataz, fuga do sobado e declaração de obediência a Kasavubu. A exploração compulsiva do algodão rende ao agricultor indígena,³ nas áreas piores, 400 escudos por ano, e se o ano corre mal e perdem a cultura os indígenas nada recebem. Este é um exemplo das malandrices da 'tribo branca'».

– «No dia 2 de Fevereiro de 1961 [à noite], a direcção do movimento clandestino [comandado por Paiva Domingos da Silva] recebeu ordem superior para atacar, as cadeias e outros locais da cidade de Luanda, no dia 4 de Fevereiro de 1961. O cônego Manuel das Neves, um nome que em Angola encarna o núcleo da luta armada, foi quem através do camarada Salvador Sebastião transmitiu à direcção central do movimento clandestino, a ordem para atacar no dia 4 de Fevereiro e deste modo aproveitar-se a presença dos jornalistas que se encontravam em Luanda, em consequência do barco Santa Maria que se dizia rumar para Luanda.»⁴

Enquanto isso no outro lado do Atlântico, o navio Santa Maria larga ferro na baía do Recife e é ocupado por fuzileiros navais brasileiros, que procedem à segurança e ao desembarque de todos os passageiros e tripulantes, mantendo-se ainda a bordo os 30 piratas do DRIL.

– «O paquete entra no porto do Recife, tendo fundeado a cerca de 300 metros do cais e todos os passageiros e tripulantes saem para terra, terminando a designada operação "Dulcinea" como foi baptizada pelos seus autores.»⁵

¹ (Silva Távares, governador-geral); ² (Av.Roma nº106-1ºEsq em Lisboa);

³ (isto é, a cerca de 100 pequenas empresas algodoceiras que empregam 20 mil rurais no amanho do algodão);

⁴ (cf Paiva Domingos da Silva, cit Pacavira pp.109); ⁵ (Silva Cardoso, op.cit pp.77)

Fevereiro.³

De madrugada na cidade brasileira do Recife, os 30 piratas do DRIL entregam as suas armas e recebem o asilo político garantido pelo recém-empossado presidente Jânio Quadros.

Horas depois em Washington, o democrata Kennedy inicia as suas funções presidenciais na White House onde os serviços secretos lhe confirmam que os planos da *insurreição grevista* no nordeste de Malanje, tal como o sequestro do navio Santa Maria, falharam.

– «Foi-me permitido efectuar a reconstituição do caso do "Santa Maria" em virtude das razões seguintes: primeira, porque como "ex-militante" [do PCP] divulguei alguma coisa do muito que sei acerca da orgânica do comunismo internacional; segunda, porque acompanhei minuciosamente os relatos efectuados através da imprensa internacional, da rádio e da televisão, acerca do caso do "Santa Maria"; terceira, uma boa parte do Plano foi-me facultada pelo antigo chefe da esquadra brasileira sr. almirante Pena.»¹

Entretanto chega a Accra o príncipe marroquino Mulay Hassan II, a convite do PR ghanês Nkrumah.

Por esta ocasião em Angola, decorre a habitual estação das chuvas com temperaturas elevadas e humidade viscosa. Luanda tem as praias cheias de gente aos domingos e feriados, e as esplanadas apresentam a policromia étnica da grande cidade afro-portuguesa. Nas habitações térreas, as janelas são mantidas abertas dia e noite para receber a brisa. Cerca das 19:30 o sol desaparece no horizonte e na periferia da capital o conspirador cônego Manuel das Neves ultima a sua organização para assalto a três cadeias da cidade, a fim de libertar militantes do Grupo dos Enfermeiros e do ELA (satélites da UPA), e também os do PLUA e do MINA (satélites do MPLA).

– «A ordem do ataque tinha sido transmitida na noite de 2 de Fevereiro. Tínhamos apenas [menos de] dois dias pela frente e, apesar da grande maioria dos [onze] chefes estarem em sintonia, havia já muito pouco tempo para comunicar os 3123 [?] homens inicialmente previstos e preparados [?] para o assalto, uma vez que não se encontravam aquartelados [?] com o receio da traição. [...] De destacar a grande actividade do camarada Salvador Sebastião que, incansavelmente com a sua motorizada NSU, conseguiu contactar uma grande parte dos combatentes preparados para o ataque, dando-lhes a conhecer o local e a hora. [...] A notícia sobre o dia do ataque correu célere e no dia 3 de Fevereiro de 1961, às 15:00 começaram a chegar [ao muçequê Rangel] os primeiros combatentes no quintalão da casa do camarada Francisco Imperial Santana, munidos de catanas, gorras (boinas), camisolas e calções pretos. [...] Eram ainda cerca de 20:00, a direcção do movimento clandestino neste momento já transformada em estado-maior, encontrava-se reunida sob o comando-geral do camarada Paiva Domingos da Silva "Massuica Malamba". Nessa reunião que terminara por volta das 21:00 na [vizinha] casa do camarada Raul Deão, foi traçado o esquema e constituídos os [4] grupos de ataque. [...] Quando terminou a reunião do estado-maior, às 21:30 estavam já conferidos os combatentes que se encontravam no quintalão: [...] apenas estavam presentes 250 [?] efectivos. Foi com base no número presente que a reunião do estado-maior formou os grupos: 1- Casa de Reclusão [militar na Fortaleza do Penedo onde estão desde 29Mar59 encarcerados os "20 nacionalistas do MPLA" condenados em 21Dez60 pelo TMT-Angola], com 25 homens, chefe Francisco Imperial Santana; 2- Emissora Oficial, 25 homens, chefe Virgílio Sotomaior [que vai lançar o sinal para ataque simultâneo]; 3- Cadeia de São Paulo [onde os membros do desmantelado "directório do MPLA no interior" estão desde 08Jun60 em regime de prisão preventiva a aguardar julgamento], 25 homens, chefe Raul Deão [i.e, António Francisco]; 4- 4ª Esquadra [Móvel de Polícia, onde os chefes e activistas do "Movimento dos pauzinhos" estão desde 25Jun60 também em regime de prisão preventiva a aguardar julgamento], 25 homens, chefe Domingos Manuel; [...] Grupo de vigilância, número de combatentes desconhecido, chefe Salvador Sebastião. [...] O grupo de vigilância repartiu-se em dois sob a mesma coordenação, sendo um dos subgrupos composto por 25 homens destinado a atacar a 1ª Esquadra e o posto administrativo da Boavista. Eram cerca da 1 hora da manhã [01:00 de 04Fev61], o tempo [levante de lua-cheia ocorrido às 21:30] estava óptimo para se levar a cabo com êxito o trabalho projectado. [...] Nesta altura surge do camarada Paiva Domingos da Silva, na qualidade de comandante-geral, a ordem de todos os homens formarem conforme os grupos e em frente de cada grupo o respectivo chefe. Seguiu-se depois a distribuição das catanas que se encontravam sob a responsabilidade do estado-maior, para serem mais uma vez banhadas pelo grupo de quimbandas que fazia parte daquele órgão superior militar. Depois distribuíram-se as boinas (os gorros), seguindo-se o juramento de todos os

combatentes com uma oração muito inspiradora feita pelo camarada [controlador da UPA] Neves Bendinha: todos os combatentes juraram morrer pela pátria, pelo povo e pelo MPLA [?]. Nessa mesma altura foi distribuído ainda um [?] cálice de aguardente a todos os combatentes, incluindo os chefes; e no fim de todas as formalidades foi distribuído um foguete para cada chefe, com as orientações de ser rebentado após o cumprimento do último juramento em frente de cada objectivo a atacar. [...] Neste caso o chefe ordenaria aos combatentes a formatura em circular, seguindo-se-lhe a oração e depois o juramento final de não traição na eventualidade de alguém cair preso. Ainda no quintalão [da casa de Francisco Imperial Santana], mais uma vez Paiva Domingos da Silva tomou a palavra em frente de todos os grupos, para dizer: “Camaradas, já cumprimos tudo, tudo está feito: chegou a hora. Hoje, 4 de Fevereiro de 1961, negamos as nossas vidas para libertar os nossos camaradas encarcerados e lutarmos pela libertação da nossa terra dos colonialistas. Vamos atacar as cadeias, os quartéis e outros locais com nossas catanas e as armas a recuperar ao inimigo. Vamos lutar e estender a luta a todos os bairros da cidade de Luanda. [...] Vamos ao ataque e lembrem-se que ninguém deve voltar atrás”. [...] O grupo da frente Casa de Reclusão encabeçado por Imperial Santana, partiu com um número de efectivos superior aos demais, sendo o objectivo principal libertar os patriotas angolanos arrolados no “Processo dos 50”. A Casa de Reclusão (em tempos idos Fortaleza), ficava para aqueles lados entre o porto de Luanda e a estação de caminho-de-ferro no Bengo.»²

– «Os actos partiram de um pequeno e misterioso grupo conhecido como Exército de Libertação de Angola, do qual depois se deixou de falar; pelo relatório da UPA mais tarde apreendido, verificou-se que esta nem prevenida estava e que discordava deles, que a seu ver só serviam para facilitar a repressão. A PIDE pensava ter sob controle os movimentos subversivos, por ter conseguido infiltrar neles vários informadores: estava informada do que se passava e até já tinha feito abortar anteriores tentativas, mas a convocação foi feita inesperadamente e, após a concentração num barracão, ninguém pôde sair; só chegado o momento foi assinalada a missão, pelo que, apesar de haver informadores dentro do barracão, estes [até às 03:30 de 04Fev61] nada puderam fazer.»³

¹ (Juvenal, op.cit pp.24); ² (cf “comité de sobreviventes do 4 de Fevereiro”: Agostinho Manuel Inácio, Amadeu Francisco Martins, António Lourenço, Domingos Manuel da Silva, Fábio Pascoal Salvador, Lourenço Diogo Vaz Contreiras e Pedro José van-Dunem; cit Pacavira pp.109,111-113,118/9); ³ (Silva Tavares, governador-geral)

Fevereiro.4 (sábado, lua-cheia)

Pouco após a meia-noite em Luanda, o comando militar decide enviar para Malanje os reforços solicitados pelo comandante do BCacEv destinados a dominar a sublevação da Baixa do Cassanje, ficando apenas na capital angolana – distrito com 364763 habitantes, 250 mil dos quais residentes na cidade e subúrbios (onde na última década houve aumento demográfico de 37%) –, os seguintes efectivos operacionais: a guarnição do GACL e a do RIL constituída por 2 CCaci; 1 ERec/Dragões e a CPM233 (recém-chegada de Lisboa) com apoio de 1 PelPM nativo; o dispositivo normal policial da PSPA reforçado pela 1^oCMP; e um DstPQ com 11 binómios cinófilos de pára-quedistas para vigilância ao aeroporto. Por volta das 02:00, todos os efectivos da 4^oCCE seguem em viaturas militares para o apeadeiro ferroviário do Bengo, onde embarcam sob comando do capitão Teixeira de Morais rumo a leste. Coordenados com a saída destes militares operacionais para Malanje, quatro grupos de negros alucinados – grande parte jovens sediciados e com evidentes sinais de abuso recente de liamba e álcool –, prepararam-se para um conjunto simultâneo de acções terroristas em diversos pontos da cidade e periferia: o grupo comandado por Francisco Imperial Santana pouco depois das 03:30 lança uma emboscada à entrada da Estrada de Catete onde forças policiais (entretanto chamadas para a cidade) são atraídas a uma cilada, que causa a morte de 4 guardas que se deslocavam num carro-patrolha da 7^o Esquadra da PSPA, dali seguindo o grupo terrorista para as proximidades da Fortaleza de São Francisco do Penedo; pouco antes das 03:50, o outro grupo comandado por Virgílio Francisco Sotomaior chega à estação-rádio da Emissora Oficial (junto à geradora do repetidor VHF-CTT a cujas instalações está anexo um posto de polícia), onde lança o primeiro foguete e tenta o assalto, matando 1 sentinela e ferindo gravemente com três projectéis o chefe do posto Manuel das Neves (cuja família reside em Santarém, que pouco depois é levado para o Hospital Maria Pia e ali sujeito a intervenção cirúrgica de emergência); enquanto isso nas imediações da rua Francisco Newton, o grupo chefiado por António Francisco avança sobre o pavilhão prisional da PIDE (anexo à cadeia da administração civil do bairro de São Paulo), 2 sentinelas da PSPA são mortalmente atingidos pelo europeu Artur da Costa Pinto e logo a seguir os guardas ripostam, logrando liquidar o chefe do bando e pôr os demais em fuga; nessa ocasião o grupo comandado por Domingos Manuel está defronte à cadeia da 1^oCMP (Araracuaras comandada pelo *scalabitano* capitão Nuno Caldas Franco Duarte), onde também sem êxito tentam o assalto e o chefe do bando cai morto; pouco depois das 04:00 junto à Fortaleza do Penedo, um elemento do grupo de Francisco Imperial Santana avança para a entrada e degola com uma catanada o sentinela primeiro-cabo bailundo Joaquim de Oliveira e Silva, procurando os restantes comparsas o assalto frontal à Casa de Reclusão Militar cuja guarnição repele rapidamente o ataque e atinge gravemente o chefe, levando-os à debandada.

– «O grupo da frente Emissora Oficial [comandado por Virgílio Francisco Sotomaior], rebentou o foguete justamente às 03:50 mas não cumpriu o juramento, por ter sido antecipado no local e interpelado por alguém que lhes perguntara: “Quem são vocês, donde vêm?”. Daí o grupo se ter precipitado ao rebentamento do foguete, levando o chefe a avançar com vivas a Angola e ao MPLA [?], tendo depois ordenado aos seus homens a não temer nada nem mesmo os disparos, que estavam a ser vomitados sem cessar das armas automáticas de todos os agentes da polícia colonial, que aí guardavam a Emissora Oficial: foi morto um guarda e a seguir um outro [gravemente ferido] que se preparava para socorrer o seu camarada; no fim do ataque que durou algum tempo, e já a recuar, o grupo deu por falta do chefe que tinha sido atingido no braço e abdómen. [...] António Adão Samuel ficou a chefiar o grupo, tendo ordenado o recuo de todos que se dirigiram ao Rangal, passaram pelo quintalão dos CTT para aparecerem depois no local onde [...] o

comandante-geral [Paiva Domingos da Silva] ordenou a dispersão do grupo, para localidades em que os camaradas se sentissem mais seguros. [...] O grupo da frente cadeia de São Paulo, que tinha como chefe António Francisco, mesmo a partir do quintalão da casa de Imperial Santana cruzou com um jipe Land-Rover (talvez patrulha da PIDE) logo na esquina [...] e por isso o grupo foi caminhando, meteu-se pela floresta dos eucaliptos que haviam sido plantados aí em frente ao Hospital [...]; já em frente da cadeia, os atacantes formaram-se em circunferência e [...] honraram o último juramento traduzido numa exortação do chefe aos combatentes de catanas em riste. [...] Logo a seguir António Francisco fez ir para os ares um foguete, que despertou os que se encontravam lá dentro da cadeia. [...] O grupo subdividira-se em dois: uma parte atacou pela frente o portão principal que dava acesso ao pavilhão da PIDE; enquanto que a outra parte ficou nas traseiras da cadeia com presos [de delito comum] pertencentes à administração de São Paulo (anos antes pertencente ao posto administrativo do Poeira). Aqui os atacantes [...] saltaram o muro de 1.5m, arrombaram o portão a partir de dentro e exigiram ao cipaio [...] a entregar-lhes as chaves das celas; nunca mais as chaves andavam e dormiam com o carcereiro-mor, o David que viria [uma semana] mais tarde a ser o principal carrasco [?] de Neves Bendinha. Os atacantes da parte da frente entraram em confronto com os polícias guardas do pavilhão da PIDE, que se viram obrigados a buscar as guaritas e outros refúgios, e daí atirar contra os atacantes que avançavam mesmo assim não se importando com nada, senão avançar para dentro e abrir as celas. Dois polícias caíram mortos aqui desta parte do pavilhão, enquanto do outro lado foi morto o cipaio, um preto grandalhão subserviente. [...] De uma das guaritas do São Paulo sai um tiro que atinge mortalmente o chefe [António Francisco], por isso todos os combatentes se precipitaram em fuga em direcção aos eucaliptos e ao Rangel, tendo-se apurado, para além da morte dos polícias e do cipaio mortos, a recuperação de três metralhadoras FBP e duas pistolas Walter com os respectivos carregadores e munições. [...] O grupo da frente Casa de Reclusão encabeçado por Imperial Santana, [...] ao sair do Rangel já em plena Estrada da Brigada [?], cruza com uma carrinha isolada conduzida por um colono [...] a vir da Baixa, e zás! caíram-lhe em cima com pedradas, tendo sido depois morto à catanada. [...] Junto à ex-Casa Branca no bairro Sambizanga, próximo a uma oficina de tratamento de mármores o grupo é provocado por um “catanhó” (cidadão de origem caboverdeana), que se encontrava ao lado de uma farmácia: a reacção por parte dos combatentes não se fez esperar, resultando a morte do temerário. Porém um colono que vivia aí perto mesmo por cima do prédio da farmácia, começou a fazer fogo contra o grupo que em resposta [...] partiram os vidros das janelas e montras da farmácia. Já ia o grupo a descer às barocas do Bengo em direcção à Casa de Reclusão, [...] depara com um [...] jipe da Polícia em patrulha por aquelas paragens. [...] O grupo de Imperial Santana passou imediatamente à acção obedecendo às ordens do chefe, de aplacar e envolver o inimigo em emboscada de que resultou a morte de oito [i.e, 4] agentes da Polícia e um civil (talvez agente da PIDE), e a recuperação de três pistolas Walter e duas carabinas Mauser. Às 04:00 da madrugada rebentou o foguete junto às portas da Casa de Reclusão e a seguir a voz de mando. [...] Deste ímpeto resulta a morte imediata do guarda-sentinela à porta principal. De todo modo, [...] as chaves das portas que davam acesso às cadeias não se encontraram em parte alguma [...], uma voz esganiçada de prisioneiro ansioso fez-se ouvir a partir do interior de uma das casernas: “Venham para aqui, passem para aí, aí estará um molho de chaves... Venham!”. Supunha-se tratar-se de indicações de [Agostinho André] Mendes de Carvalho [o antigo controlador do “Grupo dos Enfermeiros” do Hospital Maria Pia, preso em 29Mar59 e sentenciado em 21Dez60]. Mas a reacção do destacamento da tropa colonial que aí se encontrava [sob comando do capitão Aurélio Seara], não se fez esperar com intenso e ininterrupto fogo que causou a morte de Adriano Mateus Domingos e imobilizou o chefe Imperial Santana, atingido com um tiro no braço direito. O adjunto Bento António avalia de repente a situação [...] que provocou uma morte e enormes ferimentos [...] como António José Gonçalves, Francisco Bandeira, Francisco Adão Mateus, António Pombal, Pombal João Neto e Domingos Pedro Físico que, sem cuidar dos seus ferimentos, ainda conseguiram socorrer o chefe Imperial levando-o [...] às barocas sobranceiras ao Miramar. [...] Daquele lugar, com muito custo Imperial Santana buscava rastejando um abrigo que lhe parecia mais seguro, mas por volta das 10:00 de 4 de Fevereiro foi achado pela patrulha colonial, [...] conduzido ao Hospital de São Paulo, Imperial Santana sofre uma operação que lhe amputa o braço, tendo sido mais tarde levado a uma das prisões da PIDE. [...] O quarto grupo, frente 4ª Esquadra chefiado por Domingos Manuel numa composição de 25 efectivos, [...] rasgando pela floresta apareceu no bairro dos Congolezes, atravessou a Estrada de Catete e meteu-se pelas ruas do bairro da madame Berman, aí bem perto do objectivo que buscava. [...] Cumpridas as prescrições recomendadas foi o rebentar do foguete, ouvindo-se de seguida um grito aflito de um grupo disperso que vinha dos lados da cadeia de São Paulo. [...] Tomando-se de pânico, a imensa maioria dos seus efectivos começou a pôr-se em fuga mas [...] Domingos Manuel conseguiu travar a desmobilização geral e [...] arremeteu mesmo assim. [...] A reacção dos guardas da cadeia não se fez esperar, foi pronta e imediata com fogo intenso em todas as direcções, o que fez recuar o grupo deixando o chefe estendido no chão atingido mortalmente. [...] Por detrás das oficinas gráficas do diário ABC juntaram-se alguns dos efectivos do grupo: Sebastião Adão Paulo, António Adão Manuel, Adriano Adão Manuel; todos feridos mas orientados por Pedro José van-Dunem, a dirigirem-se ao Rangel para os primeiros-socorros. [...] Era já quase manhã clara, não se podia atravessar a Baixa para a cidade alta, subir as barocas da Companhia Indígena [CCaCl-RIL de reforço ao aeroporto Craveiro Lopes] e chegar ao campo de aviação.»¹

- «Às 03:50 da manhã, ouviu-se rebentar o primeiro foguete: era o grupo da Emissora Oficial dirigido por Virgílio Sotomaior; e simultaneamente [?] rebentaram os foguetes dos grupos de São Paulo chefiado por António Francisco e o da Casa de Reclusão chefiado por Francisco Imperial Santana. Todo o movimento para o ataque teve início à mesma [?] hora e demorou, se tanto, dez minutos. Ao balanço final, testemunham os sobreviventes do 4 de Fevereiro que “apenas entraram em choque directo com o inimigo quatro grupos”.»²
- «Na madrugada de 4 de Fevereiro, preludiando as operações, cerca da 1 hora os nacionalistas preparam uma armadilha às forças da ordem, a fim de se apoderarem das armas. Com alguns documentos, pedem à companhia da polícia móvel um carro da Polícia para intervir numa desordem simulada num bairro africano

dos subúrbios de Luanda. Os soldados [i.e, polícias] portugueses, vindos numa viatura militar, são mortos e o armamento tomado. Três comandos, enquadrados por militantes do MPLA [i.e, do “Movimento dos Pauzinhos” e da UPA], partilham entre si os objectivos do ataque. O primeiro comando esbarra com a guarda da Casa de Reclusão: segue-se uma troca de tiros; do seu dispositivo de defesa no interior, elementos do Exército português ripostam e os atacantes retiram-se da prisão; os membros do comando refugiam-se nas redondezas, onde são perseguidos e mais tarde liquidados. O segundo comando, praticamente sem armas eficazes, lança-se sobre as grades de ferro da prisão de São Paulo e do posto da PIDE, enquanto o terceiro ataca o emissor da Rádio oficial. Estes dois últimos comandos saem indemnes da operação e deixam a cidade em direcção ao mato, nas regiões do norte e noroeste do país. Do lado das forças da ordem, as vítimas feitas no decurso destas operações cifram-se em sete soldados, imediatamente apresentados como mártires da “grande causa colonial”. Os seus corpos são expostos a fim de condicionar os colonos e orientar o seu ódio contra as massas.»³

– «At the beginning of February, many journalists of the world press, waiting for the arrival of the Santa Maria seized by Galvão, were in Luanda. MPLA supporters grabbed the chance and attacked the prisons, the radio station and a barracks. The story, that the Portuguese authorities threw political prisoners from planes into the sea, was the stimulus which drove almost completely unarmed Africans so far, as try to break open the prisons of Luanda with their bare hands. The time of the attack was specially chosen to focus the attention of the world on the action of the “freedom fighters”. Andrade himself [24 hours latter lies and] declared, that it was the work of the MPLA. He wanted to free his compatriots who were serving sentences there. Four groups of sixty terrorists took part in the attack, which came as a complete surprise. Although he was mortally wounded, a black policeman at a post on the outskirts of the city gave the alarm. As a result of this, the attack could be repulsed. The author returned to Lisbon in the company of a suspected terrorist who was paralysed, but was brought to Lisbon by his opressors for special medical treatment he could not get in Angola.»⁴

– «Na madrugada de 3 para 4 de Fevereiro de 1961, três grupos armados de catanas dirigiram-se com aparente intenção de libertar os presos políticos, uns ao pavilhão principal da PIDE em Luanda, os outros dois às duas restantes prisões – Casa de Reclusão militar e Prisão de São Paulo –, destinadas aos presos de delito comum para onde haviam sido transferidos alguns dos presos políticos. Do ataque aos guardas, beneficiando do factor surpresa, resultou a morte de sete polícias, brancos e negros, o que fez a cidade acordar alvoroçada.»⁵

– «Centenas de negros atacam a Casa de Reclusão Militar e as [duas] cadeias civis de Luanda, com o objectivo falhado de libertar presos políticos. Nos confrontos morrem quarenta [?] assaltantes e sete polícias.»⁶

– «Os verdadeiros patriotas angolanos devem cair-se perante os mártires [?] angolanos que caíram em 4 de Fevereiro de 1961. Comunicados não oficiais falam em três mil [?] angolanos mortos nesse dia. Além da repressão brutal dos colonialistas portugueses, eles representam a coragem e a esperança do povo angolano. A demonstração patriótica [?] do 4 de Fevereiro de 1961 foi organizada por muitos militantes do MPLA [?], que teve até agora uma vocação burguesa e urbana. Esta tendência corresponde aos ataques às prisões de Luanda. Alguns dos militantes que estão filiados noutras grupos tomaram parte nesta acção. Para além das paixões sectoriais existe uma homenagem permanente de todos os patriotas angolanos para com aqueles que caíram.»⁷

– «Acordado pelos tiros do ataque ao forte-penitenciária, [o narrador] ficou surpreso. Ele e Simeão. Demorou tempo a compenetrarem-se de que eram tiros verdadeiros. Faltava-lhes experiência. [...] Fala-se de pessoas que tinham consciência de que estava para acontecer algo. E que eram pessoas responsáveis. [...] Está [em Fev75] por escrever a história completa. Só será possível quando amanhã os historiadores compararem as versões dos dois lados. [...] Interveio nessa primeira noite apenas a PSP em patrulhamento e no quartel da Polícia Móvel, o pessoal da circunscrição administrativa de São Paulo e os militares do presidio. Houve mortos e feridos e sustos grandes. Como o do sargento cuja casa ficava próxima do forte. Valeu-lhe a máquina de costura a barricar a porta, as rajadas atiradas por outro sargento do alto da muralha e os reforços chamados pelo soldado negro. No quartel [do 1ºERec dos “Dragões”], o pessoal formado perdera a chalaça ou aborrecimento do costume, conforme cada um reage ao saltar de imprevisão da cama. Todos comungaram na estupefacção. Apenas o comandante [capitão de cavalaria José Maria de Mendonça Júnior] e uns quantos tinham visto os cadáveres.»⁸

Neste primeiro acto de terrorismo urbano verificado no Ultramar, os «libertadores anticolonialistas» causam 11 mortos (sete polícias, um militar e três civis) e 24 feridos; por seu lado fabricam 9 «mártires» mortos, tendo sido capturados vários assaltantes de entre eles se destacando três naturais da Metrópole, o agitador protestante Francisco Costa e outros negros activistas (que após a conspiração de Catete em 09Jun60 haviam logrado escapar às rusgas). Os sobreviventes embrenham-se nos muceques, perseguidos por militares da guarnição chefiados pelo comandante capitão Aurélio Seara. E aos primeiros alvares a notícia dos ataques corre célere em Luanda, onde a partir das 07:00 é voz corrente que «grupos terroristas tentaram assaltar» a Fortaleza do Penedo e a Administração de São Paulo, a Esquadra de Polícia Móvel, o Quartel junto à estrada de Catete e a antena da Emissora Oficial: «Negros assaltaram a fortaleza do Penedo e lá em cima em São Paulo o sangue corria ao pé do Grémio; na Samba ninguém sabe de nada, mas na Boavista conta-se que aquilo esteve mau, os negros eram como nuvens de mosquitos ou salalé no tempo das chuvas; a confusão enorme, caíam uns sobre os outros, os cadáveres não tinham conto. No Chamavo [mercado do muceque Sambizanga], as notícias correm contraditórias e as notícias oficiais dão conta de nove mortos e alguns feridos. A polícia efectuou rusgas nos muceques, mas se os terroristas quisessem matar os europeus, bastar-lhes-ia atacar nos bairros limítrofes da cidade, que estão isolados e onde se dorme de portas e janelas abertas, sem medos de qualquer espécie. Os revoltosos, aos gritos “Mata, mata que Angola é nossa!”, tinham-se lançado contra as forças de

segurança, apenas munidos de catanas e de mocas». Entretanto aos microfones da rádio oficial, o governador-geral Silva Tavares aconselha calma e vigilância:

- «A tropa está nos seus postos e o Governo Central foi informado, a única coisa a fazer é esperar. Os atacantes pretendiam soltar os presos, e exames posteriores confirmam que estavam sob efeito de drogas comportando-se como loucos furiosos.»
- «O 4Fev em Luanda poderá ter tido alguma ligação com o caso do paquete Santa Maria: não tanto por uma questão de apoio mútuo combinado anteriormente, mas de mútuo aproveitamento, por oportunismo, das respectivas actuações. Entre os terroristas estava gente ligada ao dr. Agostinho Neto, então já preso [em 08Jun60 e mandado para o Aljube, daqui sendo libertado em 15Out60 embarcado para Cabo Verde como funcionário dos quadros médicos do Ministério do Ultramar]. Dadas as ligações deste com o PCP, não será de excluir que o golpe, tão inesperado, impreparado e frouxo, tivesse sido desferido para, de alguma forma, mostrar apoio ao acto de Galvão; e pode admitir-se que este, dirigindo o assalto ao navio, tivesse podido pensar que, uma vez no terreno com alguns elementos da oposição local, conseguiria levantar algumas populações mercê de influências junto de colonos e de chefes tribais.»⁹
- «Aquino de Bragança [goês-moçambicano co-fundador do MANU] e o médico angolano Eduardo Macedo dos Santos [dirigente do MPLA], contavam [dois anos depois em Argel] que “o caboclo do Holden” seria um indivíduo sem a 4ª classe e um congolês que nem uma palavra de português falava. Em suma, um agente americano, um ‘gangster’ dos ‘bas fonds’ de Léopoldville, com um papel sinistro [em 13Jan61] no assassinato de Patrice Lumumba. Esse era o retrato de Holden Roberto que o MPLA divulgava entre europeus e argelinos. O que o MPLA chamava a “jacquerie” da UPA no norte de Angola, seria uma tentativa de aproveitamento de última hora para desviar as atenções da “luta armada” desencadeada pelo MPLA no dia 4 de Fevereiro de 1961. Com a citação dessa data, o MPLA reivindicava perante os argelinos e a esquerda internacional o prestígio da prioridade do início da luta armada. Além do mais, escamoteava o facto de não ter nenhum movimento de guerrilha e só militantes organizados no exterior. A indiscutível ligação de Holden Roberto aos missionários americanos que o tinham educado, servia de prova dos seus alegados compromissos com os Estados Unidos.»¹⁰
- «Acontecimentos no dia 4 de Fevereiro de 1961, tendo o MPLA reagido logo no dia seguinte, com um comunicado de suporte e assunção à acção daquele dia contra as cadeias em que se encontravam injustamente enclausurados vários grupos de patriotas angolanos.»¹¹
- «Tanto o MPLA como a UPA afirmavam terem iniciado a guerra de libertação em Fevereiro-Março de 1961. O MPLA apontaria para o calendário e os seus rivais para o impacto e as consequências. Durante os anos de 1959 e 1960 o MPLA [?] fôra sujeito, pelas autoridades coloniais, a uma grande campanha de repressão. Grande número dos seus quadros dirigentes foi preso e a organização [?], agora com uma chefia enfraquecida, optou por uma acção espectacular. Na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961, cerca de 200 [?] homens do MPLA [?], entre filiados e apoiantes dos muceques (os bairros africanos dos arredores) atacaram, na capital angolana, diversos edifícios governamentais, designadamente a prisão de São Paulo de Luanda. Foi um gesto fútil em si e apenas veio dar origem a que a PIDE intensificasse [?] a repressão e a que magotes de brancos lançassem ataques de represália. No entanto, assumiria uma importância mítica na história do movimento, acabando por vir a ocupar um lugar equivalente [?] ao do ataque de Castro ao quartel de Moncada, na lenda da revolução cubana. Foi também o primeiro e único incidente significativo de actividade de guerrilha urbana, em qualquer ponto do império, durante todo o tempo de guerra [?]. [...] No entanto, foi a UPA que realmente começou a luta armada em Fevereiro de 1961.»¹²
- «A partir de Conackry, o MPLA reclama o 4 de Fevereiro como o início da luta armada em Angola. A indevida apropriação foi uma ideia de Mário de Andrade, como diz o seu irmão Joaquim Pinto de Andrade, então chanceler da arquidiocese de Luanda [i.e. desde 28Nov60 com residência fixa na missão católica da ilha do Príncipe]: “O Mário disse para o Viriato da Cruz: ‘Temos de reivindicar isto’. Mas, na verdade, o MPLA nada teve a ver com o 4 de Fevereiro”. O pai do 4 de Fevereiro é o cônego Manuel Mendes das Neves, mestiço influente, vigário-geral da arquidiocese de Luanda.»¹³
- «1965.03 - Entrevista de Luís de Almeida, representante do MPLA em Argel, ao jornal [semanário argelino] “Révolution Africaine”, considerando o 4 de Fevereiro de 1961 como “data notável na história da emancipação dos povos no mundo”.»¹⁴
- «É de todo errado dizer que em Fevereiro de 1961 existia no interior [de Angola] um corpo activo e organizado de militantes deste Movimento [MPLA]. [...] Os acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda, encontraram Mário de Andrade a milhares de quilómetros de distância, em Conackry. A reivindicação da autoria dessa sublevação pelo MPLA, nos anos a seguir, parece claramente uma tentativa de Neto e o seu grupo [afecto aos soviéticos] para reclamar a prioridade na luta.»¹⁵

Enquanto isso no aeroporto de Paris, desembarcam 40 cidadãos franceses expulsos de Conackry na sequência da recente nacionalização decretada pelo PR Touré sobre os serviços de água e electricidade.

E do outro lado do Atlântico frente ao porto do Recife, às 10:30 (14:30 em Luanda) o paquete Santa Maria é entregue pelo almirante Dias Fernandes da marinha-de-guerra brasileira, ao adido naval da embaixada portuguesa.

⁴ (cf “Comité de 7 sobreviventes do 4 de Fevereiro”; cit Pacavira pp.115-124); ² (Pacavira, pp.114/5); ³ (Mário de Andrade, “Africasie”); ⁴ (McGowan, “Politics of a revolt” in “Angola - a Symposium”, pp.111/65/91); ⁵ (Sambú, op.cit pp.17); ⁶ (Antunes, op.cit pp.15); ⁷ (Savimbi, op.cit pp.146); ⁸ (Manuel Barão da Cunha, op.cit pp.241/2); ⁹ (Silva Tavares, governador-geral); ¹⁰ (McGowan, op.cit pp.117/8); ¹¹ (Pacavira, op.cit pp.81); ¹² (MacQueen, op.cit pp.44,40); ¹³ (Antunes, op.cit pp.15); ¹⁴ (Afonso e Gomes, op.cit pp.578); ¹⁵ (McGowan, op.cit pp.172,119)

Fevereiro.5

Durante a tarde nos subúrbios de Luanda, após a missa de *requiem* na Igreja do Carmo pelos mortos nos ataques terroristas da madrugada de ontem, o préstito fúnebre chega ao cemitério de Sant’Ana na Estrada de Catete mas, antes de iniciadas as exéquias, irrompem tiros do interior e logo a seguir eclode uma desordem pública: um negro é linchado e a multidão em fuga desordenada

atropela mortalmente 3 pessoas e outras 7 ficam feridas; são presos cerca de uma centena de manifestantes, entre estes alguns europeus e africanos que não falam português nem qualquer dialecto local.

- «Reagrupados os efectivos [do “Movimento Clandestino” ao longo do dia 4], sendo engrossados por outros entusiastas, reservou-se o dia em que as autoridades coloniais ao mais alto nível, iriam a enterrar os seus mortos no cemitério de Santana, para um novo assalto. Tarde de 5 de Fevereiro, os caixões dos polícias mortos e um grande cortejo de altas patentes do Exército colonial. Os combatentes pela liberdade, munidos das armas recuperadas [capturadas na madrugada do dia anterior] e de catanas, encontravam-se naquele cemitério desde há algumas horas atrás, tendo entrado pelas traseiras. Não houve naquela tarde tempo de se dar início às cerimónias fúnebres: do fundo do cemitério irromperam homens negros enfurecidos, fazendo tiros de armas automáticas e a gritar. [...] Aqueles que vinham aos funerais daquele dia no Cemitério de Santana saíram em debandada, muitos sem direcção, face a mais essa iniciativa dos patriotas angolanos.»¹
- «Antes do funeral os membros do governo de Angola admitiam o pior e por isso entenderam que o governador-geral tinha de se incorporar no funeral, mas que os outros membros não deviam ir, para que no caso de haver algum incidente grave Angola não ficasse sem governo. Efectuaram-se os funerais oficiais das vítimas e o cortejo fúnebre passou entre alas do povo, num ambiente denso e pesado. À chegada ao cemitério, depois de eu e minha mulher termos entrado, ouviram-se tiros. A saída do cemitério uma senhora muito nervosa dizia ter visto negros a assaltar o cemitério: o que ela vira foi pessoas a procurar refúgio no cemitério quando ouviram os tiros; o certo é que apareceram cadáveres de negros, mas não se pôde saber o que se tinha passado. Antes de voltar ao palácio do Governo percorri os muceques juntamente com minha mulher: a calma era perfeita e nem sabiam o que se tinha passado; entretanto o centro da cidade era patrulhado por tropa em veículos blindados. Quando cheguei ao palácio, um secretário provincial estava a falar pelo telefone com o ministro do Ultramar e acabara de lhe dizer que Luanda estava a ser atacada e que não se sabia do governador: o ministro ficou muito espantado quando eu lhe disse que não havia ataque nenhum, que os muceques estavam calmos e que em Luanda também nada havia de especial; até às minhas filhas já tinham ido dizer que não se sabia nem do pai nem da mãe.»²
- «Ao 4 de Fevereiro foram acrescentados os incidentes no cemitério de Luanda, durante o funeral das vítimas daqueles ataques. O impacto tremendo causado na população pelos bárbaros assassinios levou a excitação ao rubro. Um fotógrafo, que se colocara no alto de umas obras para colher melhores imagens da manifestação impressionante que era o cortejo fúnebre, foi tomado por um terrorista armado, pronto a abrir fogo. O repórter foi abatido e, como ele, muitos inocentes.»³
- «Morreram 7 polícias e 40 [?] elementos do grupo atacante. Durante o funeral dos polícias foram disparados tiros sobre os acompanhantes e brancos atacaram negros com um aparato que encolerizou Portugal.»⁴
- «No dia do enterro dos polícias, aproveitando o ambiente de forte emoção, com objectivos evidentes fez-se circular o boato de que haveria nesse dia um ataque de nacionalistas angolanos. O resultado foi um massacre da população que atingiu centenas, senão milhares [?] de mortos na sua maioria negros, e se repercutiu por toda a Angola.»⁵
- «Enquanto os civis europeus se lançavam sobre os bairros africanos que circundam o cemitério, a policia e o exército atiraram sobre todos os africanos visíveis.»⁶

¹ (cf “Comité de 7 sobreviventes do 4 de Fevereiro”; cit Pacavira pp.124/5); ² (Silva Tavares, governador-geral); ³ (Pompilio, op.cit pp.67); ⁴ (Sambú, op.cit pp.17); ⁵ (Cann, op.cit pp.55); ⁶ (Andrade, “Africasie”)

Fevereiro.6

Em Lisboa é publicado pela imprensa matutina um comunicado oficial, onde são feitas referências críticas ao modo como se processou o julgamento no TMT dos réus militares e civis da *Intentona da Sé* [11Mar59], com remosques e insinuações de «excessiva benevolência para com os implicados».

- «O presidente da República recebe Azevedo Gomes, Eduardo Figueiredo e Acácio Gouveia. No final estes emitem um comunicado em que apelam ao chefe do Estado “no sentido de dotar imediatamente a Nação com um Governo capaz de inspirar confiança ao País, liberto das actuais responsabilidades e em cujo programa se inscreva, como primeira condição de vida sã, a restituição aos portugueses das liberdades fundamentais, essas mesmas que a Constituição promete e têm sido afrontosamente letra morta entre nós”.»¹
- «Fevereiro 6 - Acácio Gouveia, Mário de Azevedo Gomes e Eduardo de Azevedo [i.e, de Sousa Figueiredo], dirigentes da chamada Terceira Força, são recebidos pelo presidente da República contra-almirante Américo Thomaz. [...] Para a maçonaria de obediência francesa, é um modo de distanciamento [?] do aventureirismo de Galvão. Os três homens emitem uma nota sobre o que disseram em Belém. [...] Thomaz desmente-os publicamente [no dia seguinte] e retira significado à audiência.»²
- «Com data de 6 de Fevereiro de 1961, foi publicado na imprensa portuguesa um “Comunicado da Oposição” assinado pelos srs. Mário de Azevedo Gomes, Acácio Gouveia e Eduardo Figueiredo em nome dos “Democratas Portugueses”, a propósito do caso do “Santa Maria” e da ofensiva internacional comunista desencadeada contra as Províncias Ultramarinas Portuguesas. Naquele comunicado, a certa altura dizem os comissionados que “se submetem à crítica de quem se disponha a julgá-los”. Ora, como entre a oposição existem duas correntes nítidas de opiniões diferentes que as podemos classificar de nacionais e de anti-nacionais, encabeçando na primeira o ilustre professor dr. José Lopes de Oliveira [e o advogado Alberto Maia Madureira, dirigentes da “União Patriótica da Oposição”]; na outra corrente existem alguns democratas a quem a paixão política e a ambição do poder levam a estabelecer alianças perigosas com os comunistas que são os seus piores inimigos, alinhando a favor do desmembramento da nacionalidade como Humberto Delgado e Henrique Galvão, participantes ou comparsas da chamada “Libertação Ibérica”, e inconscientemente os signatários do comunicado, esquecendo tais atitudes os fazem emparceirar no mesmo nível de um Miguel de Vasconcelos cuja traição à Pátria a história regista. No referido comunicado inserem-se as alíneas que vamos transcrever: “Que houve um início de revolta política em território nacional, chefiada por um português sob a bandeira portuguesa; que este acto político revolucionário foi considerado e tratado como

tal pelas nações estrangeiras intervenientes, haja sobretudo em vista a conduta do contra-almirante norte-americano tratando de igual para igual com o chefe revolucionário português; que o desfecho de atribuir asilo político àquele como aos demais revoltados, confirma totalmente a natureza política dos factos; que se agora, como parece deduzir-se da nota oficiosa, o Governo se mostra desinteressado daquele desfecho atribuindo aspectos internacionais a quanto se passou, isso em nada diminui a gravidade real do acontecimento e não atenua de qualquer modo o acréscimo de desprestígio que nesta emergência atingiu o Governo". Mais abaixo efectua um apelo ao presidente da República para que demita Salazar e se forme um governo "capaz de inspirar confiança ao País, liberto das actuais responsabilidades e em cujo programa se inscreva como primeira condição de vida sã, a restituição aos portugueses das liberdades fundamentais". Como os comissionados anti-nacionais se arrogaram falar em nome de "todos os democratas" – o que não é verdade como já o demonstrou o dr. Lopes de Oliveira –, e porque disseram que "se submetem à crítica de quem se disponha a julgá-los", aceitando este convite vou calmamente fazer-lhes a vontade, revelando ao País numerosos factos ignorados e entre eles a "Operação Dulcineia", que não era uma fantochada como muitos pensam. Antes pelo contrário, era uma realização planeada pelo comunismo internacional que, a ser completada, causaria sensação no mundo.»³

– «A "união sagrada antifascista", que por longos anos se mantivera congregando contrários, começava a desmoronar-se. Em 1961 os acontecimentos de Angola trouxeram a ruptura entre a "oposição histórica" alquebrada e reduzida a alguns vultos tradicionais que apoiaram a política de defesa do Ultramar, e a maioria comunista, progressista e socialista perfeitamente integrada nas ideologias internacionalistas da descolonização, esbatendo-se e morrendo aos poucos a partir daí a distinção entre as "duas" oposições. [...] Na Baixa do Cassanje a repressão é dura, provocando entre [meia-dúzia de] militares nela envolvidos problemas de consciência pois, tratando-se de trabalhadores algodoeiros em manifestas condições de exploração, os oficiais interrogavam-se até que ponto "em África não defendiam o País, mas apenas os interesses de alguns capitalistas".»⁴

Por essa ocasião nos muceques e subúrbios de Luanda, elementos da PM e equipas cinófilas dos pára-quedistas prosseguem as rusgas.

– «De manhã cedo, os camiões de limpeza passaram pela primeira vez nos bairros africanos para juntar os cadáveres dispersos. Os corpos são levados directamente para o cemitério e lançados na fossa comum. A caça ao homem prosseguiu nas ruas da cidade europeia aos gritos "Matem Lumumba!", perante a mais completa passividade das forças da ordem.»⁵ Assistia-se com a morte na alma a cenas dantescas, sem poder protestar. Os portugueses que queriam opôr-se foram também vítimas da multidão: foi o caso de militares recentemente desembarcados; jornalistas estrangeiros foram também maltratados.»⁶

– «Se até à altura do ocorrido no cemitério muitos brancos admitiam estar à mercê dos negros, agora eram estes que, perante os brancos armados, sentiam medo: havia pois em Luanda um certo equilíbrio do terror. Foi neste estado de espírito que surgiu o slogan "Angola tem de deixar de ser uma terra de pretos e passar a ser uma terra de brancos". Houve quem se dedicasse à caça aos negros e, na previsão de um clima destes, tinha nomeado um magistrado judicial para a PJ de Luanda, o dr. [José Augusto da Cunha] Ferro Ribeiro, natural do Cabo Verde e acima de qualquer suspeita de racismo: foi ele que em obediência às minhas ordens lutou directamente contra os ataques a negros e conseguiu impôr a ordem; a confiança na PJ era tal que mães negras vinham pedir a prisão dos filhos ameaçados por outros negros que os queriam arregar para os bandos terroristas.»⁷

Entretanto a meio da manhã na Baixa do Cassanje, a 4ª CCE procede a uma operação na área de Montalegre (Cunda-Riabaza) e quando se aproxima da teca Riaquida sofre uma emboscada, que causa a morte de 2 primeiros-cabos, as primeiras baixas militares em combate na África Portuguesa:

– «A partir desse momento a escalada da sublevação pôs em perigo as reduzidas forças militares locais: foi então, perante multidões ameaçadoras claramente organizadas e após a morte dos primeiros soldados, que foram dadas ordens para disparar a matar.»⁸

Horas depois em Lisboa, o CEMFA general Albuquerque de Freitas remete para Luanda a resposta à carta do seu subordinado comandante da 2ª RA brigadeiro Fernando Pinto Resende, pedindo-lhe que o informe «urgentemente sobre as principais explorações e mandanças de monta praticadas pelos senhores feudais, para fazer uso oficial. É o momento em que morrem tropas para dizer que não estamos dispostos a morrer para servir ganâncias de responsáveis do regime. As "forretices" pagam-se caro».

Ao mesmo tempo no Recife, o ex-capitão Henrique Galvão é entrevistado por jornalistas e afirma, em nome do MNI, que «os acontecimentos de Luanda foram acções e objectivos convergentes com os planos de acção do Directório Revolucionário para a Libertação da Península Ibérica».

– «O MPLA comunista reivindicava [em 05Fev61 a partir de Conackry] a responsabilidade dos acontecimentos. Galvão afirma haver ligação entre o roubo do paquete e as desordens na capital angolana. Delgado assegura que combinara tudo com o capitão. Procurando ultrapassar a América, já agora enterrada até ao pescoço no lamaçal do Congo ex-Belga recém-chegado à independência, a União Soviética tenta jogar os seus trunfos no negro xadrez africano: a Rádio-Moscovo enaltece Galvão e o MPLA. O ataque ao paquete e o assalto ao quartel de Luanda deram mais força à argumentação kennedyana: não havia dúvida nenhuma que o colonialismo e o autoritarismo abriam as portas ao comunismo. Era imprescindível derrubar Salazar e "libertar" as colónias portuguesas.»⁹

¹ (Morais e Violante, op.cit pp.173); ² (Antunes, op.cit pp.15); ³ (Juvenal de Oliveira, in "Operação Dulcineia" pp.7-8); ⁴ (Nogueira Pinto, op.cit pp.167,129); ⁵ (sobre o mesmo assunto, vd Cunha Leal, op.cit pp.120/1); ⁶ (Andrade, "Africasie"); ⁷ (Silva Távares, governador-geral); ⁸ (idem); ⁹ (Múrias, op.cit pp.72)

Fevereiro.7

Em Lisboa, é distribuído à imprensa um comunicado da presidência da República:

– «A Secretária da Presidência da República formula as mais expressas reservas, acerca do relato vindo a público, da audiência ontem concedida pelo Chefe do Estado a três entidades de um sector desafecto ao

regime, relato esse fornecido por aquelas entidades sem qualquer conhecimento prévio ou submissão do texto ao Chefe do Estado.»

Enquanto isso no noroeste de Angola, 2 aviões Auster aterram pela primeira vez no AB3-Negaje enquanto ainda decorrem obras de terraplanagem naquele novo aeródromo, a 4km da vila na direcção de Carmona. Dependentes do AB3, sob comando do tenente-coronel piloto-aviador Augusto Cândido Pinto Coelho Soares de Moura, vão ficar os aeródromos de Maquela do Zombo (AM31), Tôto (AM32) e Malanje (AM33), todos também em construção.

– *«Início das operações com seis PV-2 e seis Nordatlas 2502 [da BA9] e alguns Austers no AB3 [Negaje]. Os franceses da FAF [Força Aérea francesa] em Brazzaville emprestaram quatro T6 armados para o AB3 e um Nordatlas 2501 para os pára-quedistas; (só mais tarde os 2502 foram modificados com portas laterais). Cederam ajuda rádio-móvel e quantidade elevada de bombas de 50kgs, que os Nordatlas iam buscar a Pointe Noire de noite e voando a rasar ao longo da costa. [...] Antes de 61 muitos [dos 125 caças-jacto F84-G] tinham sido abatidos ao efectivo. Sobraram 25 e em princípios de 61 Kaulza autorizou formar uma esquadra [Esq93-BA9]¹ com eles. Os 25 F84-G (Thunderjet) enviados para Angola já estavam retirados do serviço para serem abatidos. Tiveram [depois de 18Ago61] grande utilidade operacional, mas número de acidentes elevado.»²*

Entretanto no aeroporto de Luanda, desembarca a 5°CCE que, após breve escala, segue para Malanje a fim de reforçar a guarnição distrital.

– *«Baixa do Cassanje: incidentes sem notável gravidade por causa de excessos administrativos.»³*

Ao mesmo tempo na cidade de Malanje, o advogado caboverdeano e funcionário administrativo Júlio Monteiro Júnior, que desde o ano passado ali organizou a recepção aos refugiados do Congo ex-Belga, é nomeado governador-interino distrital.

– *«Um caboverdeano, chamado Joaquim [i.e. Júlio] Monteiro, era governador do distrito de Malanje. Foi fazer um inquérito sobre a situação e concluiu que havia causas justas de desagrado por parte dos africanos. Enviou ao governador-geral um relatório completo acerca das práticas abusivas da companhia Cotonang, e panfletos redigidos em quimbundo foram deixados nos arredores da Baixa do Cassanje declarando que os africanos nunca mais seriam obrigados a cultivar contra sua vontade. Nas notícias internacionais deu-se publicidade ao emprego de trabalhadores contratados em Angola. É afirmado que eles são recrutados unicamente com base no voluntariado. Nega-se que a força seja empregue para o seu recrutamento. Se um africano não está catalogado como cultivador independente, deve procurar um patrão. Se não o fizer arranjam-lhe um. A duração mais corrente do serviço para um contratado, é de um ano de trabalho e seis meses em casa. Lembro-me de ter falado em Março com um administrador no Caxito, vila perto de Luanda. Defendeu o sistema, como sendo o único meio de “impedir os homens de continuar a viver às sopas das mulheres”. A Cotonang enviou representantes a Luanda e, menos de duas semanas mais tarde, Monteiro foi chamado a Lisboa para receber um cargo na delegação à ONU. A revolta da Baixa do Cassanje foi dirigida contra os abusos praticados pela companhia Cotonang. Os africanos quebraram janelas e devastaram as lojas dos comerciantes europeus, atacaram uma missão católica e a residência de representantes oficiais da autoridade local, mas não pilharam lojas e houve poucos brancos mortos, se é que houve algum. Tratava-se de uma acção contra as práticas da Cotonang e a maioria dos brancos que fugiram desta região estavam de acordo em que os africanos tinham direito em dar a conhecer os seus prejuízos. O esmagamento da rebelião foi confiado a um general. A tarefa de destruir a rebelião foi confiada ao Exército e à Aviação portuguesa. Malanje era a base de partida das tropas. Numerosos africanos fugiram para o Congo, aldeias foram bombardeadas e o soldados limpavam outras regiões não atingidas pelos bombardeamentos. Os acontecimentos desta revolta nunca foram evocados na imprensa portuguesa. As estimativas do número de africanos mortos, variam de várias centenas a dez mil.»⁴*

Dado que na Baixa de Cassanje os militares não têm disparado a matar e os aviões nos primeiros raids se limitam a lançar algumas bombas distantes dos aglomerados, mais se radica nos amotinados fanatizados a ideia de que as armas efectivamente não matam. Mas em certas situações críticas os militares são forçados a usar decididamente as suas armas para evitar que algumas patrulhas sejam massacradas, quando rodeadas por milhares de nativos manifestamente ensandecidos, levando a que alguns residentes civis, a coberto de tais actividades, comecem a praticar violências indiscriminadas.

– *«O comandante [da BA9 tenente-coronel piloto-aviador Pereira Vaz], só o era no “papel”. Encontrava-se marginalizado [pelo comandante da 2ªRA brigadeiro Pinto Resende], desautorizado ou, muito simplesmente, arrumado. Com excepção de pequenas questões de carácter administrativo, todo o resto lhe passava ao lado ou ele deixava passar [...] sem reagir, com a certeza de que, a curto prazo, seria destituído das suas funções de comando. Era um homem claramente “queimado”. [...] Durante a [minha] estadia em Bissau, mais 2 PV-2 [vindos da BA6-Montijo] passaram a caminho de Luanda, assim como alguns Nordatlas. O dispositivo aéreo em Angola reforçava-se e já tinha entrado em acção durante a “Guerra de Maria”. Os “ventos da História” pareciam soprar na nossa direcção dentro dum processo lógico e natural, claramente empurrados por forças exteriores. [...] Quando esta onda, dita grevista, alastrou até às periferias de Malanje, as autoridades portuguesas reagiram com dureza, talvez já como reflexo dos acontecimentos que ocorriam no Congo. Pela primeira vez foram utilizados alguns dos PV-2 [...] e forças do Exército na repressão deste movimento dito insurreccional, de que resultaram vítimas cujo número tem variado desde as poucas centenas aos milhares.»⁵*

¹ (comandada pelo capitão piloto-aviador Alcino Luciano Roque, que virá a casar em Luanda e manter-se-á ininterruptamente em serviço em Angola até final de 74);

² (Diogo Neto, comandante operacional do Grupo 901-BA9, em 19Jul94 a Freire Antunes); ³ (Cunha Leal, op.cit pp.122; “Plutocracia e Expropriações”, op.cit pp.110 e sgts);

⁴ (Malcolm McVeigh, pastor metodista, in “Présence Africaine” Set62); ⁵ (Silva Cardoso, op.cit pp.123,80,67)

Fevereiro.8

Chega a Conackry o contingente guinéu que no Catanga integrava a missão da ONU, regressado à origem porque o PR Sekou Touré «não queria envolver tropas suas contra o governo Lumumba».

Enquanto isso, pela fronteira norte da Guiné portuguesa reentra clandestinamente o foragido guineense Rafael Barbosa que em Dacar foi recentemente eleito pelo PAIGC como presidente do comité central.

- «Os dirigentes que estavam na Guiné tiveram que sair, como foi o caso do Aristides Pereira que, inicialmente, era para ficar mais tempo como pretendia o Amílcar. Só que ele não conseguiu aguentar e saiu mesmo. Ao mesmo tempo, houve uma vaga de prisões em Bissau. O Fernando Fortes foi um dos presos. Alguns quadros tinham ficado em Bissau porque o Rafael Barbosa tinha um grupo que defendia também a independência, com alguns elementos em Conackry, e foi necessário fazer a aproximação. Negociámos a integração desse grupo no PAIGC, ainda PAI, constituindo uma frente. O Rafael Barbosa passou a ser o secretário do interior, depois de um encontro que tivemos em Dacar. Quando ele regressou a Bissau, onde começou a viver clandestinamente, tinha a responsabilidade de dirigir toda a acção do partido no interior.»¹
- «Rafael Barbosa – que juntamente com Fernando Fortes [dirigente do MLG recém-capturado pela PIDE] se empenhara mais activamente na mobilização –, em Fevereiro de 1961 ascendera a presidente do comité central do PAIGC. [...] Regressa [de Dacar] ao interior da Guiné como “secretário de controle” e vai actuar na Zona 1 (mato), mobilizando todo o norte e leste até Gabu e Bafatá, e posteriormente na Zona 0 (Bissau) “para acabar com todo o pequeno grupo do MLG”.»²
- «Segundo a história oficial do PAIGC, a decisão de enveredar pela luta armada foi tomada numa reunião realizada em 1959, pouco depois da chacina [?] do Pidjiguiti. Depois dessa situação de violência inicial ocorrida no cais, verificou-se uma onda de repressão da PIDE contra conhecidos activistas políticos. Assim, concluiu-se que quaisquer acções de tipo grevista ou outras formas de pressão não violentas seriam inúteis. Por isso, a convicção inicial de que seria possível criar uma organização política entre o proletariado [?] urbano deu lugar à guerra de guerrilha rural. Era, como observámos, uma verdade que se impôs ao MPLA, depois do malogro dos seus [?] ataques em Fevereiro de 1961, e que seria reconhecida em toda [?] a África Portuguesa. [...] O malogro do ataque [de 04Fev61 em Luanda] e a evidente capacidade das autoridades (e dos colonos) para retaliarem nas cidades convenceu não apenas o MPLA, mas também o PAIGC e a FRELIMO [?], independentemente do discurso de solidariedade proletária [?], de que a guerrilha tinha maiores possibilidades de êxito no mato, de preferência se o mato tivesse fronteira com um vizinho que simpatizasse com a causa.»³

Entretanto nos muceques de Luanda, os agitadores profissionais nacionalistas continuam a espalhar *mujimbos* sobre pseudo-acções ilegais que teriam sido cometidas pela polícia.

- «Nas instalações da PIDE aproveitou-se a ocasião para se desembaraçarem de centenas de detidos, mortos friamente à baioneta para economizar balas.»⁴

Ao mesmo tempo no comando da 2ªRA, o brigadeiro Pinto Resende continua a exorbitar funções e envia para o seu superior hierárquico CEMFA general Albuquerque de Freitas o resumo de uma reunião havida no mês anterior – relativa aos conflitos na Baixa do Cassanje e com uma perspectiva de melhoria em futuras colheitas algodoeiras –, durante a qual ter-se-ia concluído que:

- «A cultura obrigatória do algodão é ilegal; os concessionários só têm benefícios e não são afectados pelas contingências das culturas; devem ser extintas as concessões dos beneficiados que não têm cumprido; deve aumentar-se o preço/kg do algodão, pago ao agricultor a 2\$50/2º e 3\$50/1º (comprado sempre como se fosse de 2º); dizem que os concessionários vendem o algodão em Lisboa a 20\$00/kg; e que os dois grandes ‘trusts’ são [nos distritos de Malanje e Lunda] a Cotonang e [nos distritos de Luanda e Cuanza-Norte] a Lagos & Irmão.»
- «Em toda a área do Icolo e Bengo [região de Catete], actuava a [...] Lagos & Irmão ligada a Madame Berman, que [através da concessão da Companhia do Manganês de Angola] detinha o monopólio de exploração do manganésio no Cuanza-Norte e Malanje.»⁵

Enquanto isso no Porto, os advogados António de Macedo, Mário Cal Brandão e seu irmão Carlos⁶, juntamente com outros subscrevem um telegrama que é remetido para palácio de Belém, dirigido ao PR «apoiando a exposição feita pela “comissão de oposicionistas” recebida pelo presidente da República».

- «É muito de lamentar que os democratas, signatários do “Comunicado da Oposição”, tenham manifestado a sua solidariedade com Henrique Galvão, porque é um indivíduo sem escrúpulos e sem moral, conforme se prova com os actos que praticou [em 1940] como comissário do Governo de Salazar na Exposição do Mundo Português.»⁷

¹ (Luís Cabral, em 13Jan95 a Freire Antunes); ² (Duarte Silva, op.cit pp.45-47); ³ (MacQueen, op.cit pp.45,44); ⁴ (Andrade, “Africasie”); ⁵ (Pacavira, op.cit pp.76)

⁶ (seis dias depois, «consta ser um dos candidatos da “oposição” a deputado à Assembleia Nacional»); ⁷ (José Lopes de Oliveira, op.cit pp.3)

Fevereiro.9

Em Lisboa, é divulgado pela imprensa que «estão presos em Luanda cerca de 100 terroristas implicados nos acontecimentos daquela cidade».

Entretanto no hemiciclo de São Bento, a Câmara dos Deputados aprova por unanimidade uma moção de «solidariedade ao Governo e especialmente ao seu chefe, e homenagem ao chefe do Estado, símbolo da unidade nacional». Simultaneamente, «a “União Patriótica da Oposição” forneceu à imprensa a seguinte nota assinada por dois intransigentes democratas, dr. José Lopes de Oliveira e Alberto Madureira»¹:

- «Contrariamente aos que pensam condicionar a defesa da Pátria à satisfação de ambições partidárias e os destinos da Nação a ódios criados em rivalidade pessoais, velhos republicanos de antes do 5 de Outubro, antigos chefes de partido, presos políticos, jamais ligados a esferas governamentais da actual situação, mantendo a inalterável dignidade dos seus ideais e das suas opiniões, mas vendo acima de tudo a soberania de Portugal ameaçada por estrangeiros, projectam reunir os elementos ordeiros, construtivos e patriotas dispersos na oposição e proclamam como finalidade desta “União Patriótica”: concorrer incondicionalmente para a Unidade Nacional, indispensável à defesa da Pátria e manutenção da segurança pública sem quebra

dos princípios liberais e democráticos dos que na Oposição têm mantido com coerência as suas opiniões políticas. E neste sentido, vão os abaixo assinados entregar na Presidência do Conselho um requerimento em que solicitam os meios indispensáveis à realização da sua iniciativa.»

Enquanto isso em Elizabethville, o líder catangues Tschombé recebe a visita oficial do presidente do Congo-Brazza. Simultaneamente em Léopoldville, o governo central provisório do Congo ex-Belga passa a ser presidido pelo ministro Joseph Iléo.

Ao mesmo tempo no aeroporto de Rabat, desembarca o presidente do *praesidium* do Soviete Supremo da URSS Leonidas Brejnev para visita oficial de dois dias a Marrocos, após o seu avião ter sido interceptado por um caça francês quando sobrevoava o Mediterrâneo.

¹ (Juvenal de Oliveira, op.cit pp.9)

Fevereiro.10

Em Rabat, o governo anuncia que a URSS entregou 14 aviões MIG a Marrocos.

Entretanto em Elizabethville, o ministro do Interior catangues Munongo, para justificar o paradeiro desconhecido dos três prisioneiros que há menos de um mês foram entregues por Léopoldville ao governo catangues, comunica que «*Patrice Lumumba com M'Pollo e Okito fugiram da prisão onde estavam detidos*».

Fevereiro.11 (sábado)

Durante a madrugada em Luanda, o posto administrativo no bairro de São Paulo e a cadeia civil anexa, são alvo de nova tentativa de assalto, mas a acção havia sido detectada a tempo e frustrada pelas autoridades que de imediato iniciam novas rusgas na periferia, prendendo os dirigentes mais activos.

– «*Outra acção que teve lugar no dia 11 de Fevereiro, com efeitos a contar a partir das 20:30 [de 10] sob o mando de Raul Deão. Este era coadjuvado por João Bento, insistindo com a cadeia de São Paulo como direcção principal, mas onde a tropa colonial cumpria uma prevenção de 100%: imagine-se o desastre que foi!... Houve mais de meia centena de patriotas mortos.*»¹

– «*Na semana seguinte, 11 de Fevereiro, já se esperava algo. A tropa foi mandada entrar de prevenção. Muito antes da hora marcada – só se esperavam acções de madrugada –, estava o quartel [do 1ºERec dos “Dragões”] cheio. [...] O novo ataque [...] aconteceu horas antes do que se esperava e só foi concretizado o assalto a um dos objectivos, a circunscrição administrativa de São Paulo e cadeia da PIDE. [...] Os pelotões [2 PelRec acantonados na garagem da Avenida dos Combatentes] estavam reduzidos ao ETT “Panhard” [...] e a 3 jipes. No ETT ia a secção de atiradores, dois jipes eram de uma esquadra de exploração e o outro do comando. Faltava-lhes: a secção de auto-metralhadoras, visto que as EBR “Panhard” não tinham fitas para as metralhadoras e o tubo da peça, demasiado comprido, não permitia a conveniente rotação da torre; a secção de apoio e o respectivo morteiro; e a outra esquadra de exploração. O pelotão de reconhecimento estava portanto reduzido a duas dezenas de homens e a três metralhadoras Madsen (sendo uma montada improvisadamente na torre do ETT), e a espingardas de repetição [Mauser]. O [capitão de cavalaria José Maria de Mendonça Junior] comandante de esquadrão ordenara que o lugar da torre do ETT, cuja metralhadora rodava 360 graus, fosse ocupado pelo [alferes de cavalaria Manuel Júlio Matias Barão da Cunha] comandante de pelotão. [...] Atrás do primeiro jipe seguiram os da esquadra de exploração, atrás dos jipes o ETT. [...] Ninguém conhecia a missão. De pé no banco, cabeça fora da torre, [...] mal distinguia por entre o pó levantado a luz vermelha traseira do jipe mais próximo. [...] Passar pelos subúrbios, depois era descampado no flanco direito, uma pequena mata e luzes, de novo a escuridão [...], campos, escuridão e pó. [...] Por fim a carga de cavalaria descomandada, verdadeiro freio nos dentes, deteve-se. Deteve-se por si só, isto é, deteve-a o [ramal do Bengo do] caminho-de-ferro. [...] Sacou do farolim de caça e foi lançando o feixe de luz, ora para uma margem ora para outra. [...] Assim chegaram ao encontro do muceque com a mata que o separa da circunscrição administrativa. Para além da pequena mata, o terreiro iluminado pelos faróis da prisão. Recebeu ordens para patrulhar as imediações, para ver se apanhava assaltantes. A primeira vaga atacara mais cedo. Nessa altura os defensores devem ter pedido ajuda, o apelo deve ter chegado à unidade e o comandante não perdeu tempo sequer em transmitir ordens ao segundo pelotão. Tinham passado pelo meio da segunda vaga sem darem por isso, tal era a velocidade e o descomandamento. A segunda vaga, provavelmente emboscada na mata, ao ver a tropa deve ter dispersado pelo muceque próximo. Vinte e tal cadáveres ficaram na arena como rescaldo da primeira investida. [...] Jovens mortos e catanas e sangue. Cadáveres com olhos dilatados, expressões de morte nada serenas. Falou-se em drogas. Ouviam-se ainda tiros. O primeiro pelotão na sua busca dera com alguns atacantes. Dois soldados – um branco fortalhaço e abrutalhado, e um mulato um tanto desmiolado –, acabaram com um deles à baioneta. [...] Noite inesquecível para quem a viveu.»²*

– «*Outros ataques menos intensos repetem-se nos dias seguintes, visando sempre alvos militares [?]. O exército colonial dispõe de metralhadoras pesadas e, graças ao recolher obrigatório já instaurado, atirara sobre os atacantes pela madrugada. São então constituídas milícias que procedem a operações de limpeza entre os criados, os vendedores de jornais, nas ruas, em todos os bairros dos subúrbios de Luanda.*»³

– «*Novos tumultos na Cadeia de São Paulo em Luanda, redundam em sete mortos e dezassete feridos. As milícias brancas repetem as batidas aos muceques: novos massacres e mais vítimas inquantificáveis. Está anormalmente activo, em ligação operacional em Léopoldville, o consulado americano em Luanda.*»⁴

Ao mesmo tempo, são expulsos de Angola quatro jornalistas estrangeiros. E relativamente ao desaparecimento do ex-PM Patrice Lumumba, confirmam-se os rumores de que «*há quase um mês foi assassinado numa prisão do Catanga por interferências soviéticas*».

Ao longo do dia seguinte nos subúrbios de Luanda, após terem sido distribuídas algumas espingardas Mauser a europeus residentes, sucedem-se as expedições punitivas aos muceques. O activista protestante Sebastião Badiaba, um dos organizadores dos assaltos de há oito dias, é

atingido num arruamento do muceque Marçal com um tiro durante uma rusga da PM, refugia-se em casa dos irmãos Vicente e Justino Pinto de Andrade, e dali consegue fugir antes da patrulha chegar.

– «O momento mais dramático desta luta foi o assalto de brancos enfurecidos e tresloucados aos muceques de Luanda: do palácio via-se já o fumo dos incêndios, telefonei ao comandante da PSP e percebi que a sua dificuldade residia no estado de espírito dos polícias, pois os negros tinham morto [na madrugada de 4Fev] alguns dos seus camaradas, e alegando o perigo de se ver atacada por todos os lados hesitava em combater os brancos. Dirigi-me ao local quando uma pequena multidão de brancos armados tentava avançar, dificilmente contida pela polícia: ordenei que disparassem para o ar, para evitar um incêndio catastrófico e a generalização do ódio entre brancos e negros; logo que se ouviu o ruído da entrada das balas nas câmaras das espingardas, a multidão após insultos e gritos histéricos foi recuando. Os polícias obedeceram prontamente e os brancos acabaram por retirar, mesmo antes de ter sido feito qualquer disparo. A ameaça dos brancos terminou porque, para além de serem alvo de processos criminais, foram posteriormente todos mobilizados para as milícias (e enviados para as frentes de combate após verificados os acontecimentos do 15 de Março).»⁵

– «Sete homens de boa-vontade rodearam Silva Tavares, apoiando-o incondicionalmente, acompanhando-o dia e noite. Fui um dos sete, com: Carlos Ribeiro, sub-director do CITA; Santos e Sousa, do Rádio Clube de Angola; Ferreira da Costa, jornalista; Ataíde Ferreira, vice-presidente da União Nacional; Almeida Santos, administrador do 3º Bairro de Luanda [freguesias da Maianga, Sagrada Família, Santa Ana e Prenda]; e Francisco Roseira [“toupeira” do grupo católico-progressista da Sé]. Fui testemunha de um acto de valentia do dr. Silva Tavares, quando centenas de brancos descontrolados quiseram incendiar os muceques. No seu carro particular, sem escolta, o governador-geral dirigiu-se ao local dos distúrbios. A pé, sozinho, misturou-se com a turba e obrigou-a a dispersar. [...] Voluntários brancos revezavam-se em patrulhas permanentes. Os desacatos, as inimizades entre os caboverdeanos e os negros, as infiltrações de bandoleiros nos muceques, aumentava assustadoramente o número dos crimes. Estatuíra-se que as patrulhas identificassem os negros que circulavam pela cidade. Alguns fugiam e eram abatidos. Tantas foram as vítimas [depois de 15Maró 1], que tiveram de ser enterradas numa vala comum, sem identificação.»⁶

– «A prisão foi novamente atacada de forma quase suicida a 10 [i.e, madrugada de 11] de Fevereiro. As forças governamentais exageraram na repressão dos distúrbios, devido aos sentimentos e fortes emoções acumulados em Luanda. Foram mortos indiscriminadamente várias centenas [?] de africanos e os seus corpos deixados a apodrecer [?] nas ruas como aviso aos pretendentes a revolucionários.»⁷

Pouco depois, a agit-prop começa a fazer circular o mujimbo de que «as tropas fizeram 3 mil vítimas entre os habitantes dos subúrbios e, no dia em que mataram [o controlador da UPA] Neves Bendinha, com um tractor abriram uma vala perto da Fortaleza [morro da Samba, depois Bairro Prenda]⁸, onde os prisioneiros foram enterrados até ao pescoço [?] e as suas cabeças cortadas com uma motoniveladora»⁹.

– «Para o fim de Fevereiro, uma noite os civis portugueses enfurecidos acabaram por pôr fogo aos bairros africanos. Sulcavam a cidade em viatura, armados de espingardas de caça e de bidons de gasolina. As cubatas foram regadas de carburante. Os habitantes que procuravam escapar às chamas, caem pelas balas que não poupavam nem mulheres nem crianças. Nenhuma família angolana escapa a estes dias sangrentos de Fevereiro. Numerosos militantes de Luanda, ameaçados pela loucura mortífera das forças repressivas, retiram-se para o meio rural. Várias fontes insuspeitas [?] alvitraram a cifra das vítimas deste primeiro genocídio perpetrado em Luanda: 3000 mortos.»¹⁰

– «1961 - 4 de Fevereiro. Angola: insurreição em Luanda com ataques à Casa de Reclusão, ao Quartel da PSP e à Emissora Nacional. Nos dias seguintes são massacradas mais de 3000 [?] pessoas.»¹¹

Enquanto isso nos Camarões, os resultados de um referendo controlado pela ONU definem do seguinte modo a autonomia territorial daquela ex-colónia britânica (independente desde 01Jan60): a zona norte votou pela integração na Nigéria; e a zona sul votou pela autonomia separada.

¹ (cf “Comité de 7 sobreviventes do 4 de Fevereiro”; cit Pacavira pp.125); ² (Manuel Barão da Cunha, op.cit pp.242-246); ³ (Andrade, “Africasie”); ⁴ (Antunes, op.cit pp.15);

⁵ (Silva Tavares, governador-geral); ⁶ (Pompílio, op.cit pp.71/73); ⁷ (Cann, op.cit pp.55);

⁸ (pertencente ao 3º Bairro de Luanda, desde 11Mai60 administrado pelo intendente Almeida Santos);

⁹ (decorridos 10 anos, este boato é reproduzido ‘ipsis verbis’ como verdade inofensível por António Vakulukuta, in “Formação Social Angolana e Movimentos de Libertação”, vindo aquele CEM-adjunto da UNITA a ser morto anos mais tarde, em circunstâncias jamais esclarecidas; mas aquela mesma dose de contra-informação será repetida pós-25Abr74 pelo satélite do MPLA “Movimento Democrático de Angola”, in “Massacres em Luanda”; ed. África Editora, Lisboa 1979);

¹⁰ (Andrade, “Africasie”); ¹¹ (Moreira e Pedrosa, op.cit pp.223)

Fevereiro.13 (2ªfeira véspera de Carnaval)

Em Elizabethville, o ministro do Interior catanguês Munongo comunica a versão oficial do seu governo sobre a morte do ex-PM do governo central congolês, afirmando que «Lumumba e os companheiros de fuga, foram mortos violentamente pelos habitantes de uma pequena aldeia».

– «É conhecida publicamente a morte de Patrice Lumumba, assassinado por soldados no Catanga em 17 de Janeiro. Lumumba é um verdadeiro deus em parte do anárquico Congo e um símbolo venerado por intelectuais de esquerda no Ocidente, como Jean-Paul Sartre. A CIA e o KGB envolvem-se a fundo no problema congolês, muito contagiante para Angola.»¹

E no areópago da ONU em Manhattan, o CS manifesta-se favorável «ao uso da força para obviar à guerra civil no Congo»².

No dia seguinte no Cairo, o governo egípcio reconhece oficialmente o governo de Antoine Gizenga sediado em Stanleyville, como legítimo representante do Congo ex-Belga.

E em Bamako, o governo maliano decreta luto oficial pela morte do congolês Lumumba.

¹ (Antunes, op.cit pp.15); ² (Williams, op.cit pp.213)

Fevereiro.15

Em Léopoldville a UPA – inicialmente apoiada a partir de Stanleyville por Patrice Lumumba –, após o conhecimento oficial da morte deste e através de contactos com elementos ghaneses e do Congo ex-Belga, instala-se provisoriamente nos escritórios do MSA (Mouvement Solidaire Africain,

partido do novo PM), e começa a usar a emissora local bem como o jornal *L’Echo du Bas-Congo*, para acções de propaganda anti-portuguesa. Durante o ano passado, próximo da fronteira norte de Angola, foram detectados em Thysville instrutores militares ghaneses.

– «Desde 15 de Fevereiro que se sabia da entrada de agitadores que utilizavam práticas de feitiçaria e referi expressamente a Lisboa ser o facto “extremamente perigoso” e daí a possibilidade de surtos de terrorismo em qualquer parte de Angola. Informações como esta levaram o MDN [general Botelho Moniz] a considerar-me um alarmista, o mesmo dizendo do brigadeiro Pinto Resende, comandante da 2ªRA.»¹

Ao mesmo tempo no areópago da ONU em Manhattan, na presunção de intensa actividade insurreccional na Baixa do Cassanje, manipulada desde o Congo ex-Belga sob auspícios do regime de Monróvia junto de Kasavubu, o neófito representante liberiano Padmore – desenvolvendo prévias orientações do lobby americano encabeçado pelas empresas Firestone e Bridgestone, USSteel e Ford Foundation –, e havendo já declarado na reunião do CS que «*the population of Angola lived under conditions which were an insult to human dignity*», acrescenta que «*as trombetas do nacionalismo africano estão a vibrar alto e em som claro aos angolanos*» e finalmente apresenta a sua moção contra Portugal, sustentada na acusação não fundamentada de que «*os incidentes em Luanda constituem ameaça para a paz internacional*»: para esta moção anti-portuguesa, o novo delegado norte-americano Adlai Stevenson³ tem indicações prévias do presidente Kennedy para juntar o seu voto ao dos soviéticos e de outros membros-permanentes do CS, no sentido de ali ser aprovada uma resolução que exija reformas estruturais em Angola, e de indigitar uma comissão fiscalizadora das Nações Unidas.

– «*On the 15th of February, Liberia suggested that the situation in Angola should be discussed in the UN, as it threatened to become a danger to international peace. Portugal was accused of violating the fundamental human principles in Angola and demands were made, that the people of Angola should be given their freedom. The Russian and RAU delegates supported the Liberian delegate. [...] The mistakes of the Portuguese colonial government appeared as clear as day-light: discrimination, insufficient education, none or only a few blacks in secondary schools, no blacks in the government, forced labour, abuses in every field. Mistakes which were summarised in the Security Council by the Liberian delegate Padmore, who said that the population of Angola lived under conditions which were an insult to human dignity. Twenty-eight Asiatic and African members of the United Nations agreed with this point of view.*»²

Enquanto isso em Accra são organizadas manifestações «*contra o militarismo e imperialismo da Alemanha Federal*», ao mesmo tempo que os governos do Ghana, Guiné-Conackry e Jugoslávia seguem o exemplo do Egipto, reconhecendo oficialmente o governo de Gizenga como representante legítimo do Congo-Léo.

Na manhã seguinte, o MNE do governo ghanês apresenta desculpas ao embaixador federal-alemão pelas manifestações anti-RFA ali ocorridas.

Simultânea e sucessivamente, os governos de Marrocos, Indonésia, URSS, Checoslováquia, Mongólia, Roménia, Vietnam do Norte, Cuba, Iraque e o GPR argelino também reconhecem o governo regional congolês de Gizenga como representante legítimo de todo o Congo ex-Belga.

E nos Camarões o resultado do referendo, realizado há cinco dias sobre a autonomia, leva a população de Yaoundé a fazer uma manifestação de protesto frente à embaixada britânica e motiva o governo a pedir intervenção da ONU para realização de novo plebiscito.

Entretanto chega à barra do Tejo o navio *Santa Maria*, acompanhado por largas dezenas de embarcações engalanadas e recebido no cais fluvial da Rocha Conde de Óbidos por manifestações de júbilo de milhares de pessoas. A urna do terceiro-piloto João José do Nascimento Costa⁴, assassinado pelos sequestradores, é transportada em cortejo fúnebre da capela do navio para a Basílica da Estrela onde é rezada missa de corpo presente, dali seguindo o préstito para o cemitério dos Prazeres.

– «*A percepção instintiva de tudo isto, aparece mais clara ao povo do que no escol: este sempre teve tendência a encarar o interesse nacional ao sabor de princípios formulados fora da nação; e é o povo que efectivamente serve e defende aqueles interesses, que são os seus, e procede assim sem saber o que sejam teses e mensagens humanitárias, nem escrúpulos morais, nem correntes intelectuais, nem afinidades ideológicas de regimes políticos ou sociais, nem interesses de classes ou de castas, nem internacionalismos messiânicos (sejam da direita ou da esquerda), nem mitos destinados a salvar o homem universal, nem conceitos que se propõem garantir o bem da humanidade una, indivisível e solidária. Na sua emoção plebeia, com as suas luzes elementares, nos entusiasmos fugazes, com arrebatamentos atrabiliários, na credulidade ingénuo, no misticismo tosco e indefinido, na inocência por vezes matreira, o povo no fundo é frio, objectivo, realista, pragmático, despido de romantismo, e mostra-se possuidor de uma boa memória colectiva, onde acumula experiência; e ao mesmo tempo é capaz de ser heróico, tenaz, sofredor, desde que se lhe aponte com nitidez a missão a cumprir e que a aceite como sendo sua e veja que é do seu interesse. É este, pelo menos, o comportamento que o povo português parece ter tido no desenrolar das mais graves crises da Nação. Tem constituído, com efeito, a poderosa reserva moral do País.*»⁵

Por essa ocasião em Luanda, o secretário-geral de Angola dr. Manuel da Cruz Alvura determina que 16 arguidos do Proc.45/60 e outros 20 correligionários subsequentemente capturados, sejam prontamente transportados «*por motivo de segurança*» para a Colónia Penal do Capolo⁶ (perto da Chicala e a 60km da estrada asfaltada para Silva Porto), para onde há alguns anos haviam sido enviados 60 timorenses⁷, 26 dos quais se radicaram e ali constituíram uma cooperativa de cultivadores de arroz; mais tarde construiu-se um edifício de três pisos para 100 reclusos, tendo o cozinheiro vindo do estabelecimento prisional de Alcoentre. A citada colónia penal do Bié, sob direcção do engenheiro agrónomo Eugénio Santos Martins, vai assim ficar com 36 arguidos⁸ que ali prosseguem o regime de prisão preventiva a aguardar julgamento.

- «De imediato deportados para a Colónia Penal do Bié, os [16] presos políticos [?] que se encontravam aí no pavilhão da PIDE [anexo à cadeia da administração civil do Bairro de São Paulo] e [outros 20] na 4ª Esquadra [Móvel de Polícia], numa composição de 36 elementos, todos algemados. Isso no dia 16 de Fevereiro.»⁹
- «Ou seja: David Bernardo d’Eça Queiroz, Manuel Pedro Pacavira, Bernardo Joaquim Silas, Fernando Coelho da Cruz, Adolfo João Pedro, Salvador Ferreira de Almeida, Manuel Augusto da Silva Coelho, Domingos Damião Neto e Alberto Fonseca da Conceição, lhes seja aplicada uma medida de fixação de residência por cinco (5) anos em qualquer ponto da província distante de Luanda, e de igual modo por três (3) aos restantes sete (7) [Adriano João Sebastião, Cândido Fernandes da Costa, Herbert Pereira Inglês, Horácio Bernardo, Jaime Madaleno da Costa Carneiro, Manuel Adão e Rodolfo da Ressurreição Bernardo de Silas]. [...] Os referidos 16 arguidos [até hoje no pavilhão prisional da PIDE anexo à cadeia de São Paulo], recolheram à Colónia Penal do Bié [...] onde aguardam ulterior resolução.»¹⁰

Menos de 24 horas decorridas, no MDN em Lisboa o titular general Botelho Moniz recebe em audiência o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick que, expressamente mandatado pelo presidente Kennedy, lhe confirma a conhecida «proposta de apoio, incluindo económico, no sentido de um plano de autonomia em 12 anos, findos os quais em plebiscito as populações se pronunciarão sobre o seu próprio destino», a qual por intermédio de Fred Hubbard, chefe do posto da CIA naquela embaixada, desde há 2 anos tem vindo a ser trabalhada junto do major de artilharia Carlos Viana de Lemos, chefe-de-gabinete daquele ministro.

- «O ministro da Defesa Nacional, Botelho Moniz, recebe o embaixador norte-americano Burke Elbrick, a quem declara que, com outros elementos afectos ao regime, decidira pressionar o presidente do Conselho a modificar a sua política, tornando-a mais liberal.»¹¹
- «Botelho Moniz diz ao embaixador americano que 90% dos militares querem alterações na política africana. [...] Está disposto a avançar [com um golpe de Estado] e afirma que os militares não hesitarão em agir.»¹²

Ao mesmo tempo em Luanda, o governador-geral dr. Silva Tavares dá posse ao major Bandeira de Lima como novo governador distrital de Malanje, assistindo ao acto o comandante da 3ªRM general Monteiro Libório, o CEM-3ªRM coronel Camões Godinho, o governador distrital de Luanda coronel CEM Eduardo Joaquim Magalhães Almeida Martins Soares, o presidente do município de Luanda major Câncio Martins, o presidente da comissão provincial da UN tenente-coronel Jacinto Medina e o director do CITA tenente-coronel Francisco de Almeida Correia de Sá de Lucena. Referindo-se ao desempenho das funções, o governador-geral afirma: «O lugar de governador distrital é muito delicado e cheio de dificuldades, deve-se ter em alta conta o problema do bem-estar e da defesa das populações nativas e exercer o cargo com firmeza e justiça».

Por essa ocasião chega a Accra o secretário soviético Krustchev em visita oficial e o anfitrião PR Nkrumah apressa-se a declarar, que a afirmação do presidente Kennedy – de ser Kasavubu a «única autoridade legal no Congo» – é «perigosa declaração que se afasta do princípio das leis internacionais».

Logo a seguir em Varsóvia e em Budapeste, os respectivos governos anunciam simultaneamente que também reconhecem o governo congolês de Gizenga como único representante legítimo do Congo ex-Belga; e que concedem ao regime do Ghana créditos de elevado montante, enquanto a Jugoslávia financia material para «fábricas de conserva» e a Checoslováquia financia «fábricas de calçado».

¹ (Silva Tavares, governador-geral; ofício confidencial 844/21Fev61 para o ministro do Ultramar); ² (Huibregtse, op.cit pp.62,5);

³ (publicou "Putting First Things First" durante a campanha presidencial do ano passado, tendo sido nomeado pelo presidente Kennedy há menos de um mês, como embaixador dos EUA na ONU; virá a falecer em 1965, ficando conhecido «as an eloquent speaker» naquele aréopago);

⁴ (natural do Ribatejo e seu pai nascido na Atalaia de Almoester, perto de Santarém; agraciado a título póstumo com o grau de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada; e no Barreiro é-lhe atribuída a toponímia de uma rua);

⁵ (Franco Nogueira, in "As Crises..." pp.17/8); ⁶ (posto administrativo do Alto Cuanza; em 13Jun62 passa para o concelho do Bié, cf Port.12255/BO.24);

⁷ (a saber – se estão relacionados com a sublevação de 8-13Jun59 em Viqueque);

⁸ (os 16 do desmantelado "directório do MPLA no interior", transferidos da Cadeia de São Paulo: capturados em 02Jun60 a norte de Sanza Pombo – Alberto Fonseca da Conceição, Bernardo Joaquim de Silas, David Bernardo d’Eça Queiroz de Silas, Domingos Damião Neto, Horácio Bernardo, Manuel Adão, Manuel Augusto da Silva Coelho, Rodolfo da Ressurreição Bernardo de Silas e Salvador Ferreira de Almeida; capturados na tarde de 08Jun60 em Luanda – Cândido Fernandes da Costa, Fernando Coelho da Cruz, Herbert Pereira Inglês e Manuel Pedro Pacavira, Adolfo João Pedro e Adriano João Sebastião (transferidos em 25Jun60 para o cárcere da 1ªCMP); e capturado pós-25Jun60 na fronteira de Cabinda perto de Boma – Jaime Madaleno da Costa Carneiro; e os 20 do "Movimento dos Pauzinhos", transferidos da Cadeia da 1ªCMP, capturados na manhã de 25Jun60 em Luanda – Adão Cortes, Adriano Domingos de Lemos, Bernardo Adão, Cândido Tavares de Magalhães Pimenta, Cardoso Manuel Sebastião Gamboa, Celestino Gamboa, Domingos Luís Serafim, Fernando António Pinheiro, Frederico Luís Colombo, Humberto Fernandes da Costa, João Gonçalves da Gama, João Pedro de Andrade, Júlio Gamboa, Manuel Roela Bartolomeu, Mariano Gamboa, Pascoal Félix Macueira, Pascoal Pedro da Gama, Pedro Manuel, Roldão Velasco e Sebastião da Silva Pinto; em Mai62, estes 36 presos vão ser transferidos para o Campo do Missombo, um pouco mais a sul de Serpa Pinto);

⁹ (Pacavira, op.cit pp.125); ¹⁰ (subdirector da PIDE Raul Rosa Porto Duarte; Proc.45/60 vol.III, Luanda 05Mai61); ¹¹ (Morais e Violante, op.cit pp.173);

¹² (Antunes, op.cit pp.15)

Fevereiro.18

No Vietnam do Norte é constituído, por guerrilheiros comunistas infiltrados em grande número pela fronteira do Laos, o Exército de Libertação do Vietnam (Sul) destinado a abastecer bandos nativos de terroristas no sul, localmente nomeados *vietcong*¹, e que passam a ser directamente controlados pela facção governamental *vietminh* de Hanoi. O principal objectivo dos rebeldes consiste na desestabilização dos programas socio-económicos do governo de Saigão, através do assassinato de administradores locais e de assaltos nocturnos sobre plantações, aldeias, instalações industriais e militares, sua destruição completa e recuo imediato para a floresta, evitando contacto directo com forças sul-vietnamitas.

Entretanto em São Bento, o PM Salazar recebe em audiência o ministro do Exército coronel Almeida Fernandes, a pedido deste e que lhe expõe o seguinte:

- «Gente afecta ao regime denotava nítidos sinais de cansaço; opinião pública internacional adversa à conjuntura e o Governo pouco ou nada fizera para modificar a situação; desejava-se remodelação dos quadros políticos da situação, a qual se deveria traduzir numa tendência de maior austeridade no preenchimento dos respectivos cargos. E assim propõe ao PM as seguintes medidas: 1) Promoção de ampla renovação de métodos e estruturas de trabalho, bem como dos quadros políticos da Nação, dentro da

continuidade governativa que importava manter. Face ao facto de Portugal ir deparar, no decorrer desse ano, com graves ameaças no Ultramar que punham em risco a própria sobrevivência da Nação, deveriam ser chamados os melhores valores por forma à obtenção de maior dinamismo, maior rapidez nas acções e decisões, melhor coordenação inter-sectorial e maior austeridade na administração; ou seja, em resumo uma maior eficiência na máquina governativa. Tais medidas implicavam o afastamento de lugares de responsabilidade política de todos quantos estivessem de algum modo ligados a interesses inibitórios de actuação com plena independência, ou por qualquer forma se tornassem suspeitos à opinião pública. 2) Acção diplomática em Inglaterra, Brasil, EUA e França, com enérgica acção de propaganda para repôr a verdade a nosso respeito, e combater tenazmente a campanha que dia-a-dia vinha a ser desenvolvida contra Portugal. 3) Rever o regime de censura com a publicação de uma lei de imprensa (cujo estudo fôra avançado por Salazar no decorrer de 1959, mas ultrapassado pelas circunstâncias – nomeadamente por envolvimento vertical da rádio, imprensa estrangeira e publicações clandestinas –, estando a sua eficiência bastante abalada. Tal medida dera origem nos dias correntes aos mais fortes ataques dirigidos do estrangeiro). O PM ouviu-o com paciência e por mais de uma vez tentou terminar a exposição, levantando-se para dar por finda a audiência quando o ministro (já também de pé) lhe falava da lei de imprensa, e alegando que não anunciara a futura publicação de uma “Lei de Imprensa” porque o Governo iria estudar esse problema.»²

¹ (expressão abreviada de *viêt-nam* e *cong-san*, designando os guerrilheiros do FLV – Front de Libération du Vietnam); ² (Almeida Fernandes, op.cit pp.159-182)

Fevereiro.19

Em Pequim, o regime maoísta reconhece oficialmente o governo congolês de Gizenga como representante legítimo do Congo-Léopoldville.

Entretanto em Addis-Abeba, decorre a 3ª sessão da reunião da Comissão Económica para a África e o delegado da CISL Jowi declara que a sua organização (internacionalista de sindicatos marxistas) desenvolveu «em Moçambique e em Angola esforços» para introduzir agitadores clandestinos, «mas os resultados esperados não foram alcançados porque “as autoridades são, por desgraça, muito cuidadosas”».

- «Tal como em Angola, já existiam [no exterior de Moçambique] movimentos de características regionais e étnicas. A União Nacional Maconde [?] (MANU) era apoiada pela etnia maconde do norte, enquanto a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) tinha apoio no sul. Um terceiro movimento, a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) situava-se em Tete, no centro [?] do país. Estes grupos haviam sido formados no exílio [?] e eram dirigidos do exterior. Estavam, portanto, distanciados das suas putativas bases internas de poder.»¹
- «A UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), partido formado clandestinamente em 1961 no distrito de Tete. [...] O seu dirigente José Baltasar da Costa Chaconga, que em 1935 [?] foi preso na fronteira com o Malawi e torturado pela DGS [?] em Milaneja.»²

Relativamente a Moçambique, há notícias de que nos territórios limítrofes têm vindo a ser dinamizados diversos grupúsculos étnicos de emigrados, localmente orientados por organizações regionalistas:

- MAA (The Mozambique African Association), sede em Mombaça (Quênia)
- MANC (Mozambique African National Congress), filial do ANC sul-africano, recém-formado em Mbabane (Swazilândia)
- MANU (Mozambique African National Union), filial da TANU local, constituída em Jul59 em Dar-es-Salaam³
- TMMMA (Tanganyika-Mozambique Makonde Association), sede em Dar-es-Salaam
- TMMU (Tanganyika-Mozambique Makonde Union), sede em Dar-es-Salaam
- UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), formada há cinco meses em Bullawayo (Rodésia do Sul)
- UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), recém-formada em Blantyre (Malawi)
- UNAMO (União Nacional do Monomotapa), formada no final do ano passado em Salisbúria (Rodésia do Sul)

Pouco depois em Bullawayo, os imigrantes moçambicanos Adelino Gwambe e Uria Simango decidem mudar a sede da UDENAMO para Dar-es-Salaam, ali passando a rivalizar com a MANU em acções de *agit-prop anticolonialista* junto dos grupos de imigrantes.

- «Entretanto, fora da esfera da UDENAMO, movem-se 2 homens na luta nacionalista. Marcelino dos Santos [co-fundador externo do MANU e que desde data recente] vivia em Rabat, e mantinha contactos com os países de Leste em busca de apoio para a luta moçambicana. Eduardo Mondlane [também co-fundador do MANU desde há pouco] vivia em Dar-es-Salaam, fortemente ligado a organizações norte-americanas que tinham interesse em financiar a luta dos nacionalistas negros, e que eram a Ford Foundation e o World Council of Churches; além disso, estava muito bem relacionado com altas esferas da ONU por via de sua mulher Janett, branca norte-americana que trabalhava nas Nações Unidas.»⁴
- «Eduardo Mondlane, educado por missionários protestantes, continuou os seus estudos em Joanesburgo, depois em Lisboa [com passagem breve pela CEI] e por fim em Nova Iorque. Professor na Universidade de Siracusa, funcionário das Nações Unidas, entrou na carreira do terrorismo sob a protecção destes “liberais”.»⁵
- «Muito antes de Eduardo Mondlane aparecer publicamente como chefe da FRELIMO, e pouco depois de ter concluído a sua licenciatura na Universidade de Columbia, visitou Moçambique a convite das autoridades portuguesas, tendo-se-lhe oferecido um lugar [em Lisboa] no então denominado Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Durante a visita nunca manifestou hostilidade contra Portugal, pelo contrário por mais de uma vez, fez publicamente referências elogiosas à forma como Moçambique estava a ser orientado. Não aceitou porém o convite, porque pressurosamente lhe foi oferecido outro lugar nos quadros da ONU com remuneração muito superior. Passado algum tempo aparecia arvorado em chefe da FRELIMO. [...] A pressão da propaganda dos nossos inimigos, facilitada pelo ambiente anticolonialista das Nações Unidas, e a influência de sua mulher, uma norte-americana de origem sueca, tinham gerado este resultado.»⁶

¹ (MacQueen, op.cit pp.41); ² (cf correspondente do “Diário de Notícias”; Lourenço Marques 13Mai74);

³ (e recém-subsencionada pelos EUA com autorização do presidente Kennedy); ⁴ (Dugos, op.cit pp.99/100); ⁵ (Soustelle, op.cit pp.92); ⁶ (Silva Cunha, op.cit pp.69)

Fevereiro.20

Em Belgrado, o governo jugoslavo anuncia que vão ser construídas 6 fábricas na Guiné-Conackry.

Enquanto isso no Ministério do Ultramar em Lisboa, é emitida a port.18275 que institui, na dependência do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, uma «missão de estudos dos problemas migratórios e de povoamento no Ultramar».

– «No conjunto da África, incluindo as zonas mediterrânicas onde é maior a concentração populacional, a média geral de densidade da ocupação humana é de 6 habitantes por km². O continente africano é portanto um imenso espaço onde escasseia o homem. No caso português o problema preocupava-nos porque à rarefacção da ocupação correspondem sempre maiores dificuldades na promoção do desenvolvimento e na criação de melhores condições de vida para as populações. [...] A população cresce quando se melhora a sua condição sanitária combatendo a doença, corrigindo o meio natural, difundindo hábitos alimentares mais racionais e saudáveis do que os tradicionalmente praticados, protegendo as grávidas e combatendo a mortalidade infantil. Por outro lado os sistemas económicos evoluem desde que se divulguem técnicas de produção mais aperfeiçoadas, se fomenta a formação de profissionais qualificados e se assegure ao produtor crédito e assistência técnica competente e eficiente. Por sua vez o consumo aumenta sempre que pela educação se criem hábitos mais progressivos e as populações se integrem em formas de vida mais evoluídas. [...] Foi sempre esta a orientação geral q que obedeceu a política ultramarina portuguesa. Dessa política fazia parte a protecção do direito à terra, quer sob as formas jurídicas tradicionais em África, quer sob a forma de propriedade individual. [...] O povoamento assim entendido podia e devia articular-se com a fixação de elementos oriundos da Metrópole e de outras parcelas do território português. Esta política sempre foi praticada, até em harmonia com o princípio da livre circulação dos cidadãos em todo o território nacional. Em todas as Províncias se fixavam elementos idos da Metrópole, como nesta viviam cidadãos originários do Ultramar. Mas o aumento do número de portugueses da Europa, ou das Províncias, em cada um dos territórios integrantes do todo nacional só podia verificar-se na medida em que o desenvolvimento económico os atraísse. Tal aumento havia pois de processar-se paralelamente a esse desenvolvimento e como sua consequência. Isso não obstava a que, por meios directos, se procurasse acelerar os movimentos migratórios que tinham por destino o Ultramar. [...] Alguns resultados se obtiveram mas não podia haver ilusões quanto à possibilidade de conseguir, como alguns pretendiam, desviar para as Províncias Ultramarinas as correntes migratórias que se dirigiam principalmente para a Alemanha e para a França. É que a atracção exercida por estes países resultava da expectativa de melhores remunerações directas ou indirectas (estas através dos benefícios de ordem social), consentidas pelo maior grau de desenvolvimento das respectivas economias que cada vez mais dispunham, entre os nacionais, de menor número de trabalhadores não qualificados. O êxito de Angola e Moçambique nessa competição dependia pois da criação, nos dois territórios, de condições igualmente atractivas. [...] Quando no nosso País, nos livros dos especialistas, nas intervenções na Assembleia Nacional, nos artigos da Imprensa, nos relatórios dos serviços, nas comunicações aos congressos, se falava em povoamento, geralmente entendia-se este como povoamento étnico, isto é, como fixação nos territórios ultramarinos de elementos populacionais transferidos da Metrópole. Era uma questão antiga [que o general Norton de Matos, com “a ajuda de Azevedo Gomes e Manuel Mendes”, havia retomado e defendido em 12Jul48 no seu manifesto eleitoral “À Nação”], sobre que muito se falara, defendendo-se soluções [como por exemplo a promulgada em 10Mar51 pelo dec.38200] e criticando-se os governos por as não pôr em prática e que recrudescera quando, nos últimos anos, aumentou a emigração para o estrangeiro. As críticas ao Governo aumentaram então e era vulgar encontrar, nos jornais da Metrópole e do Ultramar, a pergunta: “Por que não se desviam as correntes migratórias da França e da Alemanha para Angola e Moçambique?”. Com o intuito de superintender nos problemas do povoamento assim entendido, mas também encarado como preenchimento de espaços vazios por naturais do Ultramar mediante uma melhor distribuição territorial das populações autóctones, haviam sido criados em Angola e Moçambique serviços especiais denominados Juntas Provinciais de Povoamento. Recebidos com grande entusiasmo, os novos serviços, embora tivessem realizado (principalmente [na Cela, Caconda e Matala] em Angola) trabalho útil, em breve desiludiram a opinião pública [?] das duas Províncias que os acusava de gastar muito dinheiro e de levar para lá muito pouca gente. Deu-se aliás o que eu previra quando, como vogal do Conselho Ultramarino, apreciei o projecto de decreto [43895 da responsabilidade do antigo governador-geral de Angola e no momento ministro do Ultramar contra-almirante Vasco Lopes Alves] que criava as Juntas [i.e, homologava a sua orgânica], e propus que o Conselho desse parecer desfavorável à sua publicação, o que foi aprovado [mas decorridos seis meses, sob a tutela do novo ministro do Ultramar prof. Adriano Moreira, será publicado].»¹

Pouco depois no palácio da Cova da Moura, o MDN general Botelho Moniz recebe o CEMFA general Albuquerque de Freitas que lhe entrega um desastinado memorando sobre «o Caso do Santa Maria, [...] o regime e o apoio das Forças Armadas, [...] a ilegitimidade do regime pela força e sem eleições, [...] ligações do Governo aos poderes económicos, [...] as Forças Armadas terão uma palavra a dizer, [...] receamos que o bloco firme das Forças Armadas possa desagregar-se»; e para efeito de discussão alargada sobre estes tópicos, o CEMFA com anuência do MDN convoca para o IAEM uma reunião urgente do CSDN.

– «Decorreu a reunião de rotina [?] do Conselho Superior Militar, no qual o subsecretário de Estado da Aeronáutica [coronel Kaulza de Arriaga] levantou e advogou o problema de virem ou não a ser tomadas as medidas transmitidas [no dia 18 por Almeida Fernandes] ao presidente do Conselho de Ministros.»²

– «A “Abrilada” [de 13Abr61], começou por uma reunião do Conselho Superior Militar, onde o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Albuquerque de Freitas apresentou um relatório sobre a situação nacional. Nesse relatório dizia-se que a política colonial não era a mais conveniente para o País, além de se criticar os abusos de poder, as fraudes e os escândalos que estavam a provocar um mal-estar entre a população. Assistiram, além dos chefes de Estado-Maior e dos comandantes das regiões militares, os

comandantes da GNR, Guarda Fiscal e PSP. Foi aí que começou a tomar corpo a ideia da necessidade de se proceder, com urgência, à reforma de alguns organismos e entidades. Perante o relatório [?], o então embaixador dos Estados Unidos veio propor-nos a alteração da nossa orientação relativamente à questão ultramarina, prometendo-nos apoio não só material, mas sobretudo junto das Nações Unidas, para que a descolonização se iniciasse calmamente e se dispusesse do tempo suficiente para se fazer uma consulta às populações. Foi aí que começou [?] a ideia que, mais tarde, nos levou a avançar. Contávamos, para isso, com a ajuda, pelo menos formal, dos Estados Unidos, que, além do auxílio nos domínios económico, financeiro e cultural, prometeram ainda o apoio político nas Nações Unidas. Dispúnhamos, para tal, de um prazo mínimo de 12 anos, que, se necessário, poderia ser prolongado. Antes dos acontecimentos de Angola, já tínhamos planeado essa acção, visando a modificação da nossa política colonial. Pretendíamos, depois de conseguida, nos diferentes territórios ultramarinos, uma posição que não fosse de inferioridade em relação às populações locais, que elas pudessem, num determinado espaço de tempo, chegar à autodeterminação. Os americanos tinham-nos dito que bastariam 12 anos, ainda que, eventualmente, se pudesse ir até aos 20. Foi essa, aliás, a ideia que levou o general Botelho Moniz a propôr ao presidente da República a substituição do presidente do Conselho.»³

Entretanto em Elizabethville, o ministro do Interior catanguês Munongo remete ao diplomata indiano Rejashwar Dayal, representante especial da ONU em Léopoldville, um telegrama esclarecendo que os ex-dirigentes *lumumbistas* Elengesa, Fataki, Finatte, Muzungu, Nzuzi e Yangare foram acusados de crimes contra a nação *baluba* e executados em Bakwanga por chefes tribais.

¹ (Silva Cunha, op.cit pp.214-217,212); ² (Almeida Fernandes, op.cit pp.159-182); ³ (Costa Gomes, op.cit pp.90-102)

Fevereiro.21

Em Rabat, o governo marroquino declara retirar-se da OMS, porque a Mauritània foi admitida naquele organismo da ONU por 54 votos contra 15.

Entretanto no areópago da ONU em Manhattan, o secretário-geral soviético Krustchev reinicia na AG a campanha contra o secretário-geral Dag Hammarskjöld, convocando uma «*comissão dos Estados africanos para supervisionar a restauração do Congo independente*». Pouco depois, o CS aprova uma moção afro-asiática sobre o Congo ex-Belga, levando em Elizabethville o presidente catanguês Moisés Tschombé a decretar mobilização geral no Catanga para se opôr às resoluções das Nações Unidas.

Fevereiro.22

Em Stanleyville, o governo congolês de Antoine Gizenga é reconhecido pelo regime norte-coreano como legítimo representante do Congo ex-Belga.

Horas depois em Léopoldville, o chefe do governo provisório central Joseph Iléo acusa o CS/ONU de tentar com as novas resoluções colocar a República do Congo sob tutela das Nações Unidas.

Por essa ocasião no aeroporto de Luanda desembarcam 2 pelotões de pára-quedistas que, na sequência do assalto ao navio *Santa Maria*, desde o passado dia 26 haviam estacionado em Bissau, Sal e São Tomé: após breve escala em Luanda, é constituído o DAC (Destacamento Avançado do Comando) de Pára-quedistas que embarca rumo a Lourenço Marques.

Entretanto no Ministério do Exército em Lisboa, o chefe-de-gabinete coronel Alberto Araújo e Silva emite a circular 5/E com informações sobre a *Intentona da Sé*, baseadas em parecer do oficial que presidiu ao julgamento militar. Logo a seguir em São Bento o ministro do Exército coronel Almeida Fernandes, antes da reunião do Conselho de Ministros, é recebido pela segunda (e última) vez em audiência pelo PM que o acolhe «*de modo frio durante curtos momentos*», levando o ministro a «*formular o propósito de não continuar de futuro a fazer parte do Governo*». Enquanto isso na sede da UN o presidente da comissão executiva Castro Fernandes, a propósito do ataque desferido no jornal “A Voz” pelo subdirector marcelista Dutra Faria¹ contra a acção do governo-geral de Angola, remete extensa carta ao governador-geral dr. Silva Tavares, na qual lhe afirma que:

– «*Toda a gente verdadeiramente responsável presta à acção do meu querido amigo a maior, a mais justa homenagem. Desde o presidente do Conselho até ao homem da rua, todos consideram que Angola teve a rara felicidade de encontrar, neste angustiante momento, o governador-geral de que carecia. Claro que os êxitos desta natureza pagam-se e naturalmente provocam reacções nos subterrâneos, quase sempre movidos por interesses feridos ou ameaçados.*»

Ao princípio da noite em Londres os velhos aliados da *pérfida Albion*, novamente governada por socialistas, fazem côro com o movimento internacional antiportuguês e usam a televisão da BBC para transmitir um manipulativo documentário² sobre Portugal, referindo que «*50% da população vive do trabalho rural e com elevado índice de analfabetismo*».

¹ (co-proprietário e director da ANI; pós-25Abr74 exila-se no Brasil, virá a falecer em 78 em Portugal); ² (realizado por Robert Kee, para a série Panorama)

Fevereiro.23

No aeroporto de Lourenço Marques desembarca o DAC pára-quedista, vindo de Luanda e que nos próximos 3 meses fica acantonado na arrecadação do Depósito de Material de Guerra, a fim de fazer segurança ao aeroporto.

Enquanto isso em Léopoldville, o presidente congolês Kasavubu envia um telegrama ao CS/ONU denunciando a resolução adoptada como um atentado à soberania da República do Congo.

Por essa ocasião em Lisboa é publicado o dec.43514, que autoriza a celebração do contrato para construção da «*Ponte sobre o Tejo*» e respectivo acordo financeiro com a USSteel, a qual é proprietária da Liberia Company e desde o pós-guerra domina vastos interesses naquele país.

Ao mesmo tempo no areópago da ONU em Manhattan, o representante liberiano Padmore solicita formalmente uma reunião urgente do CS para «*debater os acontecimentos de Angola*».

- «O Governo português protestará [formalmente em 06Mar61] junto da presidência do Conselho de Segurança, contra esta solicitação que considera ilegal e violadora do nº7 do art.2º da Carta da ONU, que proíbe interferências nos assuntos internos dos Estados membros. Contudo, se a reunião se efectivar, o Governo português participará. [...] Oliveira Salazar agradece por escrito a Cunha Leal, a oferta do seu recente livro “O Colonialismo dos Anticolonialistas”.»¹
- «Um democrata sincero e honesto, o professor dr. José Lopes de Oliveira [...], perante as ameaças e perigos que cercam as províncias ultramarinas portuguesas, dirigiu uma carta ao director do “Diário de Notícias” na qual faz um apelo a todos os portugueses que amem verdadeiramente a sua Pátria e sem abdicarem dos seus credos políticos ou religiosos, para que se unam perante esses perigos e ameaças. O brado patriótico contido nessa carta é ditado pela boa formação de um carácter que não torce nem abdica das suas convicções políticas, mas coloca a Pátria acima de tudo. Outro velho democrata, Cunha Leal, também no seu livro em que aborda o chamado “colonialismo”, manifesta nele o seu patriotismo. Muitos outros democratas poderiam ser citados e que não alinham junto dos traidores descendentes de Miguel de Vasconcelos e que são os organizadores e propagandistas da chamada “União Ibérica”. Contudo, apesar daquelas manifestações de patriotismo, a maioria dos portugueses desconhece as razões principais da necessidade absoluta de se organizar uma “Unidade Nacional” que englobe todos os patriotas portugueses, porque “os maiores perigos que nos cercam não se encontram no Ultramar mas sim na Metrópole”, como se irá demonstrar cabalmente.»²
- «À excepção dos extremistas de esquerda, verificou-se um grande consenso na defesa da nossa soberania naquele território. Não é só o Governo mas a própria oposição que se mostra intransigente relativamente a qualquer cedência ao princípio da Nação unitária e multirracal espalhada pelo mundo. Cunha Leal, democrata e oposicionista, na sequência do livro que acabara de publicar a que chamou “O Colonialismo dos Anticolonialistas”, exalta a “gesta portuguesa dos Descobrimentos e da Civilização” e afirma o seu apoio à política de defesa do Ultramar que, na sua opinião, deve ser conduzida “até à exaustão se necessário”. Quanto às deliberações da ONU atacando a política portuguesa, Cunha Leal é categórico: “Em face do nosso incumprimento das ordens em larga escala ilegítimas da ONU, ela se quiser que tome a iniciativa de nos expurgar do seu seio e se a sua acção nos forçar ao combate, não teremos remédio que não seja lutar sem hesitações”. [...] Mas não é só Leal que se preocupa com a situação. Homens da chamada oposição liberal, como Lopes de Oliveira e Alberto Madureira pretendem fundar um movimento para apoiar incondicionalmente a defesa da integridade territorial da Nação. O próprio Ezequiel de Campos, espírito entusiasta e imaginativo que se notabilizou nos finais da I República, e um grande impulsionador do desenvolvimento nacional mesmo depois da revolução de 1926, com mais de 80 anos escreve a Salazar afirmando: “Desde o assalto ao Santa Maria tenho estado muito preocupado com o nosso Ultramar. Oxalá V.Exª alcance pela boa colaboração de todos a plena defesa para a ventura da grei”. [...] Ramada Curto, [septuagenário advogado maçom e] socialista notório da I República, declara pela radiodifusão que importa defender Angola. Outros homens do mesmo matiz ideológico como Helder Ribeiro, Hernâni Cidade, [o professor universitário de Coimbra] Armando Cortesão, fazem idêntico apelo. Um grupo de jovens intelectuais nos quais se contam António Quadros, Fernando Morgado, Francisco Sottomayor, Fernando Sylvan³, Jorge Preto e outros, sugerem mesmo uma política ultramarina integracionista. [...] Contrariamente, a oposição próxima dos comunistas não se manifesta, talvez pela simples razão de não ignorar quem está por detrás dos trágicos acontecimentos do norte de Angola e ainda viver o desaire que tinham sofrido no Congo. Talvez por esta razão preferiram calar, a contrariar a vontade da Nação portuguesa de lutar ao lado dos angolanos contra “O Colonialismo dos Anticolonialistas”.»⁴
- «Nas Nações Unidas, por sua vez, o embaixador Adlai Stevenson dá a entender à Libéria que a administração Kennedy não apoiaria “históricas medidas antiportuguesas” [...] no que respeita ao embargo de armas e/ou sanções económicas. [...] Pelo seu lado o presidente do Ghana, Kwame Nkrumah, compreendendo que o voto americano era simbólico, uma vez que a resolução não impunha sanções, chamou-lhe “propaganda”. Nkrumah declara também que Portugal estava a usar em Angola armas da NATO, proibidas a sul do Trópico de Câncer, mas os EUA ignoram estas afirmações.»⁵

¹ (Morais e Violante, op.cit pp.173); ² (Juvenal, op.cit pp.39-40);

³ (em Out69 vai ressurgir como “monárquico progressista” co-fundador da “Convergência Eleitoral Monárquica”;

⁴ (Silva Cardoso, op.cit pp.138-140); ⁵ (Wright, op.cit pp.84,85)

Fevereiro.24

Em Malanje, o comandante do BCacEv major Rebocho Vaz dá por terminadas as «operações de pacificação na Baixa do Cassanje», que localmente contaram com apoios civis dos rádio-amadores CR6-RE e do aeroclube: posterior propaganda veiculada por células clandestinas do PCP em Angola e na Metrópole, refere que «durante a repressão contra a greve dos cultivadores de algodão, as autoridades civis e militares arrasaram 17 aldeias indígenas e mataram 20 mil angolanos», enquanto outras fontes oposicionistas afirmam que, entre mortos e feridos, «foram 5 mil as vítimas» daqueles mesmos tumultos.

- «Foi isso e a Baixa do Cassanje, diz [9 anos depois] o major [i.e, capitão desertor] piloto-aviador [José Ervedosa]. Vi gente a arder regada pelo ‘napalm’, tochas humanas ateadas por estas mãos. É por isso que é preciso dar outro sentido a esta coisa.»¹
- «O comandante José Ervedosa, antigo oficial da Força Aérea Portuguesa, recusou participar na repressão do Movimento de Libertação Angolana. Vive actualmente [em 1970 como desertor] no exílio, na Argélia, onde preparou um livro intitulado “Os enviados dos Senhores”, denunciando o colonialismo português. Eis o seu relato dos massacres da Baixa do Cassanje: “Ao volante do seu jipe, o contramestre acaba por descobrir que há qualquer coisa de anormal nos movimentos dos trabalhadores sobre a mancha branca do campo de algodão. A cadência dos seus movimentos abranda, diminui progressivamente. Finalmente o trabalho cessa de todo, ao mesmo tempo sobre a extensão da Baixa do Cassanje. O contramestre salta para a capota do jipe e grita: E então? A resposta não vem de parte nenhuma, mas de toda a parte: Patrão, queremos falar ao patrão. No governo-geral a notícia da greve foi recebida quase com pânico. As companhias viam a colheita

perdida, viam perfilar-se outras reivindicações sempre crescentes até à maior: a exigência da sua saída de território angolano. As companhias exigem uma repressão implacável. O governador-geral [caboverdeano desembargador Álvaro da Silva Tavares] é um “moderado”. Mas a seu lado há um homem experimentado, um especialista da repressão que já tinha praticado em Goa, o general Monteiro Libório. Dá ordens precisas. As unidades de infantaria, os aviões ‘PV-2’ e ‘T-6’ e suas bombas de napalm, vindos especialmente das bases da NATO em Portugal (Ota e Montijo), recebem ordens precisas: atirar à vista sobre qualquer grevista na Baixa do Cassanje”. “Chegávamos sobre as aldeias que estão alinhadas umas atrás das outras ao longo da estrada” – conta um oficial que recusou, por seu turno, participar no massacre. Estavam lá sentados em fardos, imóveis à vista do avião. Só um sádico poderia ter atirado sobre as pessoas que não queriam senão dinheiro para comer. “Então largávamos as bombas nos sítios desertos e voltávamos para Luanda com peso na consciência, porque não tínhamos tido coragem de voltar com elas”. Mas depois vieram outros, que não tiveram escrúpulos e que cumpriram a tarefa. Mais tarde outros ‘PV-2’, outros ‘T-6’, ainda com napalm, vieram como reforço das bases da NATO [?] do Montijo e Ota, as asas resplandecendo com a Cruz de Cristo, insígnia da aviação militar portuguesa. Dezassete aldeias ficaram destruídas e 5 mil homens, mulheres e crianças queimados na Baixa do Cassanje. Hoje as flores de algodão embranquecem de novo o solo. As máquinas fazem o trabalho dos homens.”»²

- «Recordam-se as palavras de um seu [do capitão José Ervedosa] camarada de curso: [...] “Não há nada que se possa fazer, o nosso homem nasceu para ser poeta rico. Não tenho dúvidas dos seus dotes no campo da poesia, fazendo versos a propósito de tudo e que larga em qualquer lado. Tem o azar de não ser rico e não dispôr de mentalidade para viver como a maioria de todos nós com o seu vencimento. Esta atitude leva-o a fazer disparates impensáveis, comportando-se como uma autêntica criança a quem se pode dar um puxão de orelhas sem qualquer reacção da sua parte”. Era mesmo assim o Ervedosa: um poeta irresponsável. [...] Quanto a bombas, dispunha-se das de napalm [de 200 libras], profundidade [de 200 libras] e GP (General Purpose - Fins Gerais) [de 750 e 500 libras]. Era o que existia nos paióis da Força Aérea. Muito se tem especulado quanto ao uso das de napalm que, dentro da floresta, eram totalmente inofensivas pois que o que se observava era que a onda de calor provocada pelo seu rebentamento, não chegava a queimar as folhas das árvores nem provocava qualquer tipo de incêndio devido ao elevado grau de humidade no interior das matas, à insuficiência de oxigénio e ao baixo teor de lenhite das árvores. [...] Em toda a documentação apreendida ao inimigo, poucas eram as referências feitas a resultados concretos nas acções de bombardeamento, sem qualquer alusão a baixas provocadas. Era esta a guerra que vínhamos fazendo, por vezes com uma certa indisciplina no emprego das armas. Todas as missões eram objecto de relatório a elaborar pelos pilotos executantes. [...] Qualquer discordância em relação à forma como a missão tinha sido executada, era objecto duma conversa com os responsáveis para se assentar numa doutrina de emprego dos meios disponíveis. Recordo particularmente as várias chamadas de atenção [...] ao capitão Ervedosa, pela indisciplina revelada na execução de algumas missões. [...] Era dos pilotos mais antigos [colocado na BA9 desde 24Nov60] e teria ou devia ser objecto de exemplo, e não era o que acontecia na prática. Num dos seus relatórios escreveu: “Não foi detectado qualquer movimento do inimigo, pelo que se largaram as bombas sobre uma manada de vacas”. [...] Nunca aterrava com as bombas, mesmo depois da interdição da aterragem com este tipo de armamento ter sido levantada. Encontrava sempre, na sua opinião ou julgamento, um alvo que justificava a sua utilização. [...] Por mais de uma vez foi admoestado por ter excedido todos os limites de utilização do armamento em acções de fogo. Sem qualquer margem para dúvidas, o Ervedosa tinha um conceito muito próprio da guerra e dos seus objectivos, levando-o a aceitar como inimigo tudo o que no terreno se movia. Até as vacas foram sacrificadas, não por uma espécie de instinto animal mas quase só por um devaneio ou tremenda insensatez e irresponsabilidade. Não será de estranhar que a sua acção, muito individualizada, tenha sido tomada como prática generalizada na actuação dos meios aéreos em Angola.»³
- «As Forças Armadas esmagam a revolta com companhias de caçadores especiais e bombas incendiárias [?] lançadas de aviões. Um responsável da Força Aérea diz ao embaixador americano em Lisboa, C. Burke Elbrick, que a violência tem origem na exploração dos nativos pela Cotonang. O turbilhão na Baixa do Cassanje é omitido da opinião pública.»⁴
- «O que sabemos, devemos-lo sobretudo a fontes africanas. Estamos portanto bem [?] colocados para afirmar que centenas de soldados foram dirigidos para aquela região, e que durante este período se viram numerosos aviões voar naquela direcção. Em todo o sector as aldeias foram bombardeadas, enquanto o Exército limpava os pontos não atingidos pelo bombardeamento. Os números acerca dos africanos mortos iam de algumas centenas até 10 mil. A repressão brutal da revolta da Baixa do Cassanje mergulhou na consternação a população africana no conjunto do distrito de Malanje, mas nem uma única palavra sobre este assunto foi publicada nos jornais portugueses.»⁵
- «Conforme rezam os relatórios que os mais altos mandatários de Angola enviavam à sua Metrópole, estes não mencionaram a natureza dos massacres que daí resultaram contra cidadãos pacatos que outro crime não haviam cometido senão reivindicar os direitos de homens e donos da sua própria terra. A história da Baixa do Cassanje ainda não está bem contada. Nem sequer são conhecidos [em Janeiro de 2003] os efeitos mortíferos dos potentes aviões de guerra para aí deslocados, que despejaram petardos a torto e direito, sem dó nem piedade sobre vidas humanas, incluindo mulheres, velhos e crianças. A omissão destes factos, propositada, seria talvez devido à necessidade de os reservar aos relatórios mais confidentes dirigidos a Salazar pessoalmente.»⁶

Entretanto na cidade centro-congolesa de Manono, o chefe *baluba* Sendwe proclama um *Estado Luluaba* anticomunista e, acatando o governo provisório central de Joseph Iléo em Léopoldville, declara aceitar investidores ocidentais para a exploração de minérios na região.

Enquanto isso em Conackry, o comité central do PAIGC emite um comunicado sobre as rusgas que no mês passado em Bissau permitiram às autoridades portuguesas capturar dirigentes e activistas da rede subversiva.

– «Cônscios da razia nos seus quadros urbanos, com a estrutura do interior quase decapitada, os emancipalistas reagem em 24 de Fevereiro. “O PAIGC é forçado a responder pela violência”, ameaça o secretário-geral em Conackry. [...] De acordo com este comunicado, às prisões seguiu-se um levantamento da população de Bissau e regiões limítrofes, que revelou a determinação de “liquidar, por todos os meios necessários, o domínio português”. Por último, o PAIGC adverte a opinião pública mundial para o facto de “ser o Governo colonial português o único responsável de tudo o que possa acontecer aos colonos portugueses e às suas famílias” no caso de haver violência. No interior da Guiné, o PAIGC faz distribuir panfletos, reclamando a libertação dos dirigentes e militantes. O protesto tem repercussão no estrangeiro. [...] O caso é noticiado na grande [?] imprensa. [...] Os serviços de escuta da PIDE registaram referências nas rádios de Conackry, Pequim e Moscovo. O “Guardian” de Londres deu a notícia, enquanto a “Juventude Socialista de Nottingham” contactou com a embaixada de Portugal. Dois jornais de Caracas publicaram um comunicado do “Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Colónias”.»⁷

E em Lagos o regime nigeriano, na sequência do corte de relações diplomáticas com a França, passa a receber ajuda financeira dos EUA.

¹ (Alegre, op.cit pp.105); ² (cf José Ervedosa, in “Africasie” n°9, Paris 1970); ³ (Silva Cardoso, op.cit pp.208/9,203,206,256/7); ⁴ (Antunes, op.cit pp.11); ⁵ (McVeigh, op.cit); ⁶ (Pacavira, op.cit pp.77/8); ⁷ (Castanheira, op.cit pp.141,142)

Fevereiro.25

Em Lisboa, representantes do Governo português e da USSteel Export Company assinam o contrato relativo à construção da Ponte sobre o Tejo.

Simultaneamente em Genebra, o representante do Ghana na OIT entrega ao respectivo director-geral uma queixa contra o Governo português, alegando que «este país não assegura nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique o cumprimento satisfatório da Convenção 105, apesar de a ter assinado»¹: não tendo aduzido à sua queixa quaisquer elementos probatórios para sustentar a alusão ao trabalho forçado no Ultramar Português, designadamente em actividades relacionadas com a cultura algodoeira, aquele difamador ghanês requer no entanto a nomeação de uma comissão de inquérito.

– «A primeira manifestação importante dessa campanha foi a queixa apresentada na OIT pelo governo do Ghana, com fundamento em alegadas práticas de trabalho forçado em Angola e Moçambique, em violação das Convenções n°29 e 105, respectivamente de 28 de Junho de 1930 e 27 de Junho de 1955. O Governo português contestou o fundamento da queixa e aceitou o processo de exame directo, ou seja, da investigação “in loco” por uma comissão a designar pela OIT, para averiguar do fundamento da queixa.»²

Entretanto, após breve visita a Bissau, Cabo Verde e São Tomé, chegam ao aeroporto de Luanda – vindos de Lisboa por ordem do MDN general Botelho Moniz e do ministro do Exército –, o CEMGFA general Beleza Ferraz e o CEME general Luís Maria da Câmara Pina, para que *in loco* se informem sobre a situação.

¹ (i.e, aprovado na 40ª sessão plenária da OIT em 18Set57, e ratificado por Portugal em 13Jul59 através do dec.42381); ² (Silva Cunha, op.cit pp.139)

Fevereiro.26

De Luanda é enviado para o areópago da ONU em Manhattan, em nome de 40 mil angolanos pretos, mestiços e brancos, um telegrama de protesto ao secretário-geral contra a atitude do delegado liberiano Padmore, que propôs ao CS a discussão de «pretensos problemas do colonialismo que realmente não existem em Angola mas que agentes provocadores externos, de feição nitidamente comunista, teimam em agitar e poderá conduzir à incentivação de actos de violência, alterando a tradicional tranquilidade desta província, causando vítimas entre portugueses, nativos e europeus».

Horas depois em Léopoldville, «meia-dúzia de amigos pessoais de Agostinho Neto e sem representatividade na sociedade angolana», decide formar o MDIA (Movimento de Defesa dos Interesses de Angola), cujo chefe Jean-Pierre M’Bala declara cessar o seu apoio à UPA «por motivo da autoridade abusiva de alguns dirigentes, e de Holden Roberto se recusar a tentar negociar pacificamente com os portugueses»; e proclama que, «mantendo como objectivo a independência imediata de Angola e, posteriormente, uma colaboração com Portugal, é avesso a propensões comunistas e procura actuar junto de grupos do Congo Português, cuidando de os fazer regressar à região de origem para, em conjunto com os portugueses e num ambiente de paz, formar quadros para a gestão futura dos “negócios congos”». Contudo, tanto no novo MDIA como no NGWIZAKO, ingressaram recentemente dirigentes da JUPA (Juventude da UPA) intitulado-se também “dissidentes”, os quais – sendo especialistas em tácticas terroristas e referenciados como agitadores de movimentos subversivos – não constituem mais do que uma nova frente de actuação subversiva no Congo angolano. Por seu lado, também a mando do directório do MPLA no exterior, começou a formar-se em Léopoldville mais um “satélite” comunista sob a designação *Rassemblement Démocratique de la Jeunesse Angolaise* (RDJA), para aproveitar dissídios internos e deserções na ALIAZO e na UPA, por forma a minar os apoios norte-americanos a grupos não-comunistas, procurando estabelecer em todo o Baixo Congo uma supremacia controlada pelos interesses soviéticos.

– «Jean-Pierre M’Bala foi até Fevereiro de 1961 secretário-geral da União dos Povos de Angola (UPA). Não aceitou a orientação dada por Holden Roberto ao iniciar a luta armada. Pierre M’Bala defendia a solução negociada para o problema angolano. Formou então com um grupo de amigos – cerca de 70 dissidentes da UPA, o MDIA [...] a maior parte dos quais professores primários.»¹

Enquanto isso a produtora televisiva francófona *Suisse-Romande*, de tendência socialista e que trabalha para organismos da ONU sediados em Genebra – menos de 24 horas decorridas sobre a queixa apresentada contra Portugal pelo delegado ghanês da OIT –, a pretexto dos recentes acontecimentos relativos ao sequestro do navio *Santa Maria* e aos assaltos em Luanda, distribui um

documentário sobre Portugal, tendo como mote geral «o ditador Salazar, as colónias e o povo triste», copiando o estilo daquele mesmo que a BBC transmitiu 5 dias antes.

¹ (cf correspondente do Diário de Notícias, Luanda 13Mai74)

Fevereiro.27

Em São Paulo, o general Humberto Delgado declara à imprensa brasileira que apoia a moção liberiana antiportuguesa, mostra-se favorável à convocação do CS/ONU para discutir a «situação em Angola», defende a autodeterminação dos povos dos territórios africanos e a integração do Estado Português da Índia, na União Indiana.